



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
ECONÔMICAS - BACHARELADO**

Chapecó (SC), agosto de 2012



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei número 12.029, de 15 de setembro de 2009, dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. De acordo com seu artigo 1º a UFFS é de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. A instituição caracteriza-se pela atuação multi-campi, abrangendo, predominantemente, o norte do rio Grande do Sul, com *campi* nos municípios de Cerro Largo e Erechim; o oeste de Santa Catarina, com *campus* no município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com *campi* nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Getúlio Vargas, nº. 609, 2º andar/ Edifício Engemed
Bairro Centro - CEP 89812-000 – Chapecó/SC.

Reitor: Jaime Giolo

Vice-Reitor: Antonio Inácio Andrioli

Pró-Reitora de Graduação: Claudia Finger-Kratochvil

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitório Trevisol

Pró-Reitor de Planejamento: Vicente de Paula Almeida Júnior

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Péricles Luiz Brustolin

Pró-Reitor de Cultura e Extensão: Geraldo Ceni Coelho

Coordenadores de Unidades de Chapecó (SC)

Unidade Seminário: Darlan Cristiano Kroth

Unidade Bom Pastor: Antonio Valmor de Campos

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de Campus: Edemar Rotta

Coordenador Administrativo: Melchior Mallmann

Coordenador Acadêmico: Ivann Carlos Lago



Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de Campus: Ilton Benoni da Silva

Coordenador Administrativo: Dirceu Benincá

Coordenador Acadêmico: Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretor de Campus: Paulo Henrique Mayer

Coordenador Administrativo: Fernando Zatt Schardosin

Coordenador Acadêmico: Betina Muelbert

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de Campi: João Alfredo Braida

Coordenador Administrativo: Jaci Poli

Coordenador Acadêmico: Antônio Marcos Myskiw



SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	7
3 EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PPC.....	19
4 JUSTIFICATIVA	21
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	34
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	46
7 PERFIL DO EGRESSO.....	48
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	50
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	152
10 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	164
11 PERFIL DOCENTE (Competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	169
12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	171
13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	179
14 ANEXOS.....	206
Regulamento das Atividades Curriculares Complementares – ACC do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas.....	207
ANEXO II – Regulamento de Monografia.....	211



1 DADOS GERAIS DO CURSO

O curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul será ofertado à sociedade na forma de graduação. Anualmente cinquenta vagas serão disponibilizadas, o acesso ocorrerá por meio da utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (**ENEM**) ou outras formas das quais a Universidade utilizar. Os trabalhos acadêmicos referentes ao curso ocorrerão no período diurno, de forma integral com utilização preferencial das manhãs ou no período noturno. Geograficamente, a estrutura física do curso de Ciências Econômicas da UFFS está localizada na região Centro-sul do Estado do Paraná, no município de Laranjeiras do Sul, município situado a 110 km de Guarapuava, 130 km de Cascavel e a 364 km da capital Curitiba. O início de suas atividades ocorreu no dia 29 de março de 2010 contando com uma equipe de cinco professores distribuídos nas disciplinas elencadas na grade curricular.

1.1 Tipo de curso: Bacharelado

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Ciências Econômicas

Titulação: Bacharelado em Ciências Econômicas, linha de formação: Desenvolvimento e Cooperativismo

1.4 Local de oferta:

Campus de Laranjeiras do Sul (PR)

1.5 Número de vagas:

Campus de Laranjeiras do Sul: 50 vagas

1.6 Carga-horária total: 3420h

1.7 Turno de oferta:



Campus de Laranjeiras do Sul: Integral

1.8 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 9 semestres

1.9 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 18 semestres

1.10 Carga horária mínima por período letivo: 12 créditos

1.11 Carga horária máxima por período letivo: 32 créditos

1.12 Coordenador do curso:

Campus de Laranjeiras do Sul: Luis Claudio Krajevski

1.13 Forma de ingresso: Com base no Exame Nacional do Ensino Médio ou outras formas definidas pela UFFS.

Alterado conforme o Ato Deliberativo nº 1/CCCE-LS/UFFS/2018



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

No cenário educacional brasileiro, a chegada ao século XXI está intrinsecamente vinculada às conquistas democráticas expressas em seus documentos oficiais, e indiretamente ligada aos avanços concretos efetuados no sistema de ensino, em todos os níveis, dentre os quais merecem destaque a expansão da oferta de vagas, a sistematização de processos de avaliação e o decorrente compromisso com a busca de qualidade.

Entretanto, nota-se que no período atual a questão educacional passa a ser pautada a partir de um Plano Nacional de Educação - 2000-2010 (PNE) -, cujos objetivos vão além daqueles que orientaram suas primeiras concepções estabelecidas desde a década de 1930 - e de modo muito mais acentuado com a LDB 5692/71 e com a adesão à Teoria do Capital Humano, dos anos 70 e 80 -, que estiveram limitadas a conceber o desenvolvimento educacional em sua acepção econômica, ou seja, que o papel da educação estava circunscrito ao de agente potencializador do desenvolvimento econômico.

Os objetivos do PNE, publicado em 2001, buscam elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, reduzir as desigualdades sociais e regionais no que concerne ao acesso do estudante à escola e à sua permanência nela, e em democratizar a gestão do ensino público. Assim, a concepção imanente ao plano que orienta o desenvolvimento da educação brasileira toma-a como base constitutiva da maturação de processos democráticos, o que indica uma mudança substantiva, porém somente realizável pela superação de problemas que persistem.

Neste sentido, não somente para a educação, mas na política nacional de um modo geral, buscou-se o diálogo mais sistemático com os movimentos sociais. Por vezes até mesmo se realizou a inserção indireta de alguns deles na estrutura do Estado. Apesar de controversa, é possível considerar essa estratégia como um passo, ainda que modesto, no horizonte da democratização do país.

Quanto ao ensino superior, os desafios que se apresentam ainda no século XXI correspondem à reduzida oferta de vagas nas instituições oficiais, a distribuição desigual das Instituições de Ensino Superior (IES) sobre o território nacional, e a descontrolada



oferta de vagas no setor privado, comprometendo, dessa forma, a qualidade geral do ensino superior.

A busca pela superação desse quadro de carências foi gradualmente trabalhada nos últimos 10 anos. Ainda que não se tenham alcançado os objetivos almejados no momento da elaboração do PNE, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) lograram participar do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com vistas a cumprir o que se pretendeu com o PNE. Todavia, durante o período do Plano, permanecemos distantes dos seus objetivos quanto ao número de jovens no ensino superior – de 30% – e da participação das matrículas públicas neste total – 40%. Os percentuais atingidos até o momento são de 12,1% e 25,9%, respectivamente¹.

Por meio da adesão das IFES ao REUNI, estabeleceu-se uma política nacional de expansão do ensino superior, almejando alcançar a taxa de 30% de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior, aumentar para 90% a taxa de conclusão de cursos de graduação, e atingir a relação de 18 alunos por professor nos cursos presenciais. Todavia, aspectos qualitativos também foram considerados, quais sejam: a formação crítica e cidadã do graduando e não apenas a formação de novos quadros para o mercado de trabalho; a garantia de qualidade da educação superior por meio do exercício pleno da universidade no que tange às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; a oferta de assistência estudantil; sem esquecer a interface com a educação básica, que tem suscitado o fortalecimento das licenciaturas.

Dentre as mobilizações pela educação superior, houve aquelas que reivindicavam a expansão das IFES, especialmente no interior dos estados, pois nesses espaços o acesso ao ensino superior implicava dispêndios consideráveis, sejam financeiros, quando se cursava uma universidade privada, sejam de emigração, quando se buscava uma universidade pública próxima aos grandes centros.

Contudo, para cotejar aspectos indicativos das transformações na e da educação superior brasileira na primeira década do século XXI é imprescindível destacar que novas contradições emergiram como resultados do enfrentamento, ainda tateante, de questões estruturais neste âmbito, e que estas merecem ser abordadas com o necessário vigor democrático para contemplar as adversidades resultantes da pluralidade de

¹ <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento>



concepções acerca do o papel que a educação e a universidade devem cumprir para o nosso país.

Neste contexto de reivindicações democráticas, a história da Universidade Federal da Fronteira Sul começa a ser forjada nas lutas dos movimentos sociais populares da região. Lugar de denso tecido de organizações sociais e berço de alguns dos mais importantes movimentos populares do campo do país, tais características contribuíram para a formulação de um projeto de universidade e para sua concretização. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar uma universidade pública e popular para a região, destacam-se a Via Campesina e Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Inicialmente proposta de forma independente nos três estados, a articulação de uma reivindicação unificada de uma universidade pública para toda a região - a partir de 2006 - deu um impulso decisivo para sua conquista.

A Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno possui características específicas que permitiram a formulação de um projeto comum de universidade. É uma região com presença marcante da agricultura familiar e camponesa e a partir da qual se busca construir uma instituição pública de educação superior como ponto de apoio para repensar o processo de modernização no campo, que, nos moldes nos quais foi implementado, foi um fator de concentração de renda e riqueza.

Para fazer frente a esses desafios, o Movimento Pró-Universidade apostou na construção de uma instituição de ensino superior distinta das experiências existentes na região. Por um lado, o caráter público e gratuito a diferenciaria das demais instituições da região, privadas ou comunitárias, sustentadas na cobrança de mensalidades. Por outro lado, essa proposta entendia que para fazer frente aos desafios encontrados, era preciso mais do que uma universidade pública, era necessário a construção de uma universidade pública e popular.

Esse projeto de universidade aposta na presença das classes populares na universidade e na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a região, tendo como seu eixo estruturador a agricultura familiar e camponesa. Busca, portanto, servir à transformação da realidade, opondo-se à reprodução das desigualdades que provocaram o empobrecimento da região.



Como expressão de seu processo de discussão, o movimento pró-universidade forjou a seguinte definição que expressa os pontos fundamentais de seu projeto, servindo como base a todo o processo de construção da UFFS:

O Movimento Pró-Universidade propõe uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento. (UFFS, 2008, p.9)².

Desde o início a universidade foi pensada como uma estrutura *multicampi*, para que esta pudesse melhor atingir seus objetivos. Para o estabelecimento dos *campi* foram considerados diversos fatores, entre os quais: a presença da agricultura familiar e camponesa e de movimentos sociais populares, a distância das universidades federais da região sul, e a carência de instituições federais de ensino, a localização, o maior número de estudantes no Ensino Médio, o menor IDH, a infra-estrutura mínima para as atividades e a centralidade na Mesorregião. Ao final foram definidos os *campi* de Chapecó-SC (sede), Erechim-RS e Cerro Largo-RS, Realeza-PR e Laranjeiras do Sul-PR, já indicando possibilidades de ampliações futuras.

Neste sentido, o processo de luta pela criação da UFFS foi e tem sido a expressão concreta de parte da democratização brasileira, na medida em que, ao atender reivindicações populares, prioriza a expansão da educação superior pública e gratuita em uma região historicamente negligenciada, possibilitando que as conquistas democráticas e populares adquiram mais força.

Como resultado da mobilização das organizações sociais, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade.

² UFFS. **Relatório das atividades e resultados atingidos**. Grupo de trabalho de criação da futura universidade federal com campi nos estados do PR, SC e RS. Março de 2008.



Com o projeto delineado pela Comissão Pró-Universidade, nova audiência com o Ministro de Estado da Educação ocorreu em junho de 2007. Na ocasião, o ministro propôs ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

Durante todo o processo de institucionalização da proposta da Universidade, o papel dos movimentos sociais foi decisivo. Em agosto, mais de quinze cidades que fazem parte da Grande Fronteira da Mesorregião do Mercosul, realizaram, concomitantemente, atos públicos Pró-Universidade, ocasião em que foi lançado o *site* do Movimento: www.prouniversidade.com.br. No Oeste catarinense, a mobilização ocorreu nas cidades de Chapecó, Xanxerê, Concórdia e São Miguel do Oeste. No Norte do Rio Grande do Sul, aconteceram panfletagem e manifestações nos municípios de Erechim, Palmeira das Missões, Espumoso, Sananduva, Três Passos, Ijuí, Sarandi, Passo Fundo, Soledade, Marau, Vacaria e Lagoa Vermelha. No Sudoeste do Paraná, as cidades de Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul realizaram seus atos públicos anteriormente.

Em outubro de 2007, o Ministro de Estado da Educação firma o compromisso do Governo em criar a Universidade. A partir disso e das discussões empreendidas pelo Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. O Grupo de Trabalho definiu o Plano de Trabalho e os critérios para definição da localização das unidades da Universidade. Além disso, a orientação para que a nova universidade mantivesse um alto nível de qualidade de ensino, de pesquisa e de extensão sempre foi uma preocupação no processo de constituição e consolidação da IES.



O Ministério da Educação publica, em 26 de novembro, a Portaria 948, criando a Comissão de Projetos da Universidade Federal Fronteira Sul, a qual teve três meses para concluir os trabalhos. Em 3 de dezembro, em uma reunião do Movimento Pró-universidade, em Concórdia, o grupo decide solicitar ao Ministério da Educação que a nova universidade tenha sete *campi*. O MEC, todavia, havia proposto três: um para o Norte gaúcho, outro para o Oeste catarinense e o terceiro para o Sudoeste do Paraná. Chapecó/SC foi escolhida para sediar a universidade pela posição centralizada na área abrangida.

Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199-07, o ministro da Educação anunciou a criação da Universidade Federal para Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFMM) em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE), no Palácio do Planalto, em Brasília.

Ainda em dezembro, a Comissão definiu a localização das unidades da Universidade – Erechim e Cerro Largo, no Rio Grande do Sul; Chapecó, em Santa Catarina; Realeza e Laranjeiras do Sul, no Paraná - e iniciou uma discussão sobre áreas de atuação da Instituição e seus respectivos cursos de graduação. Nessa reunião, os representantes do Movimento Pró-Universidade discutiram a localização da sede e dos *campi*, perfil, estrutura curricular, áreas de atuação e critérios para definição do nome da universidade.

A última reunião da Comissão, realizada em 21 e 22 de fevereiro de 2008, na UFSC, tratou da apreciação de recursos quanto à localização das unidades; processo, demandas e datas a serem cumpridas; áreas de atuação e cursos. Nessa reunião, a Comissão de projeto apreciou pedido de impugnação da Central do Estudante e Comitê Municipal de Santo Ângelo-RS em relação à localização do *campus* das Missões em Cerro Largo. O Movimento Pró-Universidade Federal havia proposto um *campus* para a Região das Missões e, a partir disso, os movimentos sociais definiram um processo que culminou com a decisão por Cerro Largo para sediar um dos *campi*. A Comissão de Projeto, em 13 de dezembro de 2007, homologou a decisão, considerando que todos os critérios definidos para fins de localização das unidades são regionais e não municipais. O pedido de impugnação toma como base os critérios de localização propostos no projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria 352/GR/UFSC/2006. Naquele Projeto, os critérios de localização tomam como base o



município, diferente dos critérios definidos, que tomam como base a região. A Comissão de Projeto definiu por referendar a decisão tomada em 13 de dezembro de 2007 e a cidade de Cerro Largo foi mantida como sede do *campus* missioneiro.

A Comissão também apreciou o pedido de revisão quanto à localização dos *campi* do Paraná. Recebeu e ouviu uma representação do Sudoeste do Paraná, que questionou a escolha por Laranjeiras do Sul, pelo fato do município estar fora da Mesorregião. Em resposta, a Comissão considerou os manifestos encaminhados ao MEC e todas as exposições feitas nos debates anteriores nos quais ficava evidente que a nova Universidade se localizaria na Mesorregião Fronteira Sul e seu entorno. Nesse sentido, a Região do Cantuquiriguaçu (PR), onde está Laranjeiras do Sul, faz parte do território proposto, não havendo pois razão para rever a decisão tomada em 13 de dezembro de 2007.

Em março de 2008, o Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal da Fronteira Sul finalizou sua tarefa. Em 16 de julho, o Presidente da República assina o Projeto de Lei de criação da Universidade da Mesorregião, no Palácio do Planalto, em Brasília, para enviar ao Congresso Nacional. O PL 3774/08 (que cria a UFFS) é aprovado em 12 de novembro pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em 4 de dezembro, uma comitiva dos três estados da Região Sul esteve em audiência na secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), buscando agilizar os trâmites para a implantação da UFFS. Ficou acertado que as aulas deveriam iniciar no primeiro semestre de 2010. Perseguindo essa meta, o Ministro da Educação, em 11 de fevereiro de 2009, deu posse à Comissão de Implantação da UFFS (Portaria nº 148).

Na definição dos cursos de graduação, a Comissão de Implantação da UFFS priorizou as áreas das Ciências Agrárias e das Licenciaturas, tendo em vista a importância da agroecologia para a Região, a necessidade de tratamento dos dejetos, os problemas ambientais gerados pelas agroindústrias, as perspectivas da agricultura familiar e camponesa, e a sua centralidade no projeto de desenvolvimento regional proposto pela Instituição etc.; já o foco nas licenciaturas se justifica pela integração às políticas do governo federal de valorizar as carreiras do magistério. Nessa referência, em maio de 2009, foram construídas as primeiras versões dos projetos pedagógicos dos



curso. Em maio de 2009 foram definidas as primeiras versões dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

No âmbito da graduação, além das atividades de extensão e de pesquisa, o currículo foi organizado em torno de um domínio comum, um domínio conexo e um domínio específico. Tal forma de organização curricular tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando aperfeiçoar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade.

Em julho, a Comissão de Implantação da UFFS decide usar o Enem – Exame Nacional do Ensino Médio – no processo seletivo, acompanhado de bônus para estudantes das escolas públicas (Portaria nº 109/2009). Para atender ao objetivo expresso no PPI de ser uma “Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade”, a Comissão aprofunda a discussão sobre uma política de bônus que possibilite a democratização do acesso dos estudantes das escolas públicas da região à IES.

No dia 18 de agosto, a criação da UFFS é aprovada pela Comissão de Justiça do Senado e, no dia 25, é aprovada na Comissão de Educação do Senado Federal. Após um longo processo, a lei 12.029 de 15 de setembro de 2009, assinada pelo Presidente da República, criou a Universidade Federal da Fronteira Sul, concretizando, desta forma, o trabalho do Movimento Pró-Universidade alicerçado na demanda apontada pelos movimentos sociais dos três estados da região sul.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ristoff para o cargo de reitor *pro-tempore* da UFFS. A posse aconteceu no dia 15 de outubro de 2009 em cerimônia realizada no Salão de Atos do Ministério da Educação, em Brasília. A partir desse momento, as equipes de trabalho foram constituídas e ao longo do tempo definiram-se os nomes para constituir as pró-reitorias e as diretorias gerais para os *campi* de Erechim (RS), Cerro Largo (RS), Realeza (PR) e Laranjeiras do Sul (PR).



O mês de outubro de 2009 foi marcado por tratativas e definições acerca dos locais com caráter provisório para o funcionamento da universidade em cada *campus*. Também são assinados contratos de doação de áreas e são firmados convênios entre municípios para a compra de terrenos. Para agilizar questões de ordem prática, é feito um plano de compras de mobiliário e equipamentos para equipar a reitoria e os cinco *campi*, o qual foi entregue no Ministério da Educação. As primeiras aquisições foram realizadas em dezembro, mês em que foi realizada a compra dos primeiros 12 mil exemplares de livros para as bibliotecas da instituição.

O primeiro edital para seleção de professores foi publicado no Diário Oficial da União em 2 de outubro de 2009. Aproximadamente três mil candidatos se inscreveram para o concurso público que selecionou 165 professores para os cinco *campi* da universidade. Já a seleção dos primeiros 220 servidores técnicos administrativos foi regida por edital publicado no Diário Oficial da União em 3 de novembro de 2009. Quase 6000 candidatos inscreveram-se para as vagas disponibilizadas. A nomeação dos primeiros aprovados nos concursos acontece no final de dezembro de 2009.

A instalação da Reitoria da UFFS na cidade de Chapecó (SC) ocorreu oficialmente em 1º de março de 2010. Até então o gabinete do reitor esteve localizado junto à UFSC (tutora da UFFS). Em 11 de março foi realizada uma cerimônia para apresentação da reitoria à comunidade regional.

Com muita expectativa, no dia 29 de março de 2010, deu-se início ao primeiro semestre letivo. Simultaneamente, nos cinco *campi*, os 2.160 primeiros alunos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública, foram recepcionados e conheceram os espaços provisórios que ocuparão nos primeiros anos de vida acadêmica. Essa data simboliza um marco na história da Universidade Federal da Fronteira Sul. Em cada *campus* foi realizada programação de recepção aos estudantes com o envolvimento de toda comunidade acadêmica. O primeiro dia de aula constituiu-se num momento de integração entre direção, professores, técnicos administrativos, alunos e lideranças locais e regionais.

Desde a chegada dos primeiros professores, um trabalho intenso foi realizado no sentido de finalizar os projetos pedagógicos dos cursos (PPCs). Importante salientar que o processo de construção coletiva dos PPCs iniciou ainda em 2009, quando foram



convidados docentes de outras universidades, os quais delinearão o ponto de partida para elaboração dos dezenove projetos pedagógicos referentes aos cursos oferecidos pela UFFS no ano de 2010. Já com a chegada dos primeiros docentes concursados pela instituição, as discussões passaram a incorporar experiências e sugestões desse grupo de professores. A partir de então, a formatação dos PPCs ficou sob responsabilidade dos colegiados de curso. A organização e as definições dos projetos pedagógicos estiveram pautadas em torno de três eixos: (1) Domínio comum; (2) Domínio Conexo e (3) Domínio Específico, sendo levadas em consideração propostas de cunho multi e interdisciplinar. Por se constituir numa universidade *multicampi*, um dos desafios, nesse momento, foi a sistematização das contribuições dos colegiados de curso que são ofertados em mais de um *campus* da instituição. O trabalho foi concluído com êxito.

Outro momento importante da UFFS foi o processo de elaboração do Estatuto Provisório da instituição. Esse processo ocorreu de forma participativa, envolvendo professores, técnicos administrativos e estudantes de todos os *campi*. Estabeleceu-se um calendário intenso de discussões e ponderações acerca dos pontos que constituem o documento. No final do processo, uma plenária aprovou o estatuto que foi, então, enviado ao MEC. A UFFS foi concebida de modo a promover o desenvolvimento regional integrado, a partir do acesso à educação superior de qualidade e a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão voltados para a interação e a integração das cidades e estados que fazem parte da grande fronteira do Mercosul e seu entorno. Nesse sentido, ao longo do primeiro semestre letivo, aconteceu a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (I COEPE) com o tema “Construindo Agendas e Definindo rumos”. Mais uma vez, toda a comunidade acadêmica esteve envolvida. O propósito fundamental da conferência foi aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e as lideranças regionais, com o intuito de definir as políticas e as agendas prioritárias da UFFS no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. As discussões ocorridas na conferência foram organizadas em onze fóruns temáticos realizados em cada um dos *campi* da universidade: (1) Conhecimento, cultura e formação Humana; (2) História e memória regional; (3) Movimentos Sociais, cidadania e emancipação; (4) Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento regional; (5) Energias renováveis, meio Ambiente e sustentabilidade; (6) Desenvolvimento regional, tecnologia e inovação; (7) Gestão das cidades, sustentabilidade e qualidade de vida; (8) Políticas e práticas de promoção da



saúde coletiva; (9) Educação básica e formação de professores; (10) Juventude, cultura e trabalho; (11) Linguagem e comunicação: interfaces. Após quatro meses de discussões, envolvendo os cinco campi da UFFS e aproximadamente 4.000 participantes (docentes, técnico-administrativos, estudantes e lideranças sociais ligadas aos movimentos sociais), a I COEPE finalizou os trabalhos em setembro de 2010, aprovando em plenária o Documento Final, que estabelece as políticas norteadoras e as ações prioritárias para cada uma das áreas-fim da UFFS (ensino, pesquisa e extensão).

Finalizada a COEPE, diversas ações começaram a ser empreendidas com o propósito de implementar as políticas e as ações firmadas no Documento Final. Entre as ações, cabe destacar o “Plano de Desenvolvimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFFS” e as “Diretrizes para a Organização das Linhas e dos Grupos de Pesquisa da UFFS”, cujos processos encontram-se em andamento e resultarão na implantação dos primeiros cursos de mestrado e de doutorado.

Com apenas um ano de existência muitas conquistas foram realizadas. No entanto, vislumbra-se um longo caminho a ser percorrido. Muitas etapas importantes já foram realizadas, algumas precisam ser consolidadas e outras serão definidas e construídas ao longo dos anos. Os espaços físicos começam a ser edificados, projetos de pesquisa e de extensão estão sendo desenvolvidos pelos docentes, e futuros cursos de pós-graduação começam a ganhar forma. O importante é o comprometimento e a capacidade de trabalhar colaborativamente, até então demonstrados por todos os agentes envolvidos neste processo. Muito mais que colocar em prática ideias e processos já pensados, tais agentes são responsáveis por construir uma universidade pública e popular, desenvolvendo ações para o desenvolvimento regional e para a consolidação da UFFS na grande região da fronteira sul.

Angela Derlise Stübe

Antonio Alberto Brunetta

Antonio Marcos Myskiw

Leandro Bordin

Leonardo Santos Leitão

Vicente Neves da Silva Ribeiro



3 EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PPC

3.1 Coordenação

Prof. Msc. Luis Claudio Krajevski

3.2 Elaboração

Prof. Dr. Alvaro de Oliveira Borges Filho

Prof. Msc. Antônio Maria Carpes

Prof. Msc. Felipe Mattos Monteiro

Prof. Msc. Luis Cláudio Krajevski

Profa. Msc. Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

3.3 Núcleo Docente Estruturante do Curso

Conforme a Resolução da CONAES Nº 1 de 17 de junho de 2010 e respectivo Parecer Nº 4 de 17 de junho de 2010, O Núcleo Docente Estruturante – NDE de um curso de graduação, constitui-se de um grupo de professores, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE do curso de Graduação de Bacharelado em Ciências Econômicas é constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao Domínio Específico do curso, com produção acadêmica na área, experiência no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes, como a extensão. Sua composição contempla, também, 1 (um) docente do Domínio Comum e 1 (um) do Domínio Conexo, conforme as orientações curriculares da UFFS. Convém ressaltar que esta é a composição mínima, sendo que a partir de abril de 2012, o NDE de Ciências Econômicas passou a contar com onze docentes.

NDE de Ciências Econômicas – Composição Atual, de acordo com a Portaria nº 513/GR/UFFS/2012



- I – Luis Cláudio Krajevski – Siape 1771729 (Presidente - coordenador do curso);
II - Álvaro de Oliveira Borges Filho – Siape 1193151;
III – Anelise Graciele Rambo – Siape 1579642;
IV – Angelo Brião Zanela – Siape 1936117;
V – Antônio Maria da Silva Carpes – Siape 1835641;
VI – Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira – Siape 1881505;
VII – Martinho Machado Junior – Siape 1039216;
VIII – Pedro Ivan Christoffoli – Siape 1767887;
IX – Tiago da Costa – Siape 1907140;
X – Roberto Mauro Dallagnol – Siape 1929454
XI – Felipe Mattos Monteiro – Siape 1780260

3.4 Comissão de acompanhamento pedagógico e curricular:

Diretora de Organização Pedagógica: Profa. Adriana Salette Loss
Pedagoga: Dariane Carlesso
Técnico em Assuntos Educacionais: Alexandre Luis Fassina
Revisor: Robson Luiz Wazlawick (Revisão referências)



4 JUSTIFICATIVA

Inicialmente, o curso de Economia foi ofertado como Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (DRGA). Entretanto, com o passar do tempo alguns questionamentos foram feitos considerando o curso ofertado, o perfil do egresso, os objetivos do curso, a carreira profissional (incluindo entidade de classe), além de outros óbices naturais de um curso novo em uma Universidade nova. Durante as discussões realizadas frente a esses questionamentos, surgiu a possibilidade de adaptar o curso para um curso de graduação já existente. Assim, após discussões entre a reitoria, pró-reitoria de graduação, coordenação de curso e professores pertencentes ao colegiado, foi definido que o curso deveria ser alterado, desde que com a concordância dos acadêmicos que cursavam DRGA. Considerando que todos os acadêmicos aceitavam a migração de DRGA para Ciências Econômicas e considerando a deliberação do Colegiado, o curso de DRGA foi extinto, dando lugar ao curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo. A migração do curso de DRGA para Ciências Econômicas ocorreu de forma plena e tranquila, com os processos do antigo curso sendo absorvidos pelo curso de economia, além da validação de todos os componentes curriculares anteriormente cursados.

O Curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, foi criado a partir das necessidades emergentes da população carente da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno. Por iniciativa e persistência dos movimentos sociais organizados, este curso procura contribuir para superar a matriz econômica existente, viabilizando formas de incentivo à agricultura familiar, a gestão de micro e pequenas empresas, ao desenvolvimento local, ao cooperativismo e, principalmente, ao desenvolvimento profissional do jovem, dentro de suas características regionais. Historicamente, essa região, que abrange parte dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assiste a níveis crescentes de pobreza, assim como de carência de acesso ao ensino superior, entre outras políticas públicas.

A necessidade de políticas públicas estruturantes com a finalidade de propiciar melhor qualidade de vida, diversificação da estrutura produtiva visando o aumento da



renda e do emprego, e conseqüentemente, o bem estar social, vem a ser de suma importância para a população desta região.

No âmbito urbano, observa-se o crescimento de áreas habitadas sem infraestrutura adequada e a baixa qualificação da mão de obra, as quais contribuem para a elevação da desigualdade social. Já no âmbito rural, os pequenos agricultores, população majoritária nessa região, necessitam de políticas estruturantes com a finalidade de propiciar melhor qualidade de vida, diversificação de sua produção e, acima de tudo, a permanência de seus filhos e filhas no próprio espaço de convivência familiar. A região é identificada pelo seu baixo grau de desenvolvimento, o qual pode ser resultado da ineficácia das políticas públicas.

Por muitos anos os trabalhadores dessa região vêm migrando para os grandes centros urbanos, iludidos na tentativa de alcançar condições dignas de vida e trabalho. Entretanto, acabam engrossando os “bolsões” de miséria das grandes cidades, sem oportunidade de emprego e habitação, sem acesso à saúde digna, submetidos à desagregação social e familiar, à violência e degradação cultural. Historicamente, faltou a essa região a possibilidade de pensar e planejar seu desenvolvimento numa perspectiva popular, e não apenas integrada e subordinada aos projetos centralistas ou aos do capital privado.

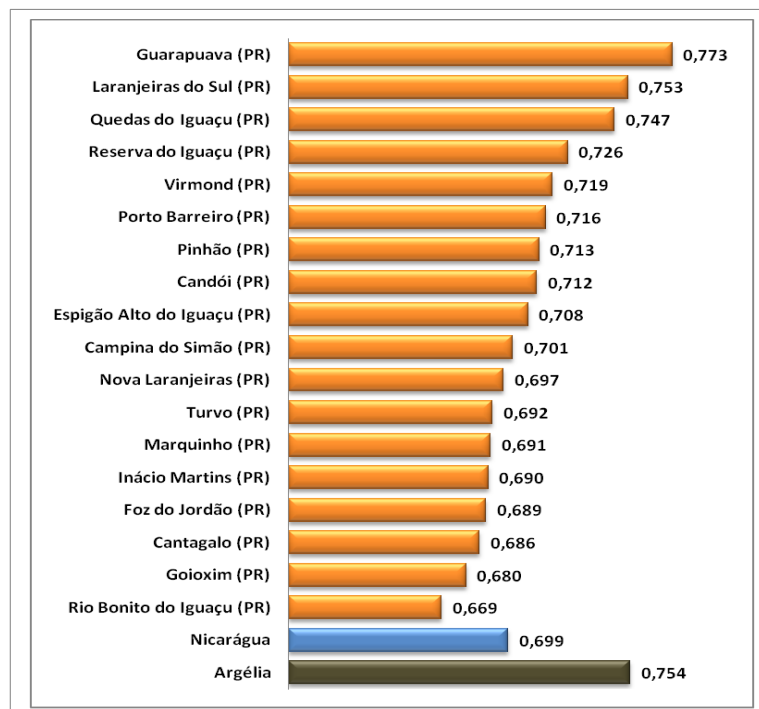
Nesse sentido, a criação da UFFS e de seu curso de Ciências Econômicas representa uma possibilidade de buscar suprir essa lacuna quanto ao desenvolvimento regional. Numa perspectiva de desenvolvimento local com elevação no nível de emprego e renda, na sustentabilidade ambiental com base na valorização das culturas locais, da auto-organização dos trabalhadores em movimentos sociais e formas associativas de produção e trabalho, esse curso simboliza a possibilidade afirmativa da luta contra a exploração humana e contra o monopólio dos grandes conglomerados capitalistas. Daí sua importância, sua identidade e sua inserção no contexto de atuação da UFFS.

4. Justificativa para criação do curso no Campus Laranjeiras do Sul (PR)



O território Cantuquiriguaçu abrange uma área de 13.947,73 km², correspondendo cerca de 7% do território estadual; abrange 20 municípios, e reúne cerca de 250 mil habitantes, representando 2,3% da população paranaense (IPARDES, 2007).

Laranjeiras do Sul encontra-se a 364Km de Curitiba (capital do Estado), na mesorregião Centro-Sul Paranaense, com uma densidade demográfica de 49,7 habitantes por Km². Nesse contexto, o município de Laranjeiras do Sul apresenta-se como pólo de várias outras cidades, inclusive sendo sede da Associação de Municípios da Cantuquiriguaçu e do Conselho de Desenvolvimento Território Cantuquiriguaçu - CONDETEC. Entretanto, os indicadores sociais e econômicos da região não são satisfatórios. Por exemplo, municípios que são vizinhos de Laranjeiras do Sul, como Cantagalo (0,686), Rio Bonito do Iguaçu (0,669) e Goioxim (0,680) apresentam índices de desenvolvimento piores ou iguais a países bastante vulneráveis como Argélia (0,754) e Nicarágua (0,699), conforme demonstrado no gráfico 1.



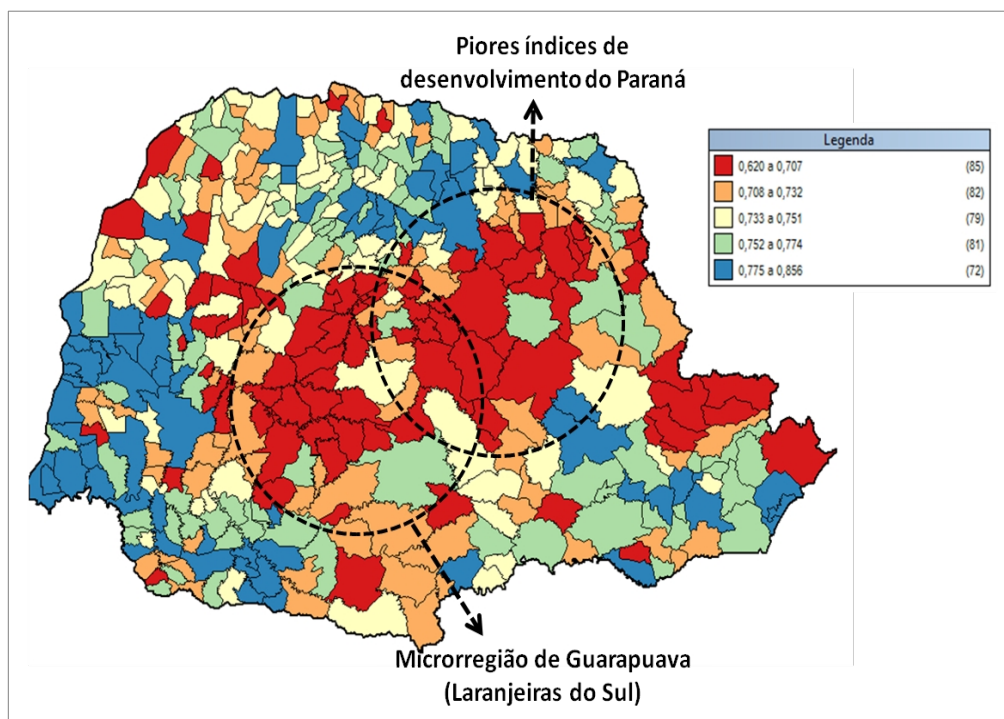
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000

Gráfico 1: Índice de desenvolvimento Humano – ano 2000 (Microrregião de Guarapuava)

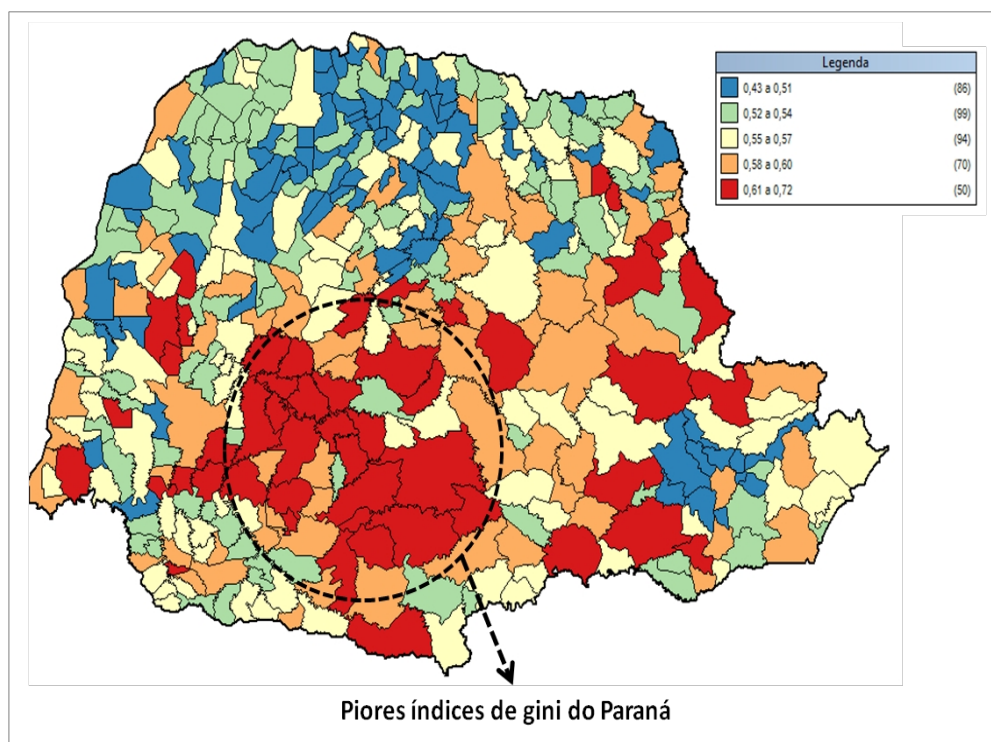
O próprio município de Laranjeiras do Sul, segundo melhor IDH da microrregião de Guarapuava, está abaixo da Argélia, país localizado no norte da África que passa por enormes dificuldades econômicas, sociais e políticas. A microrregião de



Guarapuava apresenta os piores índices de desenvolvimento humano do Paraná, conforme pode ser observado no gráfico 2 e essa situação se torna mais crítica quando analisado o índice de Gini (gráfico 3), que mede a concentração de determinados índices (riqueza, ou terra, etc.).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000
Gráfico 2: Índice de desenvolvimento Humano – ano 2000 (Paraná)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000
Gráfico 3: Índice de Gini para o Indicador – ano 2000 (Paraná)

Os municípios pertencentes à microrregião de Guarapuava apresentam os piores índices de concentração de renda. Guarapuava (0,64) e Laranjeiras do Sul (0,59), municípios com os maiores índices de desenvolvimento humano da microrregião, apresentaram uma alta taxa de concentração de renda, indicando que a população não vive igualmente nas poucas ilhas de desenvolvimento existentes nos municípios. Piores condições encontram-se nos municípios vizinhos a Laranjeiras do Sul, apresentando baixos índices de desenvolvimento humano e alta concentração de renda.

Em termos educacionais, o Campus da UFFS de Laranjeiras do Sul possui uma abrangência e área de influência considerável, atraindo estudantes de várias regiões do Paraná (inclusive do Oeste, Leste e Noroeste do Estado) e de Santa Catarina. No entanto, seu foco de atuação principal estará mais voltado para a região da Cantuquiriguaçu e de partes das Regiões Centro e Sudoeste do Estado do Paraná.

A região da Cantuquiriguaçu, onde se localiza fisicamente o campus de Laranjeiras do Sul, é caracterizada pelo baixo grau de desenvolvimento econômico e



social, e pelo elevado êxodo rural, além de níveis bastante desiguais de renda e escolarização.

O comércio de muares, desde o período colonial, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo foi responsável pela criação de diversas estradas e povoados, dentre os quais Guarapuava, com cerca de duzentos anos de existência. Entre as atividades econômicas que tiveram importância histórica para a região da Cantuquiriguaçu está a exploração da erva-mate, sobretudo no século XIX, entrando em declínio a partir da década de 1930. Ainda no século XIX até meados do século XX, desenvolveu-se o tropeirismo de gado e suínos. No entanto, a colonização efetiva dessa região se dá mais fortemente a partir dos anos de 1950. A exploração madeireira teve seu auge em meados do século XX e foi responsável pelo povoamento de uma vasta área na bacia do Rio Iguaçu. No entanto, dessa história de extrativismo e atividades erráticas restou uma região subdesenvolvida, deixada à margem pelo modelo dominante de desenvolvimento adotado na economia paranaense.

A população regional foi sendo conformada por uma miscigenação onde contribuem inicialmente os indígenas, os bandeirantes e os tropeiros, formando uma forte proporção de população cabocla. Também no início do século XX, imigrantes eslavos e italianos ocuparam grande parte dessa região. Da década de 1950 em diante se verifica um grande fluxo de imigrantes gaúchos e catarinenses, particularmente com destino às áreas do sudoeste e do oeste (IPARDES, 2007). Há ainda na região remanescentes de quilombos (Guarapuava) e descendentes de alemães.

A caracterização do perfil do habitante dessa região marca o subdesenvolvimento econômico, a destruição dos laços ancestrais nas comunidades indígenas e caboclas, pela desarticulação dos sistemas de faxinais com seus sistemas coletivos de uso da terra, e pela introdução da mecanização, com os cultivos em larga escala, a partir dos anos 1960-1970.

O processo de modernização da agricultura paranaense, deflagrado em algumas regiões, foi paulatinamente se estendendo a todas as áreas do Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais. No entanto na região da Cantuquiriguaçu tal movimento se dá de forma demorada, motivado pela ocupação tardia e pela marginalidade produtiva da maior parte de suas terras. A efetiva ocupação



pela cultura da soja, por exemplo, irá ocorrer já na expansão ocorrida nos anos 1990, fruto da ascensão do preço no mercado internacional.

Derivado desse modelo excludente e concentrador de renda e riqueza ocorre o êxodo rural, dirigido a centros urbanos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região (IPARDES, 2007), em particular na direção do litoral dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Decorrente desse fenômeno, nos últimos decênios o ritmo de crescimento populacional da maior parte dos municípios da Cantuquiriguaçu vem sendo baixo notando-se, inclusive, a ocorrência de inúmeros casos de decréscimo absoluto de população decorrente do processo de modernização e mecanização das atividades agrícolas, na perspectiva capitalista. Apesar disso, na maioria dos municípios ainda predomina a população rural (CONDETEC, 2004).

Alem disso, ocorre também uma modificação nos padrões etários dos municípios revelando um processo acelerado de envelhecimento, com redução dos grupos de idade mais jovens (IPARDES, 2004a e 2004b). Tal fenômeno no meio rural é fruto de dois movimentos: a melhoria das condições de saúde pública e programas de transferência de renda (Previdência Social, principalmente) que provocam aumento de longevidade, e de outro lado, verifica-se uma crescente masculinização e envelhecimento da população remanescente, visto a emigração principalmente de jovens e mulheres para o meio urbano. Tal fenômeno demográfico denota a falta de oportunidades de desenvolvimento em padrões adequados às aspirações dos jovens do meio rural como um dos fatores causais preponderantes e causa aumento da demanda por serviços públicos direcionados à terceira idade. A despeito dessas tendências, há que se ressaltar, no entanto, que o grau de envelhecimento da população do território Cantuquiriguaçu encontra-se em um patamar bem abaixo ao da média do Estado (13,5% ante 20%³ da média estadual). Tal fato pode decorrer, em parte, da existência de assentamentos rurais em número significativo nesta região.

Em relação à renda da população, os municípios da Cantuquiriguaçu estão abaixo da média estadual, ainda que tenha havido uma melhora no IDH municipal nos anos 1991-2000. Mesmo Laranjeiras do Sul, que registra o índice mais elevado (0,753), encontra-se bastante abaixo da média estadual (0,787) sendo que todos os municípios do

³Esse dado indica haver 20 idosos com 65 anos ou mais em relação a cada grupo de 100 jovens com 15 anos ou menos, na população total do Estado.



território situam-se abaixo até da média brasileira (0,766) (IPARDES, 2007). Essa baixa renda transparece também no total de famílias pobres no território que, em 2000, era de 26.159, representando 41,9% do total de famílias da região, indicador bastante superior à média paranaense, de 20,9%. De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, chegando a ultrapassar o dobro da média estadual (IPARDES, 2009).

No território Cantuquiriguaçu, a dinâmica econômica favoreceu a concentração de renda. Em 1991, a razão entre os extremos ricos e pobres, era de 17, abaixo da média estadual. Em 2000, esse indicador ultrapassava a média do Estado, alcançando o patamar de 28. Apesar dos ganhos verificados na década, em 2000 a maioria dos municípios não ultrapassava a média de renda domiciliar *per capita* de um terço do salário mínimo. Na escala superior das famílias, os ganhos foram elevados e, em consequência, definiram valores substanciais, com variações de 13 a 51 na razão de desigualdade (IPARDES, 2007).

Outro aspecto preocupante da realidade regional diz respeito ao trabalho infante-juvenil, que é um indicativo das dificuldades socioeconômicas das famílias que dependem da contribuição do trabalho ou da renda de seus filhos para se manterem, visto que,

a condição de uma ocupação precoce pressupõe que este segmento se encontra comprometido com obrigações que, de modo geral, os penalizam pelos riscos à saúde, pela perda de oportunidade de investimentos na formação e, principalmente, pela supressão da infância enquanto momento fundamental para atender à integralidade do desenvolvimento humano (IPARDES, 2009).

No território Cantuquiriguaçu, segundo o IBGE (2000), encontravam-se ocupados 9.931 trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos, 24,2% do total desse grupo etário – um percentual superior à média estadual, de 16,9%. Assim como no Estado, neste conjunto predominam os adolescentes de 14 a 17 anos, que representam 36,8% do total de ocupados. Esse dado é importante também em vista de justificar a adequação de turnos oferecidos pela UFFS (em especial o noturno e a modalidade de alternância), bem como o papel da universidade na dinamização de oportunidades de ascensão social para esses jovens.



Os dados apresentados mostram com elementos qualitativos e quantitativos, relativos à realidade socioeconômica e educacional regional, a pertinência de instalação de um campus da UFFS neste local. E reforçam a oportunidade de se instalar o curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, com base na vocação agrícola da região, sem descuidar da projeção de futuro para a mesma.

A justificativa da necessidade social está demonstrada por indicadores detectados na área de abrangência do projeto, destacando-se, dentre outros requisitos, pelo baixo grau de desenvolvimento socioeconômico, fruto de uma série de fatores tais como:

- a posição geográfica do território, que dificultou a interligação terrestre com outras regiões do estado e do país.
- o modelo histórico de povoamento – esparsa, focado em grandes latifúndios e em unidades familiares isoladas, sem o estímulo para organizações associativas que pudessem capitalizar territorialmente os resultados econômicos.
- os ciclos econômicos aqui implantados, baseados no extrativismo, sem consideração pela geração de novas atividades e a necessária formação de capital social (na acepção de PUTNAM⁴);
- modelos econômicos promotores de concentração de renda e riqueza, bloqueando a distribuição equitativa da riqueza gerada
- iniciativas geradoras de um passivo ambiental com forte impacto residual até os dias atuais, resultando na degradação de solos e na dilapidação de um capital inicial que permitiria reservas econômicas e naturais para um projeto regional sustentável de desenvolvimento.
- intervenções de grande porte por iniciativa governamental na área de energia (com posterior privatização a valores ínfimos) resultando na drenagem dos recursos gerados pelas hidrelétricas⁵ para fora da região e do país, deixando

⁴PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro:FGV, 2000.

⁵ Segundo dados do Iparde (2005 e 2007), o setor elétrico responde por 80% do valor adicionado pelo setor industrial na região da Cantuquiriguaçu. No entanto essa atividade é altamente intensiva em capital e estabelece vínculos quase nulos com as cadeias produtivas locais.



apenas os rastros sociais de degradação e pobreza em seu entorno e gerando maior concentração de renda e riqueza.

Esse conjunto de fatores indica a possibilidade de se instalar na região o *Campus* bem como o curso de Ciências Econômicas. A seguir aprofundam-se os elementos da demanda e da inserção social do curso.

4.2.1 Aspectos sobre a demanda existente

O curso procurará atender a demanda oriunda dos seguintes segmentos:

- a) filhos de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária (a região de abrangência da UFFS detém cerca de 75% de famílias de pequenos produtores rurais, provenientes da agricultura familiar);
- b) comunidades indígenas que vivem em condições precárias de sobrevivência;
- c) Sócios e dirigentes de cooperativas e associações rurais e urbanas carentes de formação técnica em gestão, dirigida a fomentar o associativismo e a intercooperação, e a conduzir processos coletivos de resolução de problemas;
- d) trabalhadores da região em idade escolar e universitária, inseridos nas empresas da região e industriais;
- e) quadros dirigentes dessas empresas regionais que já exercem função de gestão empresarial e que pretendem aperfeiçoar seus conhecimentos na área;
- f) Jovens atualmente fora da escolarização atraídos pelas novas oportunidades surgidas com a criação do curso e da universidade na região.
- g) Jovens egressos das Casas Familiares Rurais (sete na região, com 1700 alunos) e do Ceagro (seis turmas com mais de 360 profissionais formados, região de Cantuquiriguaçu).
- h) Gestores e servidores públicos de órgãos municipais, estaduais e federais, que procuram aperfeiçoar seus conhecimentos e habilidades em vista de melhor exercer o cargo público, bem como desenvolver estratégias mais adequadas para o desenvolvimento da região.
- i) Pequenos municípios que enfrentam problemas na execução de seus planos de desenvolvimento.



- j) Gestores de micro empreendimentos, que visam ampliar seus conhecimentos e qualificar a forma de gerir seus negócios.

4.2.2 Relevância do projeto para o desenvolvimento regional

Partindo da realidade regional, sobretudo de premissas como:

a) há um baixo nível de desenvolvimento da região (dados do PIB, pobreza, renda, entre outros);

b) há a necessidade de se formar quadros técnicos organizadores de iniciativas associativas que promovam melhorias sociais e o desenvolvimento econômico regional de forma inclusiva e sustentável;

c) há a necessidade de formar quadros técnicos e políticos para atender a demanda de serviços públicos presente na região, e;

d) há necessidade de elevação cultural e de escolarização do meio rural;

pode-se afirmar que a relevância do curso de Ciências Econômicas para o desenvolvimento regional decorre da: (a) necessidade e possibilidade de criação de um modelo de desenvolvimento equitativo, baseado na cooperação entre os mais pobres, na intercooperação entre cooperativas e formas associativas, no associativismo entre micro e pequenas empresas regionais, de forma a poder desenvolver novas iniciativas socioeconômicas de futuro para a região, que contribua para reduzir a pobreza e a desigualdade social regional; bem como da (b) necessidade de profissionais preparados e qualificados para elaboração participativa de programas e políticas públicas descentralizadoras de renda e riqueza e indutoras de um desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente sustentável .

4.2.3 O curso deverá:

1. estudar, compreender e sistematizar conhecimento sobre as dinâmicas socioeconômicas e ambientais historicamente construídas na região,
2. cotejar com o conhecimento científico existente e com as experiências históricas brasileiras e internacional,
3. levar em conta as potencialidades existentes na região e no país,



4. formatar propostas educativas e de intervenção na realidade (articulando ensino com pesquisa e extensão), de forma compartilhada com os atores sociais presentes na região;
5. numa perspectiva de resgate das possibilidades históricas, construir nesse território um novo modelo de desenvolvimento.

4.2.4 *Inovações propostas com o curso*

- _ um curso comprometido com o desenvolvimento regional, em especial com a superação da pobreza e desigualdade socioeconômicas, considerando as características agrárias da região;
- _ tendo oferta de turno noturno de forma a permitir que jovens e adultos trabalhadores possam cursar a universidade;
- _ que promova a interação com os movimentos sociais, com as associações empresariais e com o cooperativismo da região mediante projetos de pesquisa e extensão de modo a preparar quadros qualificados e ao mesmo tempo ir se inserindo na realidade regional, buscando sua transformação;
- _ que ofereça turmas em regime de alternância, de forma a propiciar o acesso à UFFS, e ao curso de Ciências Econômicas em particular, a estudantes residentes no meio rural, com dificuldades de acesso diário à universidade, seja pelas distâncias de sua residência até o campus, seja pela inexistência de transporte cotidiano.

4.2.5 *Inserção social do curso considerando as necessidades da comunidade*

O curso pretende responder às necessidades identificadas no diagnóstico regional que vem sendo construído coletivamente em espaços como o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC), e em análises estruturais feitas pelo IPARDES (2009), pelos movimentos sociais do campo (MSC) e por órgãos governamentais.

Uma primeira medida seria a realização de turmas em período integral, focando algumas turmas para o período noturno, de forma a possibilitar que jovens



trabalhadores possam cursar a universidade, sem ter de sacrificar a renda familiar, ou exercer seleção negativa, no sentido de apenas viabilizar educandos que possam manter-se na UFFS devido a condições econômicas familiares favoráveis.

O curso buscará apoiar e implantar, direta ou indiretamente, projetos estruturantes em vista de produzir conhecimento e reforçar ações que atuem sobre os gargalos responsáveis pelo atraso regional. Buscará contribuir para as reflexões e análises que apontem os limites e contradições do modelo de desenvolvimento historicamente construído na região, de forma que no futuro a região possa dispor de estratégias inclusivas e equitativas de desenvolvimento. Para isso é fundamental uma prioridade clara no envolvimento da UFFS e do curso de Ciências Econômicas com a população mais pobre do campo e do meio urbano de forma a contribuir para superar a miséria e as desigualdades sociais detectadas.

Contudo, a UFFS, instituição pública, democrática, popular e gratuita, por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) oferece o curso de Ciências Econômicas como resposta aos anseios regionais da Grande Região da Fronteira Sul. E, nesse sentido, o curso contempla uma proposta de formação profissional, consciente dos apelos e das manifestações daqueles que procuram superar as desigualdades sociais, construindo um novo futuro para a região.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

Os referenciais ético-políticos do curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, seguem o disposto no projeto pedagógico institucional da UFFS e podem ser sintetizados em quatro grandes dimensões:

- a) Perspectiva universitária pública e popular, a fim de suprir as dificuldades historicamente acumuladas de acesso e permanência da população da mesorregião ao ensino superior;
- b) Preocupação com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região da fronteira sul do País;
- c) Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
- d) Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, a partir de um perfil formativo que englobe formação cidadã, interdisciplinar e profissional.

De acordo com essas diretrizes gerais, a formação do profissional de Ciências Econômicas deverá contribuir para permanência da população na Mesorregião da Fronteira Sul, oferecendo alternativas de qualificação e, com isso, de geração de renda. Dessa forma, o curso procura contribuir para reverter a tendência de redução da população jovem na região e oferecer novas oportunidades de qualificação, fatores fundamentais para recuperar o dinamismo econômico da agricultura familiar e viabilizar melhores indicadores de qualidade de vida para a região.

A UFFS não se preocupa apenas com o acesso da população historicamente excluída do ensino superior público, mas também com sua permanência na Universidade. Para isso, o curso de Ciências Econômicas, seguindo a política implementada pela UFFS em contexto mais amplo, disponibiliza aos acadêmicos bolsas de estudos que, além de contribuir financeiramente para manutenção dos alunos mais



carentes, oportuniza novas possibilidades de integração junto à universidade, seja em atividade de pesquisa ou extensão.

Para formar o profissional com as competências e habilidades dispostas nesse projeto pedagógico, o curso de Ciências Econômicas busca forte integração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Essa política, na perspectiva proposta, deverá contribuir para o desenvolvimento e disseminação de modelos e atividades econômicas alternativas, que se baseiam na sustentabilidade e na solidariedade, visando à superação da matriz produtiva vigente. Assim, o curso visa contribuir para amenizar as desigualdades sociais e regionais, problema historicamente não resolvido pela nossa sociedade, e que deve ser pensado em cursos com a proposta de formação profissional aqui apresentada.

O curso prioriza ainda, nos moldes estabelecidos pelos referenciais ético-políticos da UFFS, o respeito aos princípios de democracia e autonomia, assim como a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, por entender que esse processo oportuniza a pluralidade metodológica e o debate acadêmico. Esse último entendido como uma excelente forma de avanço do conhecimento e fortalecimento dos três pilares básicos que sustentam uma Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

5.2 Referenciais epistemológicos

A redefinição do papel social da universidade no atual contexto social requer não apenas uma atividade inflexiva sobre os fundamentos éticos e políticos da práxis educativa; implica também uma profunda revisão das formas de produção, sistematização, conservação e transmissão do conhecimento historicamente construídas pela Universidade moderna. O modelo epistemológico vigente, fundado a partir do ideal iluminista, foi orientado ora para a formação de quadros burocráticos tendo em vista o funcionamento do Estado, ora para a formação nas politécnicas a fim de atender demandas associadas ao processo de modernização e de consolidação do capitalismo em um dado contexto.

Do ponto de vista epistemológico, a perspectiva proposta pela UFFS implica o rompimento com este referencial orientador constituído historicamente pela universidade moderna, haja vista a missão da instituição, criada para ser vetor do desenvolvimento mesorregional a partir de uma perspectiva solidária e sustentável,



tendo como premissa a superação da atual matriz produtiva. Essa ruptura implica a adoção de uma postura epistemológica fundada nas seguintes características:

- a) Num norte epistemológico histórico-crítico, que perpassasse organicamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade e segundo o qual toda atividade universitária se oriente para a promoção e reconhecimento de identidades coletivas;
- b) Na ideia de “ecologia de saberes”, a partir da qual o conhecimento científico é posto a par de outras formas de saber, fundadas, por exemplo, na tradição religiosa, filosófica e cultural da região, no intuito de estabelecer um diálogo profícuo entre eles. Assim, em oposição à ideia tradicional de “universidade” – que se consolidou historicamente como lócus privilegiado da produção e do cultivo do científico – adota-se a ideia de pluriversidade, tomando a instituição como local privilegiado do encontro de saberes;
- c) Adoção de um paradigma integrador do conhecimento, em oposição ao cartesianismo (fragmentador e mecanicista).

Esta postura epistemológica materializa-se na adoção de determinadas posturas institucionais. Na dimensão do ensino, a organização pedagógica dos cursos da UFFS é indicativa da preocupação institucional nesse sentido, ao estruturar-se em torno de um domínio comum de formação com ênfase na formação cidadã, bem como, de um domínio conexo de formação com ênfase na interdisciplinaridade paralela ao domínio específico de cada formação profissional. Neste sentido, a interdisciplinaridade e a pluralidade metodológica e paradigmática constituem-se como aspectos fundamentais do curso.

O currículo, embora concebido com base na organização das disciplinas, tem passado por modificações que objetivam torná-lo mais flexível, permitindo uma maior comunicação entre as disciplinas, melhor relação teoria-prática e maior participação do acadêmico. Esta temática tem sido objeto de discussão entre docentes da instituição, no sentido de avaliarem alternativas para a implantação de uma proposta integradora para o curso, que sistematize e oriente a interação entre os saberes desenvolvidos no ementário de seus diversos componentes curriculares.

Na dimensão do ensino, o curso de Ciências Econômicas contempla a preocupação em desenvolver suas atividades de forma crítica e reflexiva, em uma



perspectiva histórica que demonstre a evolução da sociedade e das suas diferentes formas de organização, funcionamento e modos de produção. Objetiva-se construir uma forma de pensar que supere o individualismo, estimulando o desenvolvimento e a disseminação da identidade coletiva por meio da cooperação e compartilhamento do conhecimento.

Em consonância com as diretrizes epistemológicas da UFFS, o curso de Ciências Econômicas procura, por meio dos seus diversos componentes curriculares (especialmente por meio do domínio específico), uma formação que contemple o estudo do conhecimento nas suas mais diversas manifestações (conhecimentos relativos à tradição religiosa, filosófica e cultural da região), especialmente focada na evolução histórica desses saberes. A disposição das disciplinas da forma exposta na matriz curricular demonstra não estarem as diversas formas de conhecimento desconexas, mas sim integradas, proporcionando a formação de um profissional com visão holística/sistêmica dos saberes em sua manifestação abstrata e concreta.

Na dimensão da pesquisa científica, esta perspectiva epistemológica orienta a opção por atividades comprometidas com:

- a) A produção e sistematização de conhecimento sobre o contexto de inserção de UFFS, sobretudo na compreensão da identidade dos elementos que unem a mesorregião da grande fronteira sul;
- b) Suporte técnico e tecnológico aos grupos mais carentes da população mesorregional, especialmente os pequenos produtores rurais, a população indígena e os quilombolas;
- c) O fomento ou aprofundamento das dinâmicas de modelos econômicos cooperativos e solidários;
- d) Diálogo com os movimentos sociais, especialmente com aqueles engajados na criação da UFFS.

Esta perspectiva epistemológica reinterpreta também a importância da extensão acadêmica para a compreensão do papel social da UFFS. A extensão é concebida pelo Projeto Pedagógico Institucional da UFFS como canal de produção da legitimidade social da universidade. Com isso, consegue-se a integração orgânica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro do curso. A teoria da sala de aula é transposta para fora dela, compreendendo que a Universidade não é um ambiente fechado, mas dialoga



constantemente com a comunidade que a abriga, sendo, também, lugar onde serão construídos os meios através dos quais a melhoria das condições dos cidadãos da região onde a Universidade está inserida é almejada.

Na dimensão da pesquisa, seguindo a perspectiva epistemológica da UFFS, o curso de Ciências Econômicas contempla a produção e a sistematização do conhecimento voltado para a realidade regional. Além de priorizar a formação de identidades coletivas, a pluriversidade científica e a ideia de um paradigma integrador do conhecimento, a pesquisa no curso está direcionada à criação, promoção e ampliação de estudos que estimulem o dinamismo da economia regional. No contexto do perfil de profissional que se deseja formar, a pesquisa desenvolvida no curso prioriza estudos econômicos, sociais, políticos, e ambientais relacionados às questões de desenvolvimento da região.

As pesquisas incluem, ainda, o suporte e assistência tecnológica das atividades econômicas que contemplem o desenvolvimento regional como um todo, fomentando trabalhos que visem estimular a utilização de tecnologias ecologicamente corretas, mediante a conscientização dos produtores e profissionais do campo. As pesquisas desenvolvidas no curso procuram também atender as demandas da população e estimular o desenvolvimento de modelos de produção cooperativos e solidários, já que no atual contexto econômico tais ações são necessárias para sobrevivência dos pequenos produtores. Mais do que uma necessidade, tais ações criam alternativas de geração de renda e emprego para os pequenos agricultores.

A partir da concepção de ensino e pesquisa, o curso de Ciências Econômicas procura viabilizar atividades de extensão que forneçam apoio as atividades econômicas da região. O curso concebe a extensão como uma necessidade, já que é por meio dela que se estabelece a cooperação com a comunidade regional e se permite que os conhecimentos produzidos na Universidade, na comunidade ou no seu conjunto, possam ser disseminados junto à sociedade local. O curso compreende-se como um sistema aberto que interage com a comunidade e, em conjunto com esta, produz e dissemina o conhecimento.



5.3 Referenciais metodológicos

As competências e habilidades dos egressos do curso de Ciências Econômicas são formadas e desenvolvidas em um contexto que privilegia a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Através dessa articulação procura-se formar profissionais conscientes do seu papel como agentes transformadores da atual realidade social e promotores do desenvolvimento local. Não se procura a formação de um profissional voltado aos interesses privados e individuais, mas sim um agente dotado de capacidades inovadoras e cooperativas, preocupado com os problemas que afligem o desenvolvimento regional. Para formação de um profissional capacitado a compreender o espaço de atuação e suas múltiplas interações, o curso oferece uma sólida formação em componentes curriculares que contemplam uma formação sociológica, política, econômica e ambiental, além, de incentivar a pesquisa e a extensão nessas áreas. As questões econômicas são discutidas por meio de ações que integram a teoria e a prática, fatores presentes durante todo o período de formação dos profissionais. Além dos componentes curriculares dispostos nos três domínios de formação, essas questões são debatidas e estudadas nos trabalhos de conclusão de curso dispostos na matriz curricular.

O egresso do curso de Ciências Econômicas é um profissional preocupado com o desenvolvimento regional, capacitado em gestão de empreendimentos agroindustriais no contexto da agricultura camponesa como forma de geração de renda e estímulo à economia local. Além disso, é um profissional preocupado com a sustentabilidade não apenas financeira dos empreendimentos, mas com a questão ambiental, a utilização de tecnologias limpas, energias renováveis e também, com o desenvolvimento social e humano, visando a articulação do espaço rural com o urbano.

Assim, o curso de Ciências Econômicas, por meio deste projeto pedagógico, articula o ensino, pesquisa e extensão bem como contempla os princípios de disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na medida em que promove o estudo, a integração, e a discussão entre os docentes e discentes dos diversos componentes curriculares, assim como o ensino e a extensão. Esse processo deve ser entendido como a integração entre disciplinas e os diferentes campos do saber organizando-os para a unidade do conhecimento, visando ao pleno desenvolvimento do educando (compreensão do mundo presente). Deseja-se uma formação que prepare o



profissional tanto para o exercício da cidadania, quanto para o mundo do trabalho em um processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar, nas diferentes possibilidades de formação (como disciplinas obrigatórias, eletivas, atividades complementares), os desafios impostos pelas mudanças sociais e pelos avanços científicos e tecnológicos.

Desta forma, o curso prepara o egresso com amplo conteúdo teórico, fundamental na formação de um economista, e avança ao enfatizar duas linhas de formação: Desenvolvimento e Cooperativismo.

A linha de formação Desenvolvimento contempla o desenvolvimento regional, não se tratando apenas das questões econômicas pertinentes ao desenvolvimento, mas também de aspectos políticos, sociais, culturais, ambientais e institucionais. Diante do baixo desenvolvimento socioeconômico da região, a linha de formação do desenvolvimento atende uma demanda expressiva e acentuada diante da falta de perspectiva existente antes da instalação do *Campus* da UFFS na região. Dentre os CCR's ofertados na matriz curricular diretamente relacionados a linha de formação Desenvolvimento, destacam-se: Desenvolvimento Socioeconômico (sessenta horas), Economia do Setor Público e Políticas Públicas (sessenta horas), Planejamento do Desenvolvimento Regional (trinta horas); Desenvolvimento Rural (trinta horas). Além de inúmeros outros componentes curriculares que tratam da questão do desenvolvimento, de acordo com as ementas e objetivos das disciplinas.

Em relação à linha de formação Cooperativismo, a demanda é cada vez maior, isto porque a quantidade de pequenos produtores é significativa e, diante das dificuldades enfrentadas por aqueles que não detém capital suficiente para manterem-se competitivos, a necessidade de união e associação se faz de forma indispensável. E o cooperativismo é uma das principais formas para que esses produtores possam melhorar sua qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região. Considerando a linha de formação Cooperativismo, a matriz curricular apresenta os seguintes CCR's: Contabilidade Rural e Cooperativa (trinta horas), Teoria Cooperativista I (sessenta horas), Economia da Cooperação (sessenta horas), além de outros componentes curriculares que apresentam na ementa e em seus objetivos o foco cooperativo.



Convém ressaltar que além das disciplinas obrigatórias, ementas e objetivos relacionados ao Desenvolvimento e ao Cooperativismo, merece destaque a oferta de disciplinas optativas, oficinas, atividades de pesquisa e extensão, seminários avançados e outras atividades acadêmicas que perpassam as linhas de formação do curso.

Não obstante, este perfil é fruto do trabalho do movimento Pró-Universidade e dos movimentos sociais que definiu os cursos que seriam ofertados no campus Laranjeiras do Sul. Assim, a instalação do curso de Ciências Econômicas, com as linhas de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, vai ao encontro das necessidades da região quanto a demanda por profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida da população do Território Cantuquiriguaçu.

5.4 Referenciais Legais

No âmbito dos referenciais legais o curso de Graduação em Ciências Econômicas, em sua organização e carga horária contemplam tanto as diretrizes quanto as necessidades regionais.

As disciplinas do curso de Ciências Econômicas da UFFS estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares, as quais apontam a necessidade de um mínimo de 50% da carga horária do curso, ou 1710 horas, alocadas para os conteúdos obrigatórios de formação geral, teórico-quantitativa, história e teórico-práticos.

O Parecer/CNE/CP 003/2004 e da Resolução 01, de 17 de junho de 2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira e Africana. Este documento tem por objetivo orientar projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS desde sua criação teve preocupação com as minorias excluídas. Em seu PPI tem como um de seus princípios norteadores ser uma Universidade democrática, autônoma, que respeita a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.



Para cumprir essas metas, serão previstos projetos de valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e africanos por meio de: exposições, visita ao quilombo “Paiol de Telha” na região de Guarapuava, apresentação de grupos de dança em eventos culturais previstos da instituição. Fomentando, dessa forma atividades de divulgação e produção de conhecimento, fundamentadas em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, a fim de combater o racismo e discriminação.

A Universidade vive um momento impar desde sua implantação. Grupos de trabalhos estão sendo constituídos para construir uma política especial de inclusão de grupos sociais marginalizados historicamente do acesso ao ensino superior. Embora, a Universidade já tenha completado pouco mais de dois anos de funcionamento à presença de indígenas, negros, quilombolas e faxinalenses sempre pautaram as discussões de uma universidade comprometida com a inclusão social. Diante dessas questões, a primeira comissão constituída para tal, teve o papel de construir uma política de inclusão dos povos indígenas no ensino superior. É importante ressaltar que a construção das políticas de inclusão da UFFS pretende além de promover o acesso aos cursos superiores, apresentar alternativas para sua permanência, seu envolvimento com a pesquisa e extensão, sempre respeitando os saberes tradicionais desses povos.

Conteúdos de Formação Geral

Estas disciplinas contemplam estudos introdutórios à formação do economista, bem como conhecimentos em áreas afins. De acordo com as diretrizes curriculares, estas disciplinas deverão deter 10% da carga total do curso, equivalente a 342 horas. O quadro a seguir apresenta as disciplinas componentes do curso que refletem a formação geral.

Disciplinas	Créditos	Carga horária
Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4	60
Introdução à Administração	4	60
Introdução ao Pensamento Social	4	60
Matemática Instrumental	4	60
Estatística Básica	4	60
Contabilidade Introdutória	4	60
Direito e Cidadania	4	60



Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativo

Os conteúdos se direcionam para a formação profissional propriamente dita, abordando conhecimentos avançados de microeconomia, macroeconomia, entre outras. Segundo as diretrizes curriculares, o conjunto destas disciplinas deverá possuir 20% da carga horária do curso. A seguir, verificamos estes conteúdos na matriz curricular do curso de Ciências Econômicas da UFFS. O quadro a seguir relaciona as disciplinas deste eixo de formação.

Disciplinas	Créditos	Carga horária
Economia Política	4	60
Contabilidade Social	2	30
Microeconomia I	4	60
Microeconomia II	4	60
Tópicos Especiais de Microeconomia	2	30
Macroeconomia I	4	60
Macroeconomia II	4	60
Tópicos Especiais de Macroeconomia	2	30
Economia Internacional	4	60
Economia do Setor Público e Políticas Públicas	4	60
Economia e Política Monetária	4	60
Desenvolvimento Socioeconômico	4	60
Estatística Econômica e Introdução à Econometria	4	60
Econometria	4	60

Conteúdos de Formação Histórica

Estas disciplinas permitem ao economista uma visão ampla dos fatos socioeconômicos, relacionando a questão histórica com a teoria econômica. De acordo com as diretrizes curriculares, estas disciplinas deverão deter 10% da carga total do curso. O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares do curso que refletem a formação histórica. Além das disciplinas mencionadas a seguir, será ofertado um seminário avançado de conteúdo relacionado a formação histórica como complemento a formação do acadêmico.

Disciplinas	Créditos	Carga horária
História da Agricultura	2	30
História da Fronteira Sul	4	60
História dos Movimentos Sociais no Campo	2	30
Realidade do Campo Brasileiro	4	60



História Econômica Geral	4	60
Formação Econômica do Brasil	2	30
Economia Brasileira Contemporânea	4	60

Conteúdos Teórico-Práticos

As disciplinas pertencentes a este conjunto fornecem uma relação com as questões práticas na formação dos acadêmicos, de acordo com o perfil do egresso. De acordo com as diretrizes curriculares, estas disciplinas deverão deter 10% da carga total do curso. O quadro seguir apresenta as disciplinas componentes do curso que refletem a formação teórico-práticos. Além desses componentes, será ofertado um seminário avançado de conteúdo relacionado a teoria-prática para complementar a formação do acadêmico.

Disciplinas	Créditos	Carga horária
Iniciação à Prática Científica	4	60
Técnicas de Pesquisa em Economia	4	60
Monografia I	6	90
Monografia II	8	120

Portanto, ao avaliarmos os conteúdos delineados pelas diretrizes curriculares e o currículo do curso de Ciências Econômicas da UFFS, observamos o atendimento as diretrizes, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Conteúdos	Créditos	Carga horária
Formação Geral	28	420
Teórico-quantitativa	50	750
Histórica	22	330
Teórico-práticos	22	330
Total	122	1830

O restante da grade curricular se refere às áreas afins, ao conjunto das disciplinas definidas na política de graduação da UFFS e, principalmente, as linhas de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Geral

Formar profissionais capacitados a compreender o desenvolvimento regional em suas dimensões econômicas, sociais, políticas, e ambientais, com competências e habilidades para a análise de problemas socioeconômicos, permitindo a proposição de ações integralizadoras de desenvolvimento sustentável, além da gestão agroindustrial e o cooperativismo, principalmente em contexto regional.

6.2 Específicos

- a) Proporcionar a formação de um egresso ético, com consciência crítico-reflexiva e responsabilidade no desempenho de sua profissão, preocupado em intervir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- b) Formar profissionais imbuídos de espírito de liderança e empreendedorismo, capazes de solucionar e diagnosticar problemas advindos do meio rural e urbano;
- c) Preparar profissionais para a compreensão de questões políticas e socioeconômicas, articulando o poder público e os atores sociais, propondo ações regionais para o desenvolvimento sustentável, além de subsidiar a elaboração de políticas públicas, locais e/ou regionais;
- d) Desenvolver profissionais conscientes de seu papel em prol das transformações necessárias ao bem social, que sejam competentes e hábeis nos processos que exijam a elaboração de diagnósticos e a gerência de projetos sustentáveis;
- e) Conscientizar o acadêmico da importância do cooperativismo e do associativismo, enquanto vias de promoção do desenvolvimento regional;
- f) Constituir profissionais imbuídos do espírito da justiça social e cidadania, que saibam conjugar esforços coletivos para a construção de relações solidárias entre a produção e consumo de alimentos, com responsabilidade ambiental e inclusão social;



g) Qualificar o acadêmico, futuro egresso, para atividades que exijam a promoção de processos participativos e integradores que envolvam a pesquisa e a extensão rural para o desenvolvimento sustentável.



7 PERFIL DO EGRESSO

O perfil profissional do egresso consistirá na detenção de capacidade e competência administrativas, na formulação e execução de políticas de desenvolvimento, no apoio técnico e gestão de redes sociotécnicas regionais e de empreendimentos cooperativos. O egresso terá um perfil de preocupação e cuidado com a sustentabilidade ambiental e sociocultural das atividades econômicas regionais.

Além disso, o profissional formado em Ciências Econômicas deverá ter as seguintes habilidades e competências:

- a) Base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social;
- b) Capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- c) Capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- d) Compreender e analisar criticamente textos econômicos;
- e) Elaborar pareceres, trabalhos, textos e relatórios na área econômica com destaque para o desenvolvimento regional e cooperativista;
- f) Diagnosticar o perfil econômico da região e viabilizar alternativas para o desenvolvimento regional;
- g) Realizar pesquisas e estudos em Economia, com foco nas áreas de gestão, desenvolvimento regional e cooperativismo;
- h) Identificar, analisar e sistematizar problemas e potencialidade de cadeias produtivas regionais;
- i) Propor, junto a órgãos governamentais, políticas públicas de desenvolvimento sustentável;
- j) Valorizar a importância das atividades econômicas da região, incluindo a agricultura familiar e o meio ambiente;
- k) Discutir e dialogar sobre modelos de desenvolvimento;
- l) Reconhecer, valorizar e promover as competências regionais;



- m) Reconhecer a cooperação como eixo estratégico ao desenvolvimento socioeconômico;
- n) Promover eventos e debater publicamente o desenvolvimento regional, com destaque para o cooperativismo;
- o) Desenhar e readequar planos e fluxos na gestão da produção e da agroindústria, obedecendo às dimensões sócio-político-econômico-ambientais;
- p) Gerir empreendimentos sustentáveis de produção e agroindústria (inclusive agricultura familiar e organizações coletivas);
- q) Assessorar o desenvolvimento de novos produtos e processos, possibilitando inclusive a agregação de valor;
- r) Estimular e ampliar as oportunidade de geração de emprego e renda na região;
- s) Analisar a viabilidade econômica de produtos e projetos;
- t) Estimar impactos econômicos, ambientais e socioculturais nos empreendimentos e políticas propostas;
- u) Propor planos e projetos para direcionar a cadeia agro-alimentar, buscando oportunizar novas fontes de energia;
- v) Sugerir e aperfeiçoar empreendimentos para o desenvolvimento local;
- w) Medir os avanços tecnológicos, diagnosticando seus efeitos para a sociedade, visando garantir a responsabilidade socioambiental e respeitar a cultura local;
- x) Discutir as questões relacionadas a agroindústria com os diversos públicos e interesses, considerando a cultura local.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas está organizado em **oito** semestres letivos para o turno **matutino** e em **nove** semestres para o turno **noturno**, com o regime de funcionamento regular.

O curso totaliza 3.420 horas distribuídas em:

3.030 horas para os conteúdos curriculares;

210 horas de trabalho de conclusão de curso (monografia);

60 horas de seminários avançados;

120 horas de atividades curriculares complementares;

A mudança do curso de DRGA para Ciências Econômicas não impossibilitou o aproveitamento dos componentes curriculares do curso antigo. Assim, todas as disciplinas cursadas e demais atividades desenvolvidas no curso de DRGA foram absorvidas pelo curso de Ciências Econômicas, o qual passou a trabalhar com duas linhas de formação para destacar a diferença do curso de economia ofertado pela UFFS, Desenvolvimento e Cooperativismo.

8.1 Natureza dos componentes curriculares

8.1.1 *Disciplinas:*

Na continuidade do curso de Ciências Econômicas serão oferecidas disciplinas divididas em três grupos: **Disciplinas do Domínio Comum** que contemplam um conjunto de disciplinas comuns a todos os cursos de graduação da UFFS. As Disciplinas do Domínio Comum têm por objetivo a inserção de conteúdos voltados para a formação profissional e cidadã, com ênfase em fundamentos éticos, ontológicos, epistemológicos e histórico-sociais.

Outro conjunto de conteúdos curriculares é denominado: **Disciplinas do Domínio Conexo** e contempla elementos da formação e atuação profissional dos alunos.

Por fim, têm-se os conteúdos apresentados pelas **Disciplinas do Domínio Específico**, distribuídas ao longo do curso. Essas disciplinas dizem respeito às



especificidades científicas necessárias para a construção de competências e habilidades nos alunos.

8.1.2 *Disciplinas Optativas:*

São disciplinas que oferecem conteúdos suplementares à formação profissional, que visam atender às demandas e discussões advindas das salas de aula, de acontecimentos ocorridos no cenário de inserção da UFFS ou divulgados amplamente pela mídia, garantindo flexibilidade e atualização à matriz curricular. Os critérios para seleção e oferta serão definidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas em regulamento próprio.

8.1.3 *Seminários Avançados:*

Os Seminários Avançados apresentam ementários flexíveis, pois têm como objetivo discutir temas pertinentes ao curso e garantir a atualização do currículo. Os critérios para seleção da ementa e oferta (Seminários Avançados I, II, III e IV), serão definidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas em regulamento próprio, podendo ser ofertados a qualquer momento pelo curso.

8.1.4 *Trabalho de Curso – Monografia:*

O Trabalho de Curso (TC) tem por objetivo a elaboração de um trabalho monográfico que acarrete a participação dos alunos no curso de Ciências Econômicas na perspectiva da pesquisa e investigação científica. A monografia está alicerçada em dois componentes curriculares obrigatórios, Monografia I e Monografia II, oferecidos sequencialmente a partir da sétima fase do curso (diurno) ou da oitava fase (noturno).

A integração entre a tríade: ensino, pesquisa e extensão estão asseguradas no **Trabalho de Curso**, pois através da elaboração e realização de projetos monográficos com características interdisciplinares, estabeleçam-se diferentes relações entre teoria e prática, tecendo uma estreita vinculação com os objetivos do curso.

8.1.5 *Atividades curriculares complementares:*



As **atividades curriculares complementares** são componentes que priorizam a construção de habilidades, conhecimentos e competências adquiridas fora do contexto acadêmico de ensino superior.

As atividades curriculares complementares visam à manutenção de uma discussão constante por intermédio dos alunos sobre o processo teoria-prática. Por meio das atividades curriculares complementares o aluno será capaz de se inserir em conteúdos transversais inter-multidisciplinares e opcionais no tocante ao mundo do trabalho, com as peculiaridades das organizações rurais e com as ações de extensão junto às necessidades emanadas da comunidade.

Nos anexos deste projeto, apresentam-se as propostas de regulamento para as Atividades Curriculares Complementares e o regulamento da Monografia.

Além das disciplinas mencionadas anteriormente e de outras atividades relacionadas ao curso (seminários avançados, monografia, atividades curriculares complementares, entre outros) o curso de Ciências Econômicas da UFFS buscará viabilizar visitas técnicas, viagens de estudo, participação em eventos de relevância econômica (tais como encontros, congressos, seminários), entre outros. Estas iniciativas de ensino podem ser consideradas tanto como atividades relacionadas às disciplinas, como a monografia, seminários avançados ou atividades complementares.

A participação dos acadêmicos e da UFFS serão priorizadas quanto tais atividades tiverem relação direta com a economia, a gestão, ao desenvolvimento e ao cooperativismo. Os docentes deverão elencar nos planos de ensino as viagens e eventos programados ao longo do semestre para justificar estas atividades.

8.1.6 Laboratórios

O Curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo propõe, em sua estrutura, a implantação de laboratórios que estimulem e potencializem o trabalho articulado entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os laboratórios que compõem o curso são: Ciências Humanas I e II, Laboratório de Cooperativismo e laboratório de Ciências Econômicas. Além desses, é possível a utilização de outros laboratórios da Universidade, conforme a oferta de disciplinas optativas.



Os laboratórios de Ciências Humanas possuem papel central na elaboração e realização das atividades didático-pedagógicas relacionadas a disciplinas específicas do curso. Estes laboratórios serão compartilhados com o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, além de atender a demanda específica dos componentes pertencentes ao Domínio Comum. A utilização dos laboratórios em questão permitirá ampliar as atividades docentes, diversificando conteúdos, estratégias didático-pedagógicas, favorecendo a assimilação e participação dos acadêmicos.

O laboratório de Cooperativismo tem como principal objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de Economia relacionado à economia solidária e ao cooperativismo. O laboratório sediará projetos de pesquisa e de iniciação acadêmica dos professores do curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo. O laboratório de Cooperativismo objetiva criar e disseminar práticas de gestão sustentável, que considerem o desenvolvimento de atividades inovadoras e responsáveis nas esferas econômica (sobrevivência dos empreendimentos), social (valorização humana) e ambiental (preservação do ambiente natural), buscando plena conciliação dessas práticas com o desenvolvimento regional. Com o laboratório desejam-se atender todos os componentes curriculares do curso de Ciências Econômicas, com destaque para as disciplinas relacionadas a linha de formação Cooperativismo. Justifica-se a relevância da implantação deste laboratório devido ao compromisso firmado com os movimentos sociais, já que o laboratório tem por objetivo principal desenvolver projetos de pesquisa e extensão ligados aos interesses e necessidades desses movimentos. O laboratório de Cooperativismo tem por princípio disseminar nos acadêmicos e na sociedade as práticas da sustentabilidade. Através de pesquisas e de cursos de extensão, o laboratório pretende difundir conhecimentos no intuito da geração de uma maior qualidade de vida da população rural.

O laboratório de Ciências Econômicas tem como objetivo auxiliar atividades didático-pedagógicas de alguns componentes curriculares do curso de economia. Seu principal objetivo é possibilitar o uso de ferramentas mais específicas de alguns componentes curriculares do curso.

Os laboratórios mencionados anteriormente poderão ser construídos provisoriamente em espaços disponibilizados pela Universidade, ou ainda, utilizando a estrutura de outros laboratórios já existentes, como o laboratório de informática.



8.2 Matriz curricular

A atual grade curricular do curso de Ciências Econômicas foi adaptada em duas ocasiões.

A primeira delas foi quando o curso passou a ser ofertado no período noturno (a partir de 2011). Como o número de disciplinas/créditos ministrados para as turmas do período noturno é menor se comparado às turmas que estudam no período diurno, foi necessária a ampliação de um semestre para aquelas turmas. Desta forma, a distribuição dos CCR's acaba sendo diferente para as turmas do noturno e do diurno.

Num segundo momento, mais precisamente no segundo semestre de 2011, a alteração se fez necessária em decorrência da migração do curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (DRGA) para Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo. Visando adaptar a matriz curricular a necessidade do momento, considerando os perfis dos cursos de DRGA e de Economia e respeitando a situação dos acadêmicos e processos ocorridos até aquele momento, foi necessária a distribuição das disciplinas em semestres diferentes, procurando adequar os créditos já cursados pelos acadêmicos e os créditos necessários para a graduação em Ciências Econômicas. Desta forma, ressalta-se que a grade curricular é a mesma para as turmas do curso de Economia, contudo, há uma diferenciação quanto à oferta dos componentes curriculares ao longo dos semestres, além da necessidade de um semestre a mais para as turmas que estudam no período noturno.

A seguir, é apresentada a matriz curricular do curso em período integral, porém, ofertado no período noturno.

8.2.1 Matriz curricular para oferecimento no período integral



Fase	Nº Ordem	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas	Pré-Requisito
1ª	01	GCS227	Introdução à administração	04	60	
	02	GCS011	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	04	60	-
	03	GEX002	Introdução à informática	04	60	
	04	GLA001	Leitura e produção textual I	04	60	
	05	GEX001	Matemática instrumental	04	60	
Subtotal				20	300	
2ª	06	GCS018	Realidade do campo brasileiro	04	60	-
	07	GEX006	Estatística básica	04	60	-
	08	GCH011	Introdução ao pensamento social	04	60	
	09	GLA004	Leitura e produção textual II	04	60	-
	10	GCS131	Economia Política	04	60	-
Subtotal				20	300	
3ª	11	GCS125	Microeconomia I	04	60	
	12	GCH012	Fundamentos da crítica social	04	60	
	13	GCS010	Direitos e Cidadania	04	60	
	14	GCH285	História da agricultura	02	30	
	15	GCH029	História da fronteira Sul	04	60	
	16	GCA074	Fundamentos da Gestão Agroindustrial	02	30	-
Subtotal				20	300	
4ª	17	GCA138	Agroecossistemas	04	60	-
	18	GCS096	Direito I	02	30	-
	19	GCS134	Microeconomia II	04	60	11
	20	GCH008	Iniciação à Prática Científica	04	60	
	21	GCS159	Contabilidade Social	02	30	-
	22	GCS135	História Econômica Geral	04	60	-
Subtotal				20	300	
5ª	23		Optativa II	02	30	
	24	GCH091	História dos Movimentos Sociais no Campo	02	30	
	25	GEX136	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	04	60	7
	26	GEX199	Matemática financeira	04	60	-
	27	GCS126	Macroeconomia I	04	60	-
	28	GCS073	Teoria cooperativista I	04	60	-
	29	GCS222	Contabilidade introdutória	04	60	-
Subtotal				24	360	



Fase	Nº Ordem	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas	Pré-Requisito
6ª	30	GCS223	Contabilidade Rural e Cooperativa	02	30	29
	31	GCS218	Administração de marketing	04	60	
	32	GCS067	Administração Financeira	04	60	
	33	GCS136	Macroeconomia II	04	60	27
	34	GCS130	Economia da Cooperação	04	60	
	35	GCS133	Formação Econômica do Brasil	02	30	
	36	GEX137	Econometria	04	60	25
Subtotal				24	360	-
7ª	37	GCS102	Pesquisa Mercadológica e Desenvolvimento de Produtos	04	60	31
	38	GCS127	Economia brasileira Contemporânea	04	60	-
	39	GCS056	Administração e Análise de Projetos	04	60	
	40		Optativa III	02	30	-
	41	GCS092	Gestão de Pessoas	04	60	-
	42	GCS158	Técnicas de Pesquisa em Economia	04	60	
	43	GCS137	Economia e Política Monetária	04	60	33
	44	GCS085	Responsabilidade Socioambiental	02	30	-
Subtotal				28	420	
8ª	45	GCS128	Administração da Produção	04	60	
	46		Optativa I	04	60	
	47	GCS160	Economia Agrícola	02	30	
	48	GCS105	Gestão Estratégica	04	60	
	49	GCS129	Economia do Setor Público e Políticas Públicas	04	60	-
	50	GCS138	Economia Internacional	04	60	
	51	GCS099	Planejamento do desenvolvimento regional	02	30	-
	52	GCS150	Monografia I	06	90	*19-33-34- 36-38-42
Subtotal				30	450	-
9ª	53	GCA139	Desenvolvimento Rural	02	30	-
	54	GCS237	Comercialização de produtos agropecuários	02	30	-
	55	GCS104	Diagnóstico e gestão de unidades de produção agrícola	04	60	-
	56	GCS132	Desenvolvimento Socioeconômico	04	60	



Fase	Nº Ordem	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas	Pré-Requisito
	57		Optativa IV	04	60	
	58	GCS250	Organização de Cadeias Agroindustriais	02	30	
	59	GCS161	Tópicos Especiais de Microeconomia	02	30	
	60	GCS151	Monografia II	08	120	52
	61	GCS162	Tópicos Especiais de Macroeconomia	02	30	
Subtotal				30	450	-
Subtotal geral				216	3240	-
Atividades curriculares complementares				08	120	-
	61	GCA116	Seminário avançado I	01	15	-
	62	GCA117	Seminário avançado II	01	15	-
	63	GCA118	Seminário avançado III	01	15	-
	64	GCA119	Seminário avançado IV	01	15	-
TOTAL GERAL				228	3420	-

*Alteração Realizada a partir do Ato Deliberativo Nº 01/2014-CCE_LS



8.3 Totais de créditos e horas por modalidade

MODALIDADE	Créditos	Horas
Disciplinas	200	3000
Trabalho de Conclusão de Curso	14	210
Seminários Avançados	4	60
Atividades Curriculares Complementares	8	120
TOTAL	226	3.390

8.4 Domínios formativos

DOMINIO COMUM		
Componente Curricular	Créditos	Horas
Leitura e produção textual I	4	60
Leitura e produção textual II	4	60
Introdução à informática	4	60
História da fronteira Sul	4	60
Matemática instrumental	4	60
Direitos e cidadania	4	60
Fundamentos da crítica social	4	60
Introdução à prática científica	4	60
Meio ambiente, economia e sociedade	4	60
Estatística básica	4	60
Introdução ao pensamento social	4	60
Subtotal	44	660

DOMÍNIO CONEXO		
Componente Curricular	Créditos	Horas
Teoria cooperativista I	04	60
Administração e Análise de Projetos	04	60
Responsabilidade socioambiental	02	30
Subtotal	10	150

DOMINIO ESPECIFICO		
Componente Curricular	Créditos	Horas
Introdução à administração	04	60
Introdução à economia I = Microeconomia I	04	60
Realidade do campo brasileiro	04	60
Agroecossistemas	04	60
História da agricultura	02	30
Introdução à economia II = Macroeconomia I	04	60
Estatística Econômica e Introdução à Econometria	04	60
Economia Política	04	60
Contabilidade introdutória	04	60
Fundamentos da gestão agroindustrial	02	30
Gestão de pessoas	04	60
História dos movimentos sociais do campo	02	30



Economia brasileira e políticas do desenvolvimento = Economia Brasileira Contemporânea (04 créditos = 60 horas)	02	30
Matemática financeira	04	60
Desenvolvimento Socioeconômico	04	60
Técnicas de Pesquisa em Economia	04	60
Administração de marketing	04	60
Administração financeira	04	60
Contabilidade rural e cooperativa	02	30
Direito I	02	30
Economia Agrícola	02	30
Econometria	04	60
Administração da produção	04	60
História Econômica Geral	04	60
Formação Econômica do Brasil	02	30
Planejamento do desenvolvimento regional	02	30
Contabilidade Social	02	30
Economia da Cooperação	04	60
Microeconomia II	04	60
Macroeconomia II	04	60
Economia do Setor Público e Políticas Públicas	04	60
Pesquisa mercadológica e desenvolvimento de produtos	04	60
Tópicos Especiais de Microeconomia	02	30
Tópicos Especiais de Macroeconomia	02	30
Monografia I	06	90
Economia e Política Monetária	04	60
Comercialização de produtos agropecuários	02	30
Diagnóstico e gestão de unidades de produção agrícola	04	60
Economia Internacional	04	60
Gestão estratégica	04	60
Organização de cadeias agroindustriais	02	30
Desenvolvimento Rural	02	30
Monografia	08	120
Subtotal	148	2.220



Componentes curriculares optativos

Nº ordem	Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
65	GCA005	Agroecossistemas I	2	30
66	GCA062	Tecnologias de processamento de produtos agrícolas	2	30
67	GCH092	Tópicos em antropologia	4	60
68	GCS229	Teorias da Administração	4	60
69	GCS139	Tópicos Especiais II (metodologia da pesquisa econômica)	2	30
70	GCS349	Economia do Trabalho	2	30
71	GCS350	Economia Espacial	2	30
72	GCS351	Noções de Mercado de Capitais	2	30
73	GCS352	Fundamentos de Custos	4	60
74	GCS353	Direito II – Cooperativo	4	60
75	GCS354	Análise de Balanços	4	60
76	GCS355	Sistema Financeiro Internacional	2	30
77	GCS356	Sociologia do Trabalho e da Cooperação	2	30
78	GCS357	Projetos de Cooperativismo	2	30
79	GLA200	Língua Brasileira de Sinais	2	30
80	GCS411	Pesquisa mercadológica	2	30
81	GCS416	Mercado de capitais e derivativos	4	60

* Inseridos conforme RESOLUÇÃO Nº 02/CCCE-LS/UFFS/2023

Equivalências

O curso de Ciências Econômicas, linhas de formação Desenvolvimento e Cooperativismo teve, em seu início, a oferta de componentes curriculares com nomenclatura diferente da atual, considerando a oferta anterior do curso de DRGA. Assim, algumas disciplinas foram alteradas, tanto sua terminologia, quanto sua carga horária. Desta forma, o quadro a seguir apresenta os componentes curriculares equivalentes:



CCR Original	CCR Equivalente
Introdução à Economia I	Microeconomia I
Introdução à Economia II	Macroeconomia I
Economia Brasileira e Políticas de Desenvolvimento	Economia Brasileira Contemporânea
Agroecossistemas II	Agroecossistemas

Convém ressaltar que no caso das disciplinas Microeconomia I, Macroeconomia I e Agroecossistemas a carga horária é a mesma que a disciplina original. No caso da disciplina Economia Brasileira Contemporânea, a carga horária efetivamente ministrada foi maior que a prevista, conforme registro em diário de classe não prejudicando, portanto, a equivalência realizada. Além disso, os alunos complementarão a carga horária faltante cursando -Seminário Temático Complementar – Economia Brasileira (1 crédito/15horas).



8.5 Análise vertical e horizontal da matriz curricular

	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular
	Cód. N.º	Cód. N.º	Cód. N.º	Cód. N.º	Cód. N.º	Cód. N.º	Cód. N.º	Cód. N.º	Cód. N.º
	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas
1.º	Meio Ambiente Economia e Sociedade	Matemática Instrumental	Introdução à Administração	Introdução à Informática	Leitura e Produção Textual I				
	4 – 60	4 – 60	4 – 60	4 – 60	4 – 60				
2.º	Economia Política	Estatística Básica	Realidade do Campo Brasileiro	Introdução ao pensamento social	Leitura e produção textual II				
	4 – 60	4 – 60	4 – 60	4 – 60	4 – 60				
3.º	Microeconomia I	Fundamentos da Gestão Agroindustrial	História da Fronteira Sul	Fundamentos da Crítica Social	Direitos e Cidadania	História da Agricultura			
	4 – 60	2 – 30	4 – 60	4 – 60	4 – 60	2 – 30			
4.º	Microeconomia II	Agroecossistemas	História Econômica Geral	Contabilidade Social	Direito I	Iniciação à Prática Científica			
	4 – 60	4 – 60	4 – 60	2 – 30	2 – 30	4 – 60			
5.º	Macroeconomia I	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	História dos Movimentos Sociais no Campo	Matemática Financeira	Teoria Cooperativista I	Optativa II	Contabilidade Introdutória		
	4 – 60	4 – 60	2 – 30	4 – 60	4 – 60	2 – 30	4 – 60		
6.º	Macroeconomia II	Econometria	Formação Econômica do Brasil	Administração de Marketing	Economia da Cooperação	Administração Financeira	Contabilidade Rural e Cooperativa		
	4 – 60	4 – 60	2 – 30	4 – 60	4 – 60	4 – 60	2 – 30		



7.º	Economia e Política Monetária	Técnicas de Pesquisa em Economia	Economia Brasileira Contemporânea	Administração e análise de projetos	Gestão de pessoas	Optativa III	Pesquisa Mercadológica e Desenvolvimento de Produtos	Responsabilidade Socioambiental	
	4 – 60	4 – 60	4 – 60	4 – 60	4 – 60	2 - 30	4 – 60	2 – 30	
8.º	Economia Internacional	Economia do Setor Público e Políticas Públicas	Economia Agrícola	Administração da produção	Monografia I	Optativa I	Gestão Estratégica	Planejamento do Desenvolvimento Regional	
	4 – 60	4 – 60	2-30	4 – 60	6-90	4_60	4_60	2 – 30	
9.º	Desenvolvimento Socioeconômico	Tópicos Especiais de Microeconomia	Tópicos Especiais de Macroeconomia	Diagnóstico e Gestão de Unidades de Produção Agrícola	Monografia II	Optativa IV	Comercialização de Produtos Agropecuários	Desenvolvimento Rural	Organização de Cadeias Agroindustriais
	4 – 60	2 – 30	2 – 30	4 – 60	8 – 120	4 – 60	2 – 30	2 - 30	2 – 30



8.6 Ementários, objetivos, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS227	INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO	4	60
EMENTA			
Fundamentos do pensamento administrativo. As escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos. A Escola Clássica e a Administração Científica. Teoria da Burocracia. Escola das Relações Humanas. Estruturalismo e Burocracia. Teoria dos Sistemas. Teoria da Contingência. Teoria Estruturalista. Funções gerenciais: planejamento, organização, comando, coordenação e controle. Áreas de atuação da Administração: geral, produção e sistemas, marketing, finanças e recursos humanos. Novos modelos de gestão. Teorias culturais. Teorias do poder.			
OBJETIVOS			
Que o estudante conheça as linhas principais do pensamento administrativo, suas origens, implicações e áreas de aplicação no contexto da realidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração . São Paulo: Campus, 2003. DAFT, Richard. Administração . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. FARIA, José Carlos. Administração: introdução ao estudo . 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1997. FERREIRA, A. A. Reis. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias . São Paulo: Pioneira, 1997. LACOMBE, Francisco José M.; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração: princípios e tendências . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à administração . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004. MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C.; PIETRI Jr., Paul H. Administração: conceitos e aplicações . 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998. STONER, James Arthur Finch; FREEMAN, R. Edward. Administração . 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. Administração: construindo vantagem competitiva . São Paulo: Atlas, 1998. DAFT, Richard L. Teoria e projetos das organizações . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. NAISBITT, John. Paradoxo global . Rio de Janeiro: Campus, 1994. WAGNER III, John A.; HOLLENBECH, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva . São Paulo: Saraiva, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS125	MICROECONOMIA I	4	60
EMENTA			
Conceitos básicos. Introdução ao pensamento econômico. Teoria do consumidor. Demanda individual e de mercado. Oferta. Equilíbrio de mercado. Elasticidades. Teoria da firma: produção e custos de produção. Estruturas de mercado. Introdução a organização industrial.			
OBJETIVOS			
Possibilitar ao acadêmico o conhecimento e análise dos principais aspectos da ciência econômica, visando compreender o comportamento do consumidor e dos produtores, através da análise microeconômica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MANKIW, N. G. Introdução à Economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009. PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2003. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. PINHO, D. B. et al. Manual de Economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
PINHO, D. B. et al. Manual de Introdução à Economia . São Paulo: Saraiva, 2006. ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2002. TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à Economia . São Paulo: Makron Books, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX002	INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA	04	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Acesso a ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de editor de texto, planilha eletrônica e software de apresentação (textos, gráficos, tabelas, áudios, vídeos e imagens).			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões . Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. NORTON, P. Introdução à Informática . 1. ed. Rio de Janeiro: Makron Books, 1997. VELLOSO, Fernando de C. Informática: conceitos básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010. HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7 Ultimate . São Paulo: Érica, 2010. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de informática básica . 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Érica, 2007. MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador . Porto Alegre: Bookman, 1999. MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. OLIVEIRA, Ramon de. Informática educativa . 12. ed. Campinas: Papirus, 2007. SCHECHTER, Renato. BROffice Calc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre . Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA001	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL I	04	60
EMENTA			
Língua e Linguagem. Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos de diferentes gêneros. Texto e textualidade. Resumo. Debate. Revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Prática de textos para estudantes universitários . Petrópolis: Vozes, 2008. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resumo . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MEDEIROS, João B. Redação científica . A prática de fichamento, resumos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Para entender o texto . São Paulo: Ática, 2007. SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. Escrever melhor : guia para passar os textos a limpo. São Paulo: Contexto, 2008. VIANA, Antonio C. Roteiro de redação : lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ABREU, Antônio S. Curso de Redação . 12. ed. São Paulo: Ática, 2003. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 1991. COSTE, D. et al. O texto : leitura e escrita. (Organização e revisão técnica da tradução por Charlotte Galvez, Eni Puccinelli Orlandi e Paulo Otoni). 2. ed. rev. Campinas-SP: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis-RJ: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação : o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna . 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. MOTTA-ROTH, Desirré (Org.). Redação Acadêmica : princípios básicos. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa : atividades de leitura e produção de textos. São Paulo: Saraiva, 2008. OLIVEIRA, José P. M. de; MOTTA, Carlos A. P. Como escrever textos técnicos . São Paulo: Thompson, 2005. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental : de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX001	MATEMÁTICA INSTRUMENTAL	04	60
EMENTA			
Noções de lógica. Noções de conjuntos. Relações. Funções. Trigonometria. Matrizes e Sistemas Lineares. Noções de Matemática Financeira. Sistemas de medidas. Geometria Plana e Espacial.			
OBJETIVO			
Utilizar conceitos e procedimentos em situações-problema para analisar dados, elaborar modelos, resolver problemas e interpretar suas soluções; sintetizar, criticar, deduzir, construir hipóteses, estabelecer relações e comparações, detectar contradições, decidir, organizar, expressar-se e argumentar com clareza, coerência e coesão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BATSCHLET, E. Introdução à Matemática para Biocientistas . São Paulo: Interciência e EDUSP, 1978. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. et al. Fundamentos de matemática elementar . 7. ed. São Paulo: Atual, 1999. 11 v. LEITHOLD, L. O. Cálculo com Geometria Analítica . São Paulo: Editora HARBRA, 1994. v. 1. LIMA, Elon Lages; CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E. et al. A matemática do ensino médio . 5. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2001. 3 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BASSANEZI, R. C. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática . São Paulo: Contexto, 2004. CARVALHO, Paulo César Pinto. Introdução à geometria espacial . Rio de Janeiro: SBM, 1993. EVES, H. Introdução à história da matemática . 3. ed. Campinas: Unicamp, 2002. HEFEZ, Abramo. Elementos de Aritmética . Textos Universitários. Rio de Janeiro: IMPA, 2005. LIMA, Elon Lages. Medida e forma em geometria . Rio de Janeiro: SBM, 2009. MILIES, Francisco César Polcino; COELHO, Sônia Pitta. Números: uma introdução à matemática . São Paulo: EDUSP, 2003. MOREIRA, Plínio; DAVID, Maria Manuela. A formação matemática do professor, licenciatura e prática docente escolar . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. NEWTON-SMITH, W. H. Lógica: um curso introdutório . Lisboa: Editora Gradiva, 1998. SCHLIEMANN, Ana Lúcia; CARRAHER, David. Na vida dez, na escola zero . 10. ed. São Paulo: Cortez editora, 1995. SÉRATES, J. Raciocínio lógico: lógico matemático, lógico quantitativo, lógico numérico, lógico analítico, lógico crítico . 5. ed. Brasília: Gráfica e Editora Olímpica Ltda, 1997. WAGNER, Eduardo. Construções geométricas . Rio de Janeiro: SBM, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS018	REALIDADE DO CAMPO BRASILEIRO	4	60
EMENTA			
O papel do “campo” na dinâmica da sociedade brasileira. Aspectos epistemológicos da análise da realidade. Agricultura brasileira: diversidade socioeconômica e conflitos sociais. Processos fundamentais do desenvolvimento rural. Sustentabilidade do desenvolvimento rural. Diversidade regional do desenvolvimento rural no Brasil e na Fronteira Sul.			
OBJETIVOS			
Proporcionar aos acadêmicos do curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial o conhecimento básico sobre as principais discussões referente a questão agrária no Brasil em especial na região sul do país.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo: Hucitec, 1992.			
FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil . 27. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1998.			
GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira . Campinas-SP: UNICAMP, 1996.			
MARTINE, G.; GARCIA, R. (Org.). Os impactos sociais da modernização agrícola . São Paulo: Ed. Caetés, 1987.			
MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Histórias das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea . Lisboa: Instituto Piaget, 2001.			
VEIGA, J. E. Desenvolvimento Agrícola . São Paulo: Editora HUCITEC, 1991.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDERY, M. A. P. A. et al. Para compreender a ciência, uma perspectiva histórica . São Paulo: EDUC, 1988.			
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006 . Disponível em: < http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo_2006.pdf >.			
GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.			
SILVA NETO, B.; BASSO, D. Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul . Análise e Recomendações de Políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX006	ESTATÍSTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de amostragem e inferência.			
OBJETIVO			
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e sintetizar dados estatísticos com vistas a compreensão de contextos diversos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2008. BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. PINHEIRO, João Ismael D. et al. Estatística Básica: a arte de trabalhar com dados . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto Estatística para cursos de engenharia e informática . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005. CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993. TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH285	HISTÓRIA DA AGRICULTURA	02	30
EMENTA			
Evolução e diferenciação dos sistemas sociais e agrários na agricultura mundial. As mudanças na agricultura e suas condições de desenvolvimento em diferentes sistemas sociais e agrários. A agricultura em diferentes regiões do mundo e sua evolução. A agricultura nos países socialistas e as experiências coletivistas de agricultura (México, Israel e Iugoslávia). A contribuição dos Guaranis e outros povos indígenas na agricultura. A história da agricultura no Brasil. História da Agricultura na região da fronteira sul. A revolução da engenharia genética e da agricultura de precisão. O lugar da agroecologia no futuro da agricultura. Questões centrais acerca do debate sobre o futuro da agricultura			
OBJETIVOS			
Apresentar os principais fatos históricos referentes à questão agrária, seus sistemas, suas etnias, regionalismos e tendências tecnológicas. Dominar conceitos e ferramentas de análise acerca da evolução histórica da agricultura no mundo, no Brasil e na Fronteira Sul, compreendendo e relacionando os diversos períodos históricos com as questões da atualidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, R. Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense . São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. 274 p. (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). BOSERUP, E. Evolução agrária e pressão demográfica . São Paulo: Hucitec/Polis, 1997. GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura . São Paulo: Hucitec, 1981. MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas do mundo . Brasília: Nead, 2009. SZMRECSNYI, Tamas. Pequena história da agricultura no Brasil . São Paulo: Contexto, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ESPÍRITO SANTO, Evelise. A agricultura no estado de Santa Catarina . Chapecó: Grifus, 1999. 170 p. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil . 22. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento . Enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980. GRAZIANO DA SILVA, José. Tecnologia e agricultura familiar . Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. PONS, Miguel A. História da agricultura . Porto Alegre: Editora Maneco, 1998. PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil . Ed. Brasiliense, 1945. SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manoel G. Sobre a evolução do conceito de campesinato . São Paulo: Expressão Popular, 2005.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS126	MACROECONOMIA I	04	60



EMENTA

Introdução à macroeconomia: conceitos básicos. Noções de contabilidade nacional: governo, moeda, inflação, determinação da renda. Economia internacional e balanço de pagamentos. Mercado de trabalho. Crescimento e desenvolvimento econômico.

OBJETIVOS

O conhecimento de como funciona as políticas econômicas adotadas pelos governos, além da compreensão dos principais indicadores macroeconômicos, são essenciais para uma melhor compreensão da economia e sua influência na vida das pessoas, empresas e organizações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.
LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de macroeconomia: básico e intermediário**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
PINHO, D. B. et al. **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2003.
PINHO, D. B. et al. **Manual de introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2006.
ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2002.
TROSTER, R. L.; MOCHON, F. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 1999.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH011	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. As origens da Sociologia e o Positivismo. Os clássicos da Sociologia: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Temas contemporâneos.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes os instrumentos conceituais e metodológicos que lhes permitam analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DURKHEIM, Émile. Sociologia . Org. José Albertino Rodrigues. São Paulo: Editora Ática, 1999.			
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005.			
LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.			
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994.			
MARX, Karl. Karl Marx: sociologia . Org. Otavio Ianni. São Paulo: Ática, 1982.			
WEBER, Max. Max Weber: sociologia . Org. Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1982			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COMTE, Augusto. Comte . 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).			
CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010.			
DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2007.			
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005.			
MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			
SELL, Carlos. Introdução à sociologia política . Petrópolis: Vozes, 2006.			
SIMMEL, Georg. Georg Simmel: sociologia . Org. Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.			
WEBER, Max. Ensaio de Sociologia . Rio de Janeiro: Zahar, 1979.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA004	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL II	04	60
EMENTA			
Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos da esfera acadêmica e profissional: seminário, resenha, artigo. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos e técnicos. Tópicos gramaticais. Revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos nas esferas acadêmica e profissional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1989. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, Desirré (Org.). Redação acadêmica: princípios básicos . Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA138	AGROECOSSISTEMAS	4	60
EMENTA			
<p>O sistema solo-planta/animal-atmosfera. Ecofisiologia vegetal e composição do rendimento. Princípios de manejo das principais plantas de lavoura. Fundamentos da produção de frutas e hortaliças. Fundamentos de bovinocultura de leite e de corte, ovinocultura, suinocultura e avicultura. Evolução das formas de manejo dos agroecossistemas ao longo da história da agricultura brasileira. As diferentes concepções sobre as técnicas aplicadas à produção agrícola. Princípios de manejo agroecológico. Sustentabilidade da agricultura. As bases teórico-filosóficas da agroecologia. Bases técnicas da agroecologia. A transição agroecológica. Leitura da paisagem e zoneamento agroecológico.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Apresentar os princípios básicos de manejo relacionados à plantas e animais em agroecossistemas. Dominar conceitualmente as ferramentas de análise sobre agroecossistemas e sua aplicação à produção sustentável de matérias-primas para as agroindústrias e para melhoria das condições de vida no meio rural com base na promoção de agroecossistemas complexos.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. 110 p. ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. CHABOUSSOU, Francis. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos. São Paulo: Expressão Popular, 2006. GLIESSMAN, Stephen. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>FELDENS, L. A dimensão ecológica da pequena propriedade no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura e Abastecimento do RS, 1989. 154 p. LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental. Ed. Civilização Brasileira, 2006. ODUM, Eugene. Fundamentos de ecologia. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. VIVAN, J. L. Agricultura e florestas: princípios de uma interação vital. Guaíba: Agropecuária, 1998. 207 p.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS222	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA	4	60
EMENTA			
Contabilidade: conceito, objetivo, objeto, finalidade, técnica e campo de aplicação. Patrimônio: ativo, passivo e patrimônio líquido. Balanço Patrimonial. Contabilidade por balanços sucessivos. Partidas dobradas. Princípios fundamentais de contabilidade. Demonstrações contábeis. Estrutura e análise das demonstrações financeiras.			
OBJETIVOS			
Aprender os conceitos básicos da contabilidade, incluindo princípios, demonstrações e análises contábeis, para avaliar a evolução da organização de acordo com o enfoque contábil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Equipe de Professores da FEA/USP. Contabilidade introdutória . São Paulo: Atlas, 1998. IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Contabilidade para não contadores : para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MARION, José Carlos. Contabilidade básica . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial . 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica . São Paulo: Saraiva, 2005. SAVYTZKY, Taras. Análise de balanços : método prático. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução n. 750 de 29 de dezembro de 1993 . Disponível em: < http://www.cfc.org.br >. BRASIL. Lei das S.A. : Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. São Paulo: Atlas, 1999. FRANCO, Hilário. Contabilidade geral . São Paulo: Atlas, 1997. MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços : abordagem básica. São Paulo: Atlas, 1985. NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade básica . 11. ed. São Paulo: Frase, 2003. SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica . São Paulo: Atlas, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA074	FUNDAMENTOS DA GESTÃO AGROINDUSTRIAL	2	30
EMENTA			
Aspectos introdutórios aos temas: Cadeias Produtivas Agroindustriais e Arranjos Produtivos Locais. Agroindústria: conceitos e dimensões. Marketing aplicado a agroindústrias. Gestão do comércio de alimentos – particularidades. Planejamento e controle da produção. Sistemas de apuração de custos. Gestão de Recursos Humanos. Gestão da qualidade na agroindústria. Rastreabilidade. Barreiras a entradas. Projeto de instalações agroindustriais: Metodologia do Projeto da Fábrica. Dimensionamento dos Fatores da Produção. Construção do "Layout" Industrial. Ergonomia e Segurança das Instalações Industriais. Planejamento do fornecimento da matéria prima agroindustrial. Desenvolvimento agrícola sustentável. Agroindústrias cooperativas. Legislação sanitária e ambiental para agroindústrias.			
OBJETIVOS			
Dominar noções gerais sobre gestão de agroindústrias em suas mais variadas dimensões e sua aplicação à gestão de cadeias produtivas agroindustriais cooperativadas			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARAÚJO, M. J. Fundamentos de agronegócios . São Paulo: Atlas, 2003. BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . São Paulo: Atlas, 1997. v. 1. FARINA, E. Estudos de caso em agribusiness . São Paulo: Pioneira Thomson, 1997. ZUIN, L. F S.; QUEIROZ, T. R. (Org.). Agronegócios: gestão e inovação . São Paulo: Saraiva, 2006. ZYLBERZTAJN, D.; NEVES, M. F. Economia e gestão dos negócios agroalimentares . São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FALCONI, V. TQC. Controle da Qualidade Total . Belo Horizonte: Bloch, 1997. GARVIN, D. Gerenciamento da qualidade . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH012	FUNDAMENTOS DA CRÍTICA SOCIAL	04	60
EMENTA			
Elementos de antropologia. Noções de epistemologia, ética e estética. Materialismo e Idealismo. As críticas da modernidade. Tópicos de filosofia contemporânea.			
OBJETIVO			
Fomentar, através do contato com os principais marcos teóricos da Filosofia Moderna e Contemporânea, a reflexão sobre os alicerces de toda ciência social.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Imago, 2002. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. NIETZSCHE, Friedrich. O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. VAZ, Henrique C. Lima. Antropologia filosófica I. São Paulo: Loyola, 1991. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. São Paulo: Civilização brasileira, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas. São Paulo: Editora da USP, 2000. FAUSTO, Ruy. Marx: lógica e política, investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Tomo I). GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências. São Paulo: ed. Unesp, 1994. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão. São Paulo: Centauro, 2002. JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica. 1. ed. Campinas: Papirus, 2008. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v. SARTRE, Jean- Paul. Marxismo e existencialismo. In: _____. Questão de método. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética. São Paulo: Herder, 1963. SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana. São Paulo: Paulus, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS092	GESTÃO DE PESSOAS	4	60
EMENTA			
Origem. Conceituação. Objetivos. Processos. Desenvolvimento e Perspectivas da Administração de Recursos Humanos. Formulação de Políticas e Estratégias de Recursos Humanos. Administração de Cargos e Salários e Remuneração Variável. Plano de Benefícios Sociais. Qualidade de Vida no Trabalho. Aspectos Ergonômicos. Segurança no trabalho. Temas Emergentes.			
OBJETIVOS			
Ter domínio sobre princípios e técnicas de gestão de pessoas em organizações cooperativas e associativas do meio rural e urbano.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BITENCOURT, Claudia (Org.). Gestão Contemporânea de Pessoas . Porto Alegre: Editora Boockman, 2003. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações . Rio de Janeiro: Campus, 1999. DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos . São Paulo: Pretice Hall, 2003. DUTRA, Joel Souza. Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas . São Paulo: Gente, 2001. DUTRA, Joel. Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas . São Paulo: Atlas, 2002. GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais . São Paulo: Atlas, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
LIMONGI-FRANÇA et al. As pessoas na organização . São Paulo: Editora Gente, 2002. SCOFANO, A. C. et al. Capacitação e desenvolvimento de pessoas . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. SILVA, Mário Celso Marcondes e. Competência e resultados em planejamento estratégico de recursos humanos: um fator diferencial da empresa moderna . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH029	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Estudo da história da Região Sul do Brasil com ênfase nos diferentes aspectos que abrangem a dinâmica de desenvolvimento dos três estados. Questões fronteiriças. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Construções socioculturais.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da Região Sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos : história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.			
BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.			
CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.			
MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado : a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.			
RENK, Arlene. A luta da erva : um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.			
WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná . Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALEGRO, Regina Celia et al. (Org.). Temas e questões : para o ensino de história do Paraná. Londrina: EDUEL, 2008.			
BRANCHER, Ana (Org.). História de Santa Catarina : estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.			
CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina . Florianópolis/Rio de Janeiro: Sec/Laudes, 1970.			
GOMES, Iria Zanoni. 1957, a revolta dos posseiros . Curitiba: Edições Criar, 1987.			
HEINSFELD, Adelar. A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe/SC . Joaçaba: Edições UNOESC, 1996.			
LINO, Jaisson Teixeira. Arqueologia guarani no vale do Rio Araranguá, Santa Catarina : aspectos de territorialidade e variabilidade funcional. Erechim: Habilis, 2009.			
MOTA, Lucio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang : a história épica dos índios Kanigang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.			
RADIN, José Carlos. Representações da colonização . Chapecó: Argos, 2009.			
SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e brancos no Sul do Brasil . Florianópolis: Lunardelli, 1973.			
VALENTINI, Delmir José. Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil : a instalação da Lumber e a guerra na região do contestado: 1906-1916. Porto Alegre: PUC/RS, 2009. Originalmente apresentado como tese de doutorado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH091	HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	2	30
EMENTA			
Desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil e a propriedade da Terra. A organização dos trabalhadores do campo e o papel do Estado. Cultura política, cotidiano e ação política nos movimentos sociais. O MST e a luta pela Reforma Agrária. Movimentos messiânicos. Principais mediadores da luta pela terra.			
OBJETIVOS			
Compreender o processo histórico de formação do meio rural brasileiro e da fronteira sul em seus principais aspectos. Conhecer os movimentos sociais atuantes na questão agrária e suas bandeiras de luta para o desenvolvimento do meio rural.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil . Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008. GOHN, Maria da Glória. Movimentos e lutas sociais no Brasil . São Paulo: Loyola, 1995. GRZYBOWSKI, Candido. Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no campo . Rio de Janeiro/Petrópolis: FASE/Vozes, 1991. MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (Org.). Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas . Uberlândia: UFU, 2001. MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: Ensaio de sociologia da História Lenta . São Paulo: Hucitec, 1994. MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: Concepções de justiça e resistência nos Brasis . São Paulo: Unesp, 2008, v. 1.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca; ASSMANN, Selvino José. Sujeitos sem-terra em movimento: conflito, socialização e individuação. In: GUIVANT, Julia Silvia; FERNANDES, Bernardo Mançano. MST. Formação e territorialização . São Paulo: Editora Hucitec, 1999. GOHN, Maria Glória (Org.). Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. GRACIA, Regina Leite (Org.). Aprendendo com os movimentos sociais . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado . Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil . Petrópolis: Vozes, 1983. MEDEIROS, Leonilde. História dos Movimentos Sociais no Campo . Rio de Janeiro: FASE, 1989. MOTTA, Márcia. Nas Fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de meados do século XIX . Niterói-RJ: Eduff, 2008. MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960) . São Paulo: Unesp, 2009. v. 2. RICCI, Rudá. Fuga para o Futuro: novos movimentos sociais rurais e a concepção			



de gestão pública. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.
SCHEIBE, Luiz Fernando; ASSMANN, Selvino José (Org.). **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Editora Insular, 2005. p. 259-289.
SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS010	DIREITOS E CIDADANIA	04	60
EMENTA			
Origens da concepção de cidadania: Grécia e Roma. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos e sociais. Alcance e limites da cidadania burguesa. A tensão entre soberania popular e direitos humanos. Políticas de reconhecimento e cidadania. Relação entre Estado, mercado e sociedade civil na configuração dos direitos. Direitos e cidadania no Brasil na Constituição de 1988: a) Direitos políticos; b) Direito à saúde; c) Direito à educação; d) Financiamento dos direitos fundamentais no Brasil. A construção de um conceito de cidadania global.			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Desenvolvimento da cidadania no Brasil . México: Fundo de Cultura Econômica, 1995. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status . Rio de Janeiro: Zahar, 1967. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Constituição da República Brasileira . Brasília, 1988. CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org.). Tratado de saúde coletiva . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FINKELMAN, Jacobo (Org.). Caminhos da Saúde Pública no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política . São Paulo: Loyola, 2002. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. REZENDE, A. L. M. de. Saúde, dialética do pensar e do fazer . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. SAES, Décio Azevedo. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania . Disponível em: < http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16saes.pdf >. SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça . Rio de Janeiro: Campus, 1977. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos Fundamentais . 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS127	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	04	60
EMENTA			
Análise das políticas de desenvolvimento no Brasil a partir de 1930: os condicionantes históricos. A construção do projeto nacional do período Vargas. O Processo de Substituição de Importações. O período desenvolvimentista. O período militar. O período da globalização. Plano Real. Economia brasileira recente.			
OBJETIVOS			
Conhecer a evolução da economia brasileira, as principais deficiências e as conquistas dos últimos anos, compreendendo o processo de industrialização e crescimento econômico, e quais são os desafios da economia nacional. Analisar as políticas de desenvolvimento adotadas a partir de 1930.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989 . Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.			
CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995) . Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.			
FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil . 27. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1998.			
GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. Economia Brasileira Contemporânea . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
MAGALHÃES, J. P. de A. Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira . Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ, 1996.			
PRADO JR., Caio. A história econômica do Brasil . 36. ed. São Paulo: Brasiliense 1988.			
REGO, J. M. et al. Economia Brasileira . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.			
SINGER, P. Desenvolvimento e crise no Brasil . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRUM, A. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro . 20. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.			
HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1978.			
MELLO, João Manoel Cardoso de. Capitalismo Tardio - contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira . 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX199	MATEMÁTICA FINANCEIRA	4	60
EMENTA			
Capitalizações simples e compostas. Desconto simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Taxa interna de retorno. Equivalência de fluxos de caixa. Amortização de empréstimos. Noções de análise de investimento. Correção monetária. Depreciação. Previsões financeiras. Tópicos Avançados em Matemática Financeira.			
OBJETIVOS			
O acadêmico deverá aprender a aplicar as técnicas e ferramentas da matemática financeira no processo de tomada de decisões, envolvendo estratégias de curto, médio e longo prazos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
VERAS, Lília Ladeira. Matemática Financeira . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HAZZAN, Samuel; PONPEU, José Nicolau. Matemática Financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. KUHLEN, Osmar Leonardo. Matemática Financeira Aplicada e Análise de Investimentos . São Paulo: Atlas, 1994. LAPPONI, Juan Carlos. Matemática Financeira: Usando Excel 5 e 7 . São Paulo: Laponi Treinamento e Editora Ltda, 1996. MATHIAS, Washington F.; GOMES, José M. Matemática Financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. PUCCINI, Abelardo de Lima; PUCCINI, Adriana. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada . São Paulo: Saraiva, 2006. SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática Financeira – Aplicações à Análise de Investimentos . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH008	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
O contexto da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Epistemologia da Ciência. Instrumentos, métodos científicos e normas técnicas. Projeto, execução e publicação da pesquisa. A esfera político-acadêmica: instituições de fomento à pesquisa. Ética na pesquisa científica, propriedade intelectual e autoria. Associações de pesquisa e eventos científicos.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO. T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas. O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Lisboa, Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS011	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Modos de produção e consumo. Noções de economia política. Relação entre ambiente e sociedade: agroecologia, sustentabilidade, agricultura familiar, cooperativismo, associativismo. Sociedade civil e a questão ambiental.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008. BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política . 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. SMITH, Adam. Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações . Curitiba: Hermes, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. CHESNAIS, François. A mundialização do Capital . São Paulo: Xamã, 1996. FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. Crítica Marxista . n. 29, 2009. NAPOLEONI, Cláudio. Smith, Ricardo e Marx . Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978. SEN, Amartia. Desenvolvimento como Liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TREVISOL, Joviles Vitério. A educação ambiental em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade . Joaçaba: Edições Unoesc, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS131	ECONOMIA POLÍTICA	4	60
EMENTA			
Introdução à Economia Política. Economia pré-clássica (ideias anteriores a Smith). A Escola Clássica de economia política (Smith, Ricardo). Marx e a crítica a economia política clássica. Marx e a lei geral de acumulação capitalista. Escola Neoclássica. Keynes e Kalecki e a crítica a economia clássica. Contra-revolução liberal. Crítica aos problemas econômicos contemporâneos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1988.			
MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.			
NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo e Marx. Rio de Janeiro: Graal, 2000.			
SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COUTINHO, M. C. Lições de economia política clássica. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1993			
MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo: Editora Queiroz, 1982.			
RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS218	ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING	4	60
EMENTA			
Conceitos em Marketing. Os mercados e o comportamento dos compradores. Composto de marketing. Segmentação de Mercado. Sistema de informações em marketing (SIM). Análise qualitativa e quantitativa do mercado consumidor. Administração de vendas. Plano de Marketing. Tópicos Contemporâneos em Marketing.			
OBJETIVOS			
Dominar os princípios teóricos do Marketing e sua aplicação a casos concretos, em particular para produtos agroindustriais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAKER, M. L. (Org.). Administração de marketing : um livro inovador e definitivo para estudantes e profissionais. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. FUTRELL, Charles M. Vendas : fundamentos e novas práticas de gestão. São Paulo: Saraiva, 2003. KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing . 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing : a bíblia do marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. MOREIRA, I. et al. Administração de marketing no mundo contemporâneo . 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. SAPIRO, A. et al. Gestão de marketing . 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. SILVA, D. B. dos S. et al. Fundamentos de marketing . 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BUTTERFIELD, L. (Org.). O valor da propaganda : vinte maneiras de fazer a propaganda funcionar para a sua empresa. São Paulo: Cultrix, 2005. DIAS, S. R. (Cord.). Gestão de marketing . São Paulo: Saraiva, 2003. IACOBUCCI, D. Os desafios do marketing . São Paulo: Futura, 2001. KOTLER, P. Marketing para o século XXI . São Paulo: Futura, 1999. LAS CASAS, A. L. et al. Novos rumos do marketing . São Paulo: Atlas, 2001. SCHIFFMAN; KANUK. Comportamento do consumidor . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS067	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4	60

EMENTA

Conceitos, significado e objetivo da administração financeira. Campo geral da atuação do administrador financeiro Ponto de Equilíbrio e Alavancagem operacional e financeira.. Fundamentos de teoria das finanças.Ferramentas básicas do processo de gestão econômico-financeira das organizações. Conceitos, técnicas e ferramentas básicas de gestão de ativos enfatizando suas relações sob a ótica das condições de certeza e risco. Administração do capital de giro e títulos de crédito.Administração financeira em pequenos empreendimentos.

OBJETIVOS

Oportunizar ao acadêmico o entendimento dos principais instrumentos de análise financeira, contribuindo para que o acadêmico tenha uma formação mais abrangente e qualificada, de acordo com sua atividade profissional futura.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ASSAF, Alexandre Neto. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. São Paulo: Editora Harbra, 2007.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAMPIGLIA, Americo Oswaldo. **Controles de gestão: controladoria Financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 1995.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**. 7 ed. Porto Alegre: Sagra, 1998.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS133	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	2	30



EMENTA

Situação econômica européia no sec. XV. Economia portuguesa - Pau Brasil, Início da colonização. Donatários. Objetivos do período colonial. Ciclo do Açúcar. Ciclo do Ouro, Atividades econômicas significativas nos sec. XVII e XVIII. Ciclo do café.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1962.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.

SIMONSEN, R. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1978.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

SODRÉ, Nelson W. **Formação da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, 1978.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS223	CONTABILIDADE RURAL E COOPERATIVA	2	30
EMENTA			
Empresa rural. Contabilidade rural. Fluxo contábil na atividade rural. Plano de contas. O ativo permanente na atividade rural. Custos na agropecuária. Novos projetos rurais e gastos de melhorias. Aspectos tributários da atividade rural: contabilização ato cooperativo e não cooperativo. Exercício social nas empresas rurais. Custos agrícolas. Depreciação, exaustão e amortização na empresa rural. Correção monetária. Rotina contábil e registro das operações. Plano de contas. Balanço patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Atividade cooperativa. Fluxo contábil na atividade cooperativa. Plano de contas. Atividades com cooperados e não cooperados, aspectos tributários, contabilização e evidenciação. Destinação dos resultados.			
OBJETIVOS			
Capacitar o acadêmico quanto as demonstrações contábeis de acordo com o perfil do profissional desejado, conhecendo as similaridades e diferenças entre alguns ramos da contabilidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALOE, Armando; VALLE, Francisco. Contabilidade agrícola . 7. ed. São Paulo: Atlas, 1979. CRC-SP. Curso sobre temas contábeis . São Paulo: Atlas, 1991. CREPALDI, Sílvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisória . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. MARION, José Carlos. Contabilidade rural . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1979. _____. Contabilidade e controladoria em Agribusiness . São Paulo: Atlas, 1996. SANTOS, Ariovaldo S.; GOUVEIA, Fernando H. C.; VIEIRA, Patrícia S. Contabilidade das sociedades cooperativas . São Paulo: Atlas, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Decreto n. 3000, de 11 de janeiro de 1999: regulamento do imposto de renda. Brasília, 1999. BRASIL. Lei n. 8023, de 12 de abril de 1990. Brasília, 1990. FRANCO, Hilário. Contabilidade industrial . 9. ed. Com apêndice da Contabilidade Agrícola. São Paulo: Atlas, 1991. VALLE, Francisco. Manual da contabilidade agrária . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS096	DIREITO I	2	30
EMENTA			
Noções gerais de direito tributário, trabalhista, comercial e administrativo. Aplicação do direito às cooperativas. Legislação Tributária - Princípios gerais. Obrigação tributária. Responsabilidade tributária. Competência tributária. Administração tributária. Principais Impostos vigentes. Legislação trabalhista – Noções fundamentais. Contrato Individuais de Trabalho e Relação de Emprego. Caracterização. Contratos Afins. Contratos Especiais de Trabalho. Sujeitos e conteúdo. Obrigações decorrentes do contrato. Direito Comercial. Registro de empresas. Direito do consumidor. Direito societário. Contratos e distratos. Sistema Tributário das Sociedades Cooperativas: Ato Cooperativo. Ato não Cooperativo. Reflexos do ato cooperativo sobre a tributação. Aspectos legais específicos para sociedades cooperativas.			
OBJETIVOS			
Apresentar ao acadêmico noções básicas de Direito Tributário, Trabalhista e Comercial, demonstrando como tais ramos do direito implicam nas atividades das organizações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DINIZ, M. H. Curso de direito civil brasileiro . Teoria geral do direito civil. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 1. LUCENA, José W. Das sociedades por quotas de responsabilidade limitada . 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. MARTINS, Fran. Contratos e obrigações comerciais . 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABRÃO, Nelson. Sociedade por quotas de responsabilidade . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. ALMEIDA, Amador Paes. Teoria e prática dos títulos de crédito . 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. BARRETO, Tobias. Estudos de direito . 1. ed. Campinas: BookSeller, 2000. BORBA, Jose Edwaldo Tavares. Direito societario . 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995. BULGARELLI, Waldirio. Títulos de Crédito . 13. ed. Editora Atlas, 1998. CAMPINHO, Sérgio. Direito de Empresa à Luz do Novo Código Civil . 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. MIRANDA, Maria Bernadete. Curso Teórico e Prático dos Títulos de Crédito . São Paulo: Editora Forense, 2006. OLIVEIRA, Celso Marcelo. Tratado de Direito Empresarial Brasileiro . Campinas: LZN, 2004. v. 1. VENOSA, Sílvio S. Contratos em espécie . 10. ed. Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS073	TEORIA COOPERATIVISTA I	4	60
EMENTA			
Bases doutrinárias da cooperação e do cooperativismo. Fundamentos filosóficos da cooperação. As formas primitivas e tradicionais de ajuda mútua. Surgimento do cooperativismo moderno. Contribuições dos socialistas utópicos para o pensamento cooperativo. Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Cooperação e desenvolvimento. Experiências históricas e contemporâneas. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário. Experiências cooperativas no Brasil e no mundo.			
OBJETIVO			
Conhecer e compreender as bases doutrinárias e históricas do cooperativismo mundial e brasileiro. Identificar aspectos-chave a serem considerados para a criação e consolidação de experiências cooperativas e associativas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, N. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil . São Paulo: Paz e Terra, 1999. CARNOY, M. Estado e teoria política . 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000. CRUZIO, Helton de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. ORMAETXEA, José M. Introducción a la Experiencia Cooperativa de Mondragón . Textos Básicos de OTALORA. Aretxabaleta: Otalora, 2000. PINHO, Diva B. A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista . São Paulo: Pioneira, 1966. QUIJANO, Aníbal. La economía popular y sus caminos en América Latina . Lima: Mosca Azul Editores, 1998. SINGER, Paul; MACHADO, João. Economia socialista . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSMANN, Hugo; MOSUNG, Jung. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança . Petrópolis: Vozes, 2000. BARBOSA, Rosângela N. A economia solidária como política pública . Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação . 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 84 p. FARIA, J. H. Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações . 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009. v. 1. 407 p. GAIGER, L. I. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil . Porto Alegre: UFRGS, 2004. KUBITZA, F.; ONO, E. A. Projetos Aquícolas: Planejamento e Avaliação Econômica . 1. ed. Jundiá: Fernando Kubitza, 2004. 79 p. MLADENATZ, Gromoslav. História das doutrinas cooperativistas . Brasília: Confedbras, 2003. MOTTA, F. C. Prestes et al. Participação e participações: ensaios sobre autogestão . São Paulo: Babel Cultural, 1987. PINHO, Diva Benevides. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a			



vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TEVOEDJRE, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos**: a transformação pela solidariedade. São Paulo: Cidade Nova, 1981.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza**. São Paulo: Ática, 2009.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS132	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	4	60
EMENTA			
Crescimento e desenvolvimento. Aspectos conceituais do desenvolvimento. Perspectivas de análise de desenvolvimento. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Modelos alternativos de desenvolvimento. Desenvolvimento Econômico na América Latina. Desenvolvimento econômico brasileiro.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL . Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1 e 2.			
FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico . 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.			
MAGALHÃES, João P. de A. Paradigmas Econômicos e Desenvolvimento: a experiência brasileira . Rio de Janeiro: Editora EFRJ e UERJ, 1996.			
MYRDAL, Gunnar. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas . Rio de Janeiro: Saga, 1972.			
SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico . São Paulo: Atlas, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina . 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.			
FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento . Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.			
FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico . São Paulo: Abril Cultural, 1983.			
SWEEZY, P. Teoria do Desenvolvimento Capitalista . São Paulo: Abril Cultural, 1983.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS128	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO	4	60
EMENTA			
<p>Aspectos histórico/evolutivos. Administração da produção e seus aspectos gerenciais e táticos: conceitos básicos. Planejamento estratégico/tático na indústria. Sistemas de produção. Arranjo físico e estudo de localização. Mapeamento de processos. Tecnologia em produção. Qualidade na indústria. Padronização e sistemas ISO na Indústria. Aspectos estatísticos básicos. Consciência sócio-ambiental. Produção na pequena e média indústria. Projetos. Planejamento e Controle da Produção, Programação PERT/CPM, gráficos de Gantt e distribuição do trabalho. Racionalização industrial: layout, eficiência, cargas, capacidade e balanceamento. Manutenção industrial. Gestão de estoques e armazenamento. Logística em Produção. Tópicos Avançados em Administração da Produção.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Dominar os principais conceitos, tecnologias, e sistemas relacionados à gestão da produção e sua aplicação em organizações agroindustriais.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. Administração da Produção. São Paulo: Saraiva, 1998. MOREIRA, Daniel A. Administração da Produção e Operações. São Paulo: Pioneira, 2000.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>DAVIS, Mark M.; AQUILANO, Nicholas J.; CHASE, Richard B. Fundamentos da Administração da Produção. Porto Alegre: Bookman, 2001. GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da Produção e Operações. São Paulo: Pioneira, 2002. MONKS, Joseph. Administração da Produção. São Paulo: Mc Graw Hill, 1987. SLACK, Nigel. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 1999.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX136	ESTATÍSTICA ECONÔMICA E INTRODUÇÃO À ECONOMETRIA	4	60
EMENTA			
Inferência Estatística. Intervalos de confiança e testes de hipóteses. Números índices. Análise de variância. Coeficiente de correlação. Regressão linear simples. Análise de variância da regressão. Intervalo de previsão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GUJARATI, D. N. Econometria Básica . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. Análise de Regressão: Uma Introdução à Econometria . São Paulo: Hucitec, 1998. SALVATORE, D. Estatística e econometria . São Paulo: McGraw-Hill, 1983. SARTORIS, A. Estatística e Introdução à Econometria . São Paulo: Saraiva, 2003. WONNACOTT, T. H.; WONNACOTT, R. J. Econometria . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HILL, C.; GRIFFITHS, W.; GEORGE, J. Econometria . São Paulo: Saraiva, 2003. HOFFMANN, R. Estatística para Economistas . São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1998b. MATOS, O. C. Econometria básica: teoria e aplicação . São Paulo: Atlas, 1995. VASCONCELOS, M. A. S.; ALVES, D. (Ed.). Manual de Econometria: nível intermediário . São Paulo: Atlas, 2000.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS160	ECONOMIA AGRÍCOLA	2	30



EMENTA

Teses do desenvolvimento e papel da agricultura. Progresso técnico na agricultura brasileira. Formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs). A dependência do capital financeiro. A função do Estado na modernização e na sustentabilidade da agricultura. Políticas Públicas (Econômicas e Sociais) para a agricultura. Instrumentos de Política Agrícola. O setor agrícola no processo inflacionário.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ALBUQUERQUE, M. C. C. de, NICOL, R. **Economia agrícola**. São Paulo: MacGraw-Hill, 1987.
- ALVES, E. E., CONTINI, E. A modernização da agricultura brasileira. In: Brandão, A. S. P. **Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988, p. 49-97.
- CASTRO, Antônio Barros de. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: Sete ensaios sobre a economia brasileira. 3.ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- DELGADO, G. da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil. Campinas, Icone/UNICAMP, 1985.
- GRAZIANO, José. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.
- HOFFAMANN, R. JAMAS, A. L. A produtividade da terra e do trabalho na agricultura de 332 microrregiões do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 28, Florianópolis, 1990, **Anais...** p. 21-41.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia agrícola. Petrópolis, Vozes, 1982.
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2.ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo/Salvador: Hucitec/CEPA-Ba, 1986.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- Bacha, E. L. A Industrialização e o Setor Agrícola Rio De Janeiro: Ed. Paz E Terra. 1978.
- Delgado, G. G., Gasques, J. G. e VILLA VERDE, C. M., orgs. Agricultura e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, Série IPEA n.127,1990
- GRAZIANO, José. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MARTINE, G. e GARCIA, Ronaldo C., orgs. Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. SP: Caetés, 1987.
- Mueller, C. C.. Agricultura e Desenvolvimento Economico Brasilia: Ed. Unb 1981
- Wright. C. L. O Processo de Formacao De Politicas Agricolas No Brasil. 1985
- Wright. C. L. Economia Rural: Uma Introducao Sistemica 1983.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX137	ECONOMETRIA	4	60
EMENTA			
Modelos de regressão lineares simples e múltipla: estimadores de mínimos quadrados, momentos e máxima verossimilhança. Qualidade do ajuste; Propriedades no modelo clássico; Omissão de explicativas relevantes e interpretação; Inferência: testes de hipótese; Autocorrelação e Heterocedasticidade: conceitos, testes, implicações e inferência. Variáveis binárias dependentes e independentes. Endogenia em modelos de equações simultâneas: estimação e inferência.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GUJARATI, D. Econometria Básica . trad. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. MYNBAEV, K.; LEMOS, A. Manual de Econometria . Rio de Janeiro: FGV, 2004. PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Econometria: modelos e previsões . Trad. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. STOCK, J.; WATSON, M. Econometria , São Paulo: Pearson, 2004. WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à Econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Thomson-Pioneira, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
KMENTA, J. Elementos de Econometria . São Paulo: Atlas, 1988. VASCONCELOS, M. A. S.; ALVES, D. Manual de Econometria: nível intermediário . São Paulo: Atlas, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS099	PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4	60
EMENTA			
<p>Conceitos básicos sobre desenvolvimento econômico, planejamento governamental e política regional. As disparidades regionais no Brasil: caracterização do problema, fatores causais e políticas compensatórias. Instrumentos e agentes do desenvolvimento regional; políticas públicas e desenvolvimento regional. Metodologias de planejamento regional. Introdução geral ao planejamento; origem e evolução das “experiências” de planejamento regional e local; principais vertentes teóricas sobre a problemática do planejamento; planejamento, desenvolvimento e território. Planejamento municipal. O processo de ocupação, urbanização e a gênese da rede urbana no Brasil; a mobilidade; o conceito de planejamento e a gestão municipal: o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01); planos diretores para cidades de diferentes portes. Plano Diretor de desenvolvimento territorial. Método para elaboração de planos diretores.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Estudar e compreender o processo do planejamento do desenvolvimento brasileiro do ponto de vista regional, analisando os limites e possibilidades do planejamento para uma maior eficiência das políticas públicas.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BRASIL. Lei 10.257, de 28 de agosto de 2001. Estatuto da Cidade. Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966 e outras... e dá outras providências. Brasília, 2001.</p> <p>DALLACOSTA, Armando João (Org.). Estratégias de desenvolvimento urbano e regional. Curitiba, PR: Juruá, 2004.</p> <p>PUJADAS, R.; FONT, J. Ordenación y Planificación Territorial. Madrid: Editora Síntesis, 1998.</p> <p>PUTNAM, R. Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1999.</p> <p>SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do planejamento urbano. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ALVARES AFFONSO, R. B.; SILVA P. L. B. (Org.). Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/Editora daUNESP, 1995.</p> <p>AMARAL, J. “Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista”. Planejamento e Políticas Públicas, n. 14, p. 3573, dez. 1996.</p> <p>BAVARESCO, P. Ricardo. Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento do extremo Oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2005.</p> <p>LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Humanitas, UFMG, 1999. 178 p.</p> <p>LEMA, P. B. A cidade revisada: Espaço, forma e função. Paisagem e imagem: Inovação, modernidade, Pós-modernidade? Cadernos de Geografia, Coimbra-Portugal, n. 16, p. 91-100, 1997.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS134	MICROECONOMIA II	4	60
EMENTA			
Mercados: concorrência perfeita, concorrência monopolítica, monopólio e oligopólio (modelos clássicos e modelos de mark-up). Controle dos oligopólios e políticas econômicas. Aspectos da organização industrial (Bain). Equilíbrio geral e teoria do bem-estar. Economia da informação. Teoria dos jogos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BESANKO, D.; BRAEUTIGAM, R. R. Microeconomia . Rio de Janeiro: LTC, 2004. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . São Paulo: Prentice Hall, 2002. VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. SIMONSEN, Mario Henrique. Teoria microeconômica . Rio de Janeiro: FGV, 1969. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
MANKIW, N. G. Introdução à Economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009. PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. PINHO, D. B. et al. Equipe de professores da USP. Manual de Economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS136	MACROECONOMIA II	4	60
EMENTA			
<p>Macroeconomia aberta: balanço de pagamentos; taxas de câmbio nominal e real; regimes cambiais; o modelo de determinação da renda numa economia aberta; o modelo Mundell-Fleming. O lado da oferta: mercado de trabalho, determinação dos salários e dos preços e a taxa natural de desemprego; o modelo de oferta e demanda agregadas; as várias versões da curva de Phillips; inflação e desemprego. Crescimento econômico Teorias neoclássicas das flutuações e do crescimento. Conceitos básicos. Teorias neoclássicas das flutuações econômicas: a síntese neoclássica; os monetaristas; os novos clássicos e os modelos de ciclo monetário e real; os novos keynesianos e as hipóteses de rigidez nominal e real. Teorias neoclássicas do crescimento econômico: o modelo de Solow; a nova teoria do crescimento.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BLANCHARD, O. Macroeconomia. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. FROYEN, R. T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999. HALL, R.; TAYLOR, J. B. Macroeconomia: teoria, desempenho e política. Rio de Janeiro: Campus, 1999. RUDIGER, D.; FISHER, S. Macroeconomia. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1991. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995. LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>LOPES, L. M.; VASCONCELOS, M. A. S. (Org.). Equipe de professores da FEA-USP. Manual de macroeconomia: nível básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 1998. LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea. São Paulo: Campus, 1999. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS129	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	60
EMENTA			
Estudo do papel do Estado sob o enfoque de distintas correntes do pensamento econômico. Teoria do setor público. Orçamento Público e finanças públicas. Políticas e Instrumentos de intervenção estatal na economia com ênfase na experiência brasileira. Políticas Públicas: formulação e implementação de políticas públicas. Avaliação de políticas públicas. Caso brasileiro. Participação popular e controle social das políticas públicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). Economia do Setor Público no Brasil . Editora Campus/ EAESP/FGV, 2005. GIAMBIAGI, Flávio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte. Finanças Públicas: Teoria e prática . 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. LONGO, C. A.; TROSTER, R. L. Economia do Setor Público . São Paulo: Atlas, 1993. MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. Finanças Públicas: teoria e prática . São Paulo: EDUSP, 1980. RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória . São Paulo: Atlas, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FELELLINI, A. Economia do Setor Público . São Paulo: Atlas, 1990. GREMAUD, Amauri P.; TONETO JR. Descentralização e endividamento municipal: formas, limites e possibilidades . Mimeo/FEA/USP, 1999. PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil . São Paulo: Atlas, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS130	ECONOMIA DA COOPERAÇÃO	4	60
EMENTA			
Fundamentos econômicos da cooperação. O cooperativismo visto pelos clássicos da economia. Capital social, instituições e cooperação. Economia social e solidária: Aspectos econômicos da construção da economia solidária no Brasil. Sustentabilidade e viabilidade dos empreendimentos solidários: principais questões. As redes solidárias e os complexos cooperativos. Construção de alternativas no campo da economia solidária. Local e global na economia solidária. A comercialização solidária: comércio justo, certificação social e ambiental, consumo responsável e a construção dos mercados alternativos. Redes de colaboração solidária como forma organizacional e sustento da economia solidária. Tipologia de cooperativas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BIALOSKORSKI NETO, S. Aspectos Econômicos das Cooperativas . São Paulo: Mandamentos, 2006. FERRINHO, H. Cooperativas e Desenvolvimento Rural . Lisboa: Ed. Clássica, 1978. FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L. A economia solidária: uma abordagem internacional . Porto Alegre: UFRGS, 2004. MARX, Karl. O capital . São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1, 2 e 3. PINHO, Diva B. Economia e Cooperativismo . São Paulo: Saraiva, 1997. SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). A economia solidária no Brasil . São Paulo: Contexto, 2000. GABILONDO, L. A. La experiencia cooperativa de Mondragón . Una síntesis general. Mondragón: Lanki, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AZEVEDO, A. É possível cooperativas serem competitivas? O caso da Corporación Cooperativa Mondragón – MCC mostra que sim. Disponível em: < http://www.ocyt.org.co/esocite/Ponencias_ESOCITEPDF/5BRS074.pdf >. CHAUVEY, Daniel. O que é a autogestão . Lisboa: Edições 70, 1975. VIEITEZ, Candido; DAL RI, Neusa. Trabalho associado . Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001. YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres . São Paulo: Ática, 2000. _____. Um mundo sem pobreza . São Paulo: Ática, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS056	ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS	4	60
EMENTA			
Conceituação e classificação de projetos. Etapas na elaboração de projetos. Estrutura do projeto. Fundamentos da Gestão de Projetos. Gerenciamento de “Stakeholders”. Prazos, qualidade, escopo, custos, recursos humanos, recursos materiais em projetos. Avaliação social de projetos. Análise de projetos. Análise de risco e viabilidade. Relação com o meio ambiente. Gestão da implantação de projetos. Tópicos avançados em Gestão de Projetos. Tecnologia em projetos. Introdução a softwares em projetos.			
OBJETIVO			
Demonstrar as principais técnicas e ferramentas necessárias para a elaboração e avaliação de projetos. Capacitar o acadêmico com relação à análise de investimentos, captação de recursos e viabilidade econômico-financeira do projeto em questão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos . Rio de Janeiro: Campus, 1991. CONTADOR, C. R. Avaliação social de projetos . São Paulo: Atlas, 1981. KEELLING, Ralph. Gestão de projetos: uma abordagem global . São Paulo: Saraiva, 2002. MAXIMIANO, A. C. A. Administração de Projetos: como transformar ideias em projetos . São Paulo: Atlas, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDY, Bruce. Como gerenciar projetos . São Paulo: Publifolha, 2001. CLEMENTE, A. (Org.). Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 1997. DIENSMORE, P. C. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. DUFUMIER, M. Projetos de desenvolvimento agrícola . Manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007. EDUNIOESTE. Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná . Cascavel, 2007. 163 p. ISBN 9788576441090. KERZNER, H. Gestão de projetos . São Paulo: Bookman, 2000. MEREDITH, J. R. Administração de projetos: uma abordagem gerencial . 4. ed. São Paulo: LTC, 2003. SILVA NETO, B.; CALEGARO, S. Agricultura e desenvolvimento de atividades não agrícolas em municípios rurais: uma análise da dinâmica macroeconômica de Coronel Barros-RS. Indicadores Econômicos FEE , v. 32, n. 3, p. 177-200, nov. 2004. SILVA, Newton José Rodrigues da. Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e do Alto Vale do Itajaí (SC) . São Paulo: Ed. UNESP, 2008. 240 p. VALERIANO, D. Gerenciamento estratégico e administração por projetos . Rio de Janeiro: Makron, 2001. VALLE, A. B. do et al. Fundamentos do gerenciamento de projetos . 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS135	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	04	60
EMENTA			
Economias primitivas. Economias agrícolas e comerciais. Feudalismo. Transição do feudalismo para o capitalismo. Revolução industrial. Imperialismo. Segunda Guerra mundial. Sistema Bretton Woods. Guerra Fria. Anos 1980			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DOBB, M. A evolução do capitalismo . Rio de Janeiro: LTC, 1987. FEIJÓ, R. História do Pensamento Econômico . São Paulo: Atlas, 2001. HOBSBAWN, E. As origens da revolução industrial . São Paulo: Global, 1979. REZENDE, C. História Econômica Geral . São Paulo: Contexto, 1999. HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas . 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1969.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FRANCO JÚNIOR, H.; CHACON, P. P. História Econômica Geral . São Paulo: Atlas, 1992. HOBSBAWM, E. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HOBSBAWN, E. J. A era do capital: 1848-1875 . 11. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005. HUBERMAN, L. História da Riqueza do Homem . Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986. HUNT, R. K.; SHERMAN, H.J. História do Pensamento Econômico . Vozes, 1995.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS102	PESQUISA MERCADOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS	4	60
EMENTA			
Conceitos, definições e métodos de pesquisa em marketing. Processo e prática de pesquisa em marketing. Inteligência de marketing. A relação produto/serviço e seu enfoque estratégico. Etapas para desenvolvimento de produtos e serviços. Projeto de produtos e serviços. Marcas e Patentes.			
OBJETIVOS			
Capacitar o acadêmico para estudos de mercado, identificando obstáculos ao comércio e a melhoria de determinados produtos, visando aumentar a competitividade da empresa ou setor.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AAKER, David; KUMAR, Vinay; DAY, George. Pesquisa de marketing . São Paulo: Atlas, 2004.			
FERREL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de Marketing . São Paulo: Cengage Learning, 2010.			
MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. Administração da Produção . São Paulo: Saraiva, 2006.			
MATTAR, N. F. Pesquisa de Marketing . São Paulo: Atlas, 2005. v. 1 e 2.			
MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da Produção e Operações . São Paulo: Cengage Learning, 2008.			
MCDANIEL, Carl; GATES, Roger. Pesquisa de marketing . São Paulo: Thomson Learning, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
KELLY, Keith. Técnicas para tomada de decisão em equipe . São Paulo: Futura, 2000.			
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micros e pequenas empresas . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.			
SLACK, Nigel. Administração da Produção . São Paulo: Atlas, 1999.			
ZIKMUND, William G. Princípios da pesquisa de marketing . São Paulo: Thomson Learning, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS085	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	2	30
EMENTA			
Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Marketing Social. Voluntariado. Terceiro Setor. Filantropia. Balanço Social. Sustentabilidade. Gestão Social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão Ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social. Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnóstico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental.			
OBJETIVO			
Desenvolver no estudante a capacidade de reflexão sobre as diferentes formas de perceber a responsabilidade social e ambiental de um ponto de vista crítico e problematizador .			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, J. R. de et al. Gestão Ambiental : planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000. PAULI, G. Emissão zero . Porto Alegre: Edipuc, 1996. REIS, L. F. S. D. et al. Gestão ambiental em pequenas e médias empresas . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa . São Paulo: Atlas, 2002. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira . 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. 442 p. ISBN 9788522455140.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BERLE, G. O empreendedor do verde . São Paulo: Mc Graw-Hill, 1991. JACOBI, P. R. Ciência ambiental os desafios da interdisciplinariedade . São Paulo: Annblame, 1999. LANNA, A. E. L. Gerenciamento de bacia Hidrográfica : aspectos conceituas e metodológicos. Brasília: IBAMA, 1995. PAULI, G. Upsizing . Porto Alegre: L&PM, 1999. VARGAS, H. C. Novos instrumentos de gestão ambiental urbana . São Paulo: EDUSO, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS161	TÓPICOS ESPECIAIS DE MICROECONOMIA	2	30
EMENTA			
Estruturas de mercado. Externalidades e bens públicos. Teoria de jogos não cooperativos. Riscos e incertezas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BESANKO, D.; BRAEUTIGAM, R. R. Microeconomia . Rio de Janeiro: LTC, 2004. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . São Paulo: Prentice Hall, 2002. SIMONSEN, Mario Henrique. Teoria microeconômica . Rio de Janeiro: FGV, 1969. VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl E. Introdução à Microeconomia . Rio de Janeiro: Campus, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS162	TÓPICOS ESPECIAIS DE MACROECONOMIA	2	30
EMENTA			
Teoria da flutuação econômica: teoria dos ciclos reais de negócios e a economia novo-keynesiana. Escolha intertemporal. Microeconomia aplicada a macroeconomia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999. HALL, R.; TAYLOR, J. B. Macroeconomia : teoria, desempenho e política. Rio de Janeiro: Campus, 1999. RUDIGER, D.; FISHER, S. Macroeconomia . São Paulo: Makron Books do Brasil, 1991. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
LEITE, J. A. Macroeconomia : Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. SIMONSEN, M. H. Dinâmica Macroeconômica . São Paulo: MacGrawHill, 1983.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS158	TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA	4	60
EMENTA			
Métodos científicos. A pesquisa econômica. Elaboração de projetos de pesquisa. Coleta e análise de dados. Formulação do projeto de monografia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNADJER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais . São Paulo: Pioneira, 1998.			
BERNI, D. A. Técnicas de Pesquisa em Economia . São Paulo: Saraiva, 2002.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BLAUG, M. Metodologia da Economia . São Paulo: Edusp, 1993.			
GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica . 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Alínea, 2007.			
MUNHOZ, D. G. Economia Aplicada . Técnicas de Pesquisa e de Análise Econômica. Brasília: Ed.UNB, 1989.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS159	CONTABILIDADE SOCIAL	2	30
EMENTA			
<p>Conceitos iniciais: objetivos, conceitos introdutórios, as relações entre a teoria econômica e a contabilidade social. Contabilidade privada, pública, social e nacional. Os agregados macroeconômicos: produto, renda e despesas. Os agentes da estrutura produtiva. Estoques e fluxos, valores brutos e líquidos. Preços de mercado e custo de fatores. O funcionamento das contas nacionais: o sistema de contas nacionais; duas, três e cinco contas. Aspectos setoriais das contas nacionais: as empresas, o governo e o setor externo; distribuição de renda; crescimento populacional. Formação de capital e desenvolvimento econômico. Câmbio e termos de troca. Indicadores, deflatores e números-índices. Planejamento econômico: matriz insumo-produto, matriz de relações inter-setoriais, padrões de desenvolvimento, endividamento externo, déficit público, dívida interna e investimento.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Proporcionar aos alunos os conhecimentos básicos de Macroeconomia, assim como as relações sócios-culturais, políticas e econômicas. Analisando os principais setores produtivos e fluxos econômicos. Conhecer a natureza e finalidades da Contabilidade Social nos sistemas aberto e fechado.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>FEIJÓ, C. A. et al. Contabilidade Social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2001. ROSSETTI, J. P. Contabilidade Social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS137	ECONOMIA E POLÍTICA MONETÁRIA	4	60
EMENTA			
Origem e funções da moeda. Demanda e oferta monetária. Crédito e bancos. Sistema monetário e Banco Central. A Teoria Monetária e a Interação dos Setores Real e Monetário. Política monetária. Intermediação financeira. Sistema financeiro brasileiro. Inflação e Política Monetária: Análise do Caso Brasileiro.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, J. R. N. Economia Monetária . São Paulo: Editora Atlas, 2009. CARVALHO, F. J. Cardim de; SOUZA, F. E. P. de; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. R. de; STUDART, R. Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política . Rio de Janeiro: Campus, 2000. COSTA, F. N. Economia Monetária e financeira: uma abordagem pluralista . São Paulo: Makron Books, 1999. Fortuna, E. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços . Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, 2005. LOPES, J.; ROSSETTI, J. P. Economia Monetária . São Paulo: Editora Atlas, 2009. TEIXEIRA, Ernani. Economia Monetária: a macroeconomia no contexto monetário . São Paulo: Editora Saraiva, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
SANT'ANA, J. A. Economia Monetária . Brasília: Ed. UnB, 1997.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA139	DESENVOLVIMENTO RURAL	2	30
EMENTA			
<p>O conceito de desenvolvimento e sua evolução histórica. Desenvolvimento capitalista: o progresso técnico e o meio rural. A questão agrária no Brasil: revisão histórica da discussão Diferenças entre desenvolvimento rural, agrário e agrícola. O debate teórico sobre a agricultura familiar e interpretações recentes: industrialização e a “urbanização” da agricultura brasileira; envelhecimento e masculinização da população rural brasileira; a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura. O debate sobre a ruralidade.. A intervenção do Estado na agricultura. Os atores do desenvolvimento rural. Análise das mudanças nas estruturas fundiária e produtiva.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.</p> <p>FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.</p> <p>GONÇALVES NETO, Wenceslau. A ação do Estado: a agricultura nos planos de governo no Brasil. In: _____. Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1995. p.115-233.</p> <p>GOODMAN, David; SORJ, Bernard; WILKINSON, John. Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria o sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.</p> <p>LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.</p> <p>KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação no caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.</p> <p>SCHNEIDER, Sergio. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.</p> <p>SILVA, José Graziano da. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80. In: _____. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: IE/Unicamp, 1996. p.107-153.</p> <p>STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005. v. 1 a 4.</p> <p>WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>BRANDENBURG, Alfio. Sociologia do Ambiente Rural: principais temas e perspectivas. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro_1/gt/teoria_meio_ambiente/Alfio%20Brandenburg.pdf>. Acesso em: 26 de abr/2012.</p> <p>BRASIL. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. MDA/CONDRAF, 2006. Disponível em: <http://www.condraf.org.br/>. Acesso em: 26 de abr/2012.</p> <p>FAVARETO, Arilson. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil:</p>			



avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010.

FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

HELFAND, Steven M.; REZENDE, Gervásio Castro de. A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (Org.). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2001.

MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011.

VEIGA, José E. da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p.101-119, maio/ago., 2004.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS138	ECONOMIA INTERNACIONAL	4	60
EMENTA			
Teorias do comércio internacional. Política Comercial: instrumentos e efeitos. Protecionismo. Integração econômica. Sistema Monetário Internacional. Balanço de Pagamentos: conceituação, estrutura e ajustes no BP. Determinação das taxas de câmbio e fluxos de capital.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUMAN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional : teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 2004.			
GONÇALVES, R. Economia Política Internacional . Impetus Elsevier, 2005.			
KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia internacional . São Paulo: Makron Books, 2005.			
MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Brasil Século XXI : Uma alternativa ao modelo neoliberal. São Paulo: Paz e Terra, 2000.			
WILLIANSO, John. A economia aberta e a economia mundial : um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1988.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARVALHO, M. A de; SILVA, C. R. L. Economia internacional . São Paulo: Saraiva, 2002.			
MAIA, J. M. Economia Internacional e Comércio Exterior . São Paulo: Atlas, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS150	MONOGRAFIA I	6	90
EMENTA			
Elaboração de Projeto: Tema, problema, objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia e cronograma. Qualificação do projeto em banca.			
OBJETIVOS			
Capacitar o estudante na elaboração de projeto de pesquisa amparado nas propostas desenvolvidas durante o curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
Morin, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS237	COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	2	30
EMENTA			
Conceitos gerais e na ótica das cadeias produtivas. Particularidades dos produtos agroindustriais. Funções da comercialização. Formação de preços de produtos agrícolas e agroindustriais. Tipos de mercados e canais de comercialização. Custos e margens de comercialização. Formas de comércio varejista de alimentos. Mercado institucional. Estratégias de comercialização: licitações, comércio eletrônico, leilão, trading, produtos diferenciados. Mecanismos de comercialização de commodities: mercado de opções, futuros, contratos de longo prazo, relações contratuais e produção integrada. Instrumentos de comercialização; interpretação de estatísticas de safra e estoques e sua influência nos preços de commodities.			
OBJETIVOS			
Estudar a natureza, formas e estratégias de comercialização de produtos e serviços agropecuários, considerando o cenário das cadeias produtivas e sistemas agroindustriais, bem como a natureza dos diferentes mercados.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BATALHA, Mário O. (Coord.). Gestão Agroindustrial : GEPAL. Grupo de Estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas, 1997. BRANDT, Sérgio Alberto. O Mercado Agrícola Brasileiro . São Paulo: Livraria Nobel S A, 1979. _____. Comercialização Agrícola . Piracicaba: Livro Ceres Ltda, 1980. COBRA, M. Administração estratégica do mercado . São Paulo: Atlas, 1991. MENDES, J. T. G.; PADILHA JR., J. B. Agronegócio : Uma Abordagem Econômica. São Paulo: Pearson Education, 2007. 400 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRUM, Argemiro Luis. A Comercialização de Grãos : o caso da soja. Ijuí: Fidene, 1983. CFP. Organização do Sistema de Comercialização e Desenvolvimento Econômico . Brasília-DF, 1979. v. 18. (Col. Análise E Pesquisa). MARQUES, P.; AGUIAR, D. R. D. Comercialização de Produtos Agrícolas . São Paulo: EDUSP, 1995. 295 p. MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia Agrícola : Princípios Básicos e Aplicações. Curitiba: Scientia et labor (UFPR), 1989. SALVATORE, Dominick. Microeconomia . São Paulo: Schaum, 1972. STEELE, Howard L. et al. Comercialização Agrícola . São Paulo: Atlas, 1971.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS104	DIAGNÓSTICO E GESTÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	4	60
EMENTA			
Diagnóstico rápido participativo de unidades de produção e vida familiar. Planejamento de sistemas agroecológicos. Especificidades da gestão em unidades de produção e vida familiar: estratégia e planejamento da produção e a gestão das variações na demanda de trabalho. Tópicos de gestão financeira. Visão sistêmica da unidade produtiva; noções de comunicação rural. Principais teorias de administração na gestão do empreendimento rural. Problemas típicos de decisão em empreendimentos agropecuários.			
OBJETIVOS			
Dominar as metodologias de diagnóstico e gestão do empreendimento rural de forma sistêmica, considerando as características das pequenas unidades de produção agrícola			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, M. Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável . Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.			
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.			
GLIESSMANN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.			
HOFFMANN, R. Administração da empresa agrícola . São Paulo: Editora Pioneira, 1992. 325 p.			
KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da agricultura . Botucatu: Ed. agroecológica, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural . Brasília: MMA/SBF, 2006.			
CANUTO, J. C.; COSTABEBER, J. A. (Org.). Agroecologia: conquistando a soberania alimentar . Porto Alegre: EMATER/ASCAR, 2004.			
MACHADO, L. C. P. Pastoreio Racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio . Porto Alegre: Expressão Popular, 2010.			
NORONHA, J. F.; DUARTE, L. P. Avaliação de projetos de investimento na empresa agropecuária . São Paulo: Editora Paulicéia, 1995. 251 p.			
SOUZA, R. Administração da fazenda . São Paulo: Globo, 1995. 211 p.			
VALE, S. M. L. R.; COSTA, F. A. Noções gerais de administração rural . Brasília: ABEAS, 2001. (Apostila).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS105	GESTÃO ESTRATÉGICA	4	60
EMENTA			
Contextualização e visão de estratégia. A estratégia empresarial e suas diversas abordagens. Modelos de plano estratégico. Etapas para a formulação. Implementação e acompanhamento das estratégias. Temas Emergentes.			
OBJETIVOS			
Dominar os elementos do planejamento e da gestão da estratégia das organizações analisando criticamente sua visão de futuro, sua, missão, seus valores e sua postura em cenários competitivos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANSOF, H. I.; McDONNELL, E. J. Implantando a administração estratégica . São Paulo: Atlas, 1993. GRANT, Robert. Contemporary Strategy: concepts, techniques, applications . Londres: Blackwell Publishing, 2002. MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. O processo da estratégia . Porto Alegre: Bookman, 2001. MINTZBERG, Henry; AHLSTRAWD, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári da estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico . Porto Alegre: Bookman, 2000. PRAHALAD, C. K. et al. Estratégia . Rio de Janeiro: Campus, 1998. WRIGHT, Peter. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABRAMS, Rhonda M. Business plan: segredos e estratégias para o sucesso . São Paulo: Érica, 1994. ANSOFF, H. Igor. Administração estratégica . São Paulo: Atlas, 1983. BAND, William A. Competências críticas . Rio de Janeiro: Campus, 1997. CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica . São Paulo: Makron Books, 1993. GOLDE, Roger A. Planejamento prático para pequenas empresas . São Paulo: Nova Cultural, 1987. HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais . São Paulo: Atlas, 1998. v. 1. LORANGE, Peter; VANCIL, R. F. Como projetar um sistema de planejamento estratégico . São Paulo: Nova Cultural, 1987. MINTZBERG, Henry et al. Safári de estratégia . Porto Alegre: Bookman, 2000. MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes . São Paulo: Atlas, 1995. OHMAE, Kenichi. O estrategista em ação . São Paulo: Pioneira, 1985. PORTER, Michael E. Estratégia competitiva . Rio de Janeiro: Campus, 1980. PORTER, Michael E. Vantagem competitiva . Rio de Janeiro: Campus, 1989. STEINER, George A.; MINER, John B. Política e estratégia administrativa . Rio de Janeiro: Interciência, 1981. WHITTINGTON, Richard. O que é estratégia? São Paulo: Thomson Pioneira, 2002. ZACARELLI, S. B. Estratégia moderna nas empresas . São Paulo: Zarco, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS250	ORGANIZAÇÃO DE CADEIAS AGROINDUSTRIAIS	2	30
EMENTA			
<p>Conceitos básicos. Estrutura e funcionamento de cadeias e sistemas agroindustriais. Fontes de financiamento de cadeias agroindustriais. Competitividade e Globalização. Complexos agroindustriais e agricultura no Brasil.</p> <p>Sistemas Agroindustriais: metodologia de análise, coordenação e gerenciamento. Noções de Economia Industrial. Estratégias Agroalimentares: formas de organização e estratégias de crescimento das firmas, alianças, fronteiras de eficiência, terceirização, fusões e aquisições. Análise das Cadeias Produtivas no Brasil. Introdução à Gestão da Cadeia de Suprimentos. Estudos de Caso. Gestão do fornecimento de matérias primas. Integração e cooperativismo em cadeias agroindustriais.</p>			
OBJETIVOS			
Dominar os conceitos básicos, as metodologias e ações necessárias à organização de cadeias produtivas agroindustriais frente aos cenários competitivos atuais;			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, Décio. Competitividade e organização das cadeias agroindustriais. Costa Rica: ILCA, 1994. Paper. 62 p.</p> <p>HADDAD, Paulo R. Os clusters produtivos. Estado de Minas Economia. Belo Horizonte, jul. 1999.</p> <p>KUPFER, D.; HASECLEVER, L. Economia Industrial. São Paulo: Campus, 2002.</p> <p>PONDÉ, J. L. S. P de S. Coordenação e inovações institucionais. Texto para discussão, n. 38, Instituto de Economia UNICAMP, jul. 1994.</p> <p>POSSAS, M. L. Estruturas de mercado em oligopólio. São Paulo: Ed. Hucitec, 1985.</p> <p>ZYLBERSTAJN, Décio; FAVA NETO, Marcos (Org.). Gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária. São Paulo: Pioneira, 2000. 428 p.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>ARAÚJO, N. B. et al. Complexo Agroindustrial. São Paulo: Agroceres, 1990.</p> <p>BONILHA, J. A. Qualidade total na Agricultura: Fundamentos e Aplicações. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Qualidade Total da Agricultura, 1994.</p> <p>CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.</p> <p>CASTRO, Antônio Maria Gomes de et al. Cadeias produtivas e sistemas naturais, Prospecção tecnológica. Brasília: Embrapa/SPI, 1998.</p> <p>MONTOYA, M. Antônio; PARRÉ, J. Luiz (Org.). O agronegócio brasileiro no final do século XX. Passo Fundo: UFP, 2000.</p> <p>MOURA, A. Dias; SILVA JÚNIOR, Aziz Galvão da. Competitividade do Agronegócio Brasileiro em Mercados Globalizados. Viçosa: DER, 2004.</p> <p>SANTANA, Antônio Cordeiro de; AMIN, Mário Miguel. Cadeias produtivas e oportunidades de negócio na Amazônia. Belém: UNAMA, 2002.</p> <p>SANTO, B. R. E. Os Caminhos da Agricultura Brasileira. São Paulo: Evoluir, 2001.</p>			
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS151	MONOGRAFIA II	8	120



EMENTA

Elaboração de monografia de acordo com as normas do regulamento específico. Apresentação da monografia perante banca examinadora em sessão pública

OBJETIVOS

Orientar o acadêmico no desenvolvimento de pesquisa científica relacionada as abordagens práticas e teóricas do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e emancipação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALVES, R. **Filosofia da Ciência**: introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- CHAUI, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- HENRY, J. **A Revolução Científica**: origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- JAPIASSU, Hilton F. **Epistemologia**. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- APPOLINÁRIO. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.
- D'ACAMPORA, A. J. **Investigação científica**. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- GALLIANO, A. G. **O Método Científico**: teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.
- GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas: Alínea, 2001.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.
- OMMÈS, R. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1996.
- REY, L. **Planejar e Redigir Trabalhos Científicos**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.
- SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SILVER, Brian L. **A escalada da ciência**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA I	4	60
EMENTA			
Ementa aberta com conteúdos a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA II	2	30
EMENTA			
Ementa aberta com conteúdos a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA III	2	30
EMENTA			
Ementa aberta com conteúdos a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
---------------	------------------------------	-----------------	--------------



	OPTATIVA IV	4	60
EMENTA			
Ementa aberta com conteúdos a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			



COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS354	ANÁLISE DE BALANÇOS	4	60
EMENTA			
Estrutura das demonstrações contábeis. Noções básicas de demonstrações contábeis em moeda constante. Aspectos gerais de consolidação de balanços. A nova Lei das Sociedades por Ações e demonstrações contábeis. Análise das demonstrações contábeis voltada à tomada de decisões. Relatórios CVM. Reclassificação das contas. Técnicas de análise das demonstrações contábeis. Indicadores econômico financeiros.			
OBJETIVO			
Dominar conceitual e tecnicamente as especificidades da organização e gestão de agroindústrias em escala familiar. Dominar elementos básicos para preparação de ações de intervenção em unidades agroindustriais familiares.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
BASTOS, Eder Cláudio. Análise dos Indicadores Econômico-Financeiros Relevantes para Avaliação de Empresas . 2008. 27 f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008. Disponível em: < http://proxy.furb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=492 >. Acesso em: 10 maio 2009.			
BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços . 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.			
MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANTUNES, Luciane; GIANINI, Tatiana. Pânico, Prejuízos e Descontrole em Wall Street. Revista Exame , 927. ed. Abril, ano 42 n. 18, p. 22, novembro 2008.			
ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
BENEDICTO, Gedeon Carvalho; LEITE, Joubert da Silva J. Administração Financeira, Econômica e Contabilidade: uma abordagem da relação existente no processo empresarial de gestão de caixa e lucro. Revista Brasileira de Contabilidade , Brasília/DF, ano XXXIII, n. 146, p. 77, março/abril 2004.			
HELPERT, Erich A. Técnicas de Análise Financeira: um guia prático para medir o desempenho dos negócios . Tradução de André O. M. D. C. Castro. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.			
Revista Exame. Melhores e Maiores: as 500 maiores empresas do país . p. 206, 207. Julho, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS355	SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL	2	30
EMENTA			
O sistema monetário internacional. O movimento internacional de capitais. A hegemonia dos países centrais. Os ciclos do pós-guerra. A economia mundial recente.			
OBJETIVO			
Criar embasamento para assimilação dos princípios fundamentais do Comércio Internacional. Apresentar as relações comerciais de um país com o resto do mundo. Identificar a integração econômica ou social dos países com a formação de blocos econômicos, bem como analisar e pesquisar tais relações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MAIA, J. M. Economia Internacional . Atlas, 2004. RATTI, B. Comércio Internacional e Câmbio . Aduaneiras, 2006. VASQUEZ, J. L. Comércio Exterior Brasileiro . Atlas, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS357	PROJETOS DE COOPERATIVISMO	2	30
EMENTA			
Identidade das cooperativas, enquanto associações e empresas-associadas. Organizações cooperativas como empresas de economia social e as diferenças em relação a empresas de capital ou estatais. Problemas, perspectivas e tendências de adaptação do cooperativismo aos desafios do tempo atual. Conceitos de empreendedorismo. Características dos empreendedores. Empreendedorismo coletivo. Atividade empreendedora em formas associativas. Introdução ao plano de negócios. Relações institucionais e operacionais das entidades Cooperativas. Políticas e estratégias competitivas para os empreendimentos emergentes; órgãos e instituições de apoio à geração de empreendimentos inovadores; elaboração de planos de negócios para cooperativas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AIASTUI, Iosu; ETXEBERRIA, Iñazio. Desarrollo regional y emprendizaje cooperativo. Ekonomiaz . Revista Vasca de Economia, n. 59, 2. cuadrimestre, 2005. p. 284-305. Disponível em: < http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2009030 >.			
BRETONES, F. D. Emprendizaje cooperativo . Analisis psicosocial de la conducta empreendedora. X Jornadas de investigadores en economía social y cooperativa. Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa (CIRIEC). Baeza, 2-3 junho, 2005.			
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo : transformando idéias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.			
MAXIMINIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração para empreendedores : fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.			
SALIM, Cesar Simões. Construindo plano de negócios . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS356	SOCIOLOGIA DO TRABALHO E DA COOPERAÇÃO	2	30
EMENTA			
<p>Trabalho, alienação e desalienação. Crítica da divisão do trabalho. As transformações do trabalho: taylorismo, fordismo e toyotismo. As formas atuais de acumulação do capital no contexto do neoliberalismo. A classe trabalhadora, sua ação sindical e a resistência no local do trabalho. Sociologia aplicada às organizações do tipo cooperativo e dos processos de comportamento grupal. Cooperação como requisito para o êxito de organizações coletivistas. Competição e cooperação no trabalho. A influência das novas tecnologias em ambientes de trabalho. Ações individuais, coletivas e o corporativismo.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003. ARAÚJO, S. M. A cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982. BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. Zahar, 1980. CATTANI, A. D. Trabalho & autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996. MARX, Karl. O capital - crítica da economia política. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. 1. MESZAROS, I. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologia das Organizações: uma análise do homem e das empresas. 1. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2002. OLIVEIRA, R. C. Sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 1980. VELA, H. et al. A cooperação para as organizações populares. São Leopoldo, Ano 6., 1994.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. SERÁERV, S. La transformación socialista de la Agricultura en Cuba. Moscu: Ed. Progreso, 1978.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS349	ECONOMIA DO TRABALHO	2	30
EMENTA			
<p>Capitalismo e trabalho assalariado: o mercado de trabalho capitalista. Heterogeneidade estrutural e desenvolvimento capitalista tardio: o mercado de trabalho nos países capitalistas atrasados. Elementos e fontes principais de dados para a análise do mercado de trabalho brasileiro: determinantes demográficos e migratórios; PIA, PEA e taxas de participação. Ocupação, desemprego, subemprego e rotatividade; salário mínimo, salários nominais e reais; produtividade. Estado e mercado de trabalho: salário mínimo, política salarial, políticas de emprego e apoio ao desemprego. Sindicato e mercado de trabalho. Principais alterações estruturais de mercado de trabalho brasileiro 1950/1980. O mercado de trabalho no período recente. Temas macroeconômicos para discussão em seminários: a) inflação e salários; b) automação e emprego; c) emprego e crescimento econômico; d) políticas de estabilização e salários; e) ciclo econômico e mercado de trabalho; f) outros temas emergenciais.</p>			
OBJETIVO			
<p>Levantar e discutir aspectos fundamentais sobre a distribuição de renda no Brasil, também apresentar as abordagens teóricas sobre a economia do trabalho. Abordar temas sobre as políticas de emprego e geração de renda.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>EHRENBERG; SMITH. A Moderna Economia do Trabalho. Makron Books, 1999. BORJAS. Economia do Trabalho. 5. ed. Mcgraw Hill, 2011. CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS352	FUNDAMENTOS DE CUSTOS	4	60
EMENTA			
Conceitos e aplicações de custos. Conceitos e exemplos de Custos diretos, indiretos, fixos e variáveis. Fundamentos de custeio variável e de custeio por absorção. Custos na produção: Produção contínua e por ordem ou encomenda; Custo Padrão. Custos para análise: Relações de custo x volume x lucro; Ponto de equilíbrio (contábil, econômico e financeiro); Margem de contribuição; Custos por departamentos ou centros de custos. Custos na formação de preços e noções de Mark-up. Custos projetados x custos realizados (custo padrão, ideal e real).			
OBJETIVO			
Disseminar os principais conceitos de custos, seus componentes e aplicações práticas, visando melhor instrumentalizar o acadêmico, aprofundando seus conhecimentos e assim ampliando sua compreensão acerca da composição e combinação dos elementos econômicos habitualmente presentes no cenário das organizações e indivíduos e cujas nomenclaturas e relações necessitam melhor entendimento e interpretação, favorecendo também como subsídio em tomadas de decisões futuras.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BORNIA, Antonio Cezar. Análise Gerencial de Custos . São Paulo: Bookman, 2002. LEONE, George S. G.; LEONE, Rodrigo J. Guerra. Curso de contabilidade de custos . 4. ed. ver. São Paulo: Atlas, 2010. PEREZ JR, José H.; OLIVEIRA, Luís M. de; COSTA, Rogério G. Gestão Estratégica de Custos . São Paulo: Atlas, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial . 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA005	AGROECOSSISTEMAS I	2	30
EMENTA			
O sistema solo-planta/animal-atmosfera. Estudo do solo: propriedades físicas, químicas e biológicas de interesse para a agricultura. Principais tipos de solos. Fundamentos de produção vegetal: principais grupos de plantas cultivadas. Ecofisiologia vegetal e composição do rendimento. Fundamentos da produção animal: aspectos fisiológicos e principais características dos animais domésticos. O clima e a distribuição geográfica da produção agropecuária.			
OBJETIVOS			
Dominar conceitos básicos e ferramentas introdutórias a fim de compreender a complexidade dos agroecossistemas e ter condições de atuar tomando em conta a multiplicidade de aspectos presentes na realidade agrícola.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRADY, N. C. Natureza e propriedades do solos . 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1983.			
KERBAUY, G. B. Fisiologia Vegetal . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.			
LARCHER, W. Ecofisiologia Vegetal . São Paulo: Rina Artes e Textos, 2000.			
MOTA, F. S. Meteorologia agrícola . 7. ed. São Paulo: Nobel, 1983.			
TORRES, G. C. V. Bases para o Estudo da Zootecnia . Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.			
VIEIRA, L. S.; SANTOS, P. C. T. C. dos; VIEIRA, N. F. Solos: propriedades, classificação e manejo . Brasília: MEC/ABEAS, 1988.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDRIGUETTO, J. M. Nutrição Animal . 4. ed. São Paulo: Editora Nobel, 1990. v. 1 e 2.			
CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A. Ecofisiologia de cultivos anuais . São Paulo: Nobel, 1999.			
HAFEZ, E. S. E. Fisiologia da Reprodução . 6. ed. São Paulo: Manole, 1990.			
LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . São Paulo: Oficina de Textos, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA062	TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	2	30
EMENTA			
Princípios e métodos de conservação de alimentos. Principais problemas que ocorrem em indústrias de alimentos. Boas práticas de fabricação. Tecnologia das fermentações. Tecnologia do leite. Tecnologia de carnes e derivados. Tecnologia das bebidas alcoólicas. Tecnologia dos Cereais e Oleaginosas. Tecnologia de processamento de frutas e hortaliças. Matérias primas nas indústrias de alimentos.			
OBJETIVOS			
Dominar os fundamentos científicos e tecnológicos de processamento de produtos agrícolas e as Boas Práticas de Fabricação aplicadas em agroindústrias.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, A. P.; BOBBIO, F. A. Química do processamento de alimentos . São Paulo: Ed. Varela, 2001.			
CAMARGO, R. Tecnologia de Produtos Agropecuários . São Paulo: Nobel, 1982.			
CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. Pós-colheita de frutas hortaliças: fisiologia e manuseio . 2. ed. Lavras: UFLA, 2005. 785 p.			
FELLOW, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.			
FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia de alimentos . São Paulo: Atheneu, 1996.			
GAVA, A. J. Princípios de Tecnologia de Alimentos . São Paulo: Nobel, 1988.			
ORDOÑES, J. A. et al. Tecnologia dos alimentos: alimentos de origem animal . Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 2. 279 p.			
REGULY, J. C. Biotecnologia dos processos fermentativos: fundamentos, matérias-primas agrícolas, produtos e processos . Pelotas: Ed. UFPEL, 1996. v. 1.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
MORETTO, E.; FETT, R. Tecnologia de óleos e gorduras vegetais . São Paulo: Varela, 1998.			
OGAWA, M.; MAIA, E. L. Manual de pesca: ciência e tecnologia do pescado . São Paulo: Varela, 1999. v. 1.			
TRONCO, V. M. Manual para inspeção de qualidade do leite . Santa Maria: Ed. UFSM, 1997.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH092	TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA	4	60
EMENTA			
A perspectiva antropológica nas organizações a partir do indivíduo, em sua interação, com a sociedade e mundo. Questões de troca, reciprocidade, valor, acumulação, trabalho, propriedade, lucro e consumo em seus modos vários de realização cultural e social que permitem a compreensão global da natureza dos fenômenos que envolvem o homem nos aspectos biológicos, sócio-cultural da sociedade contemporânea. A cultura organizacional da sociedade capitalista brasileira contemporânea.			
OBJETIVOS			
Proporcionar aos estudantes as discussões básicas sobre o pensamento antropológico clássico e contemporâneo, bem como, compreender a importância de estranhar o familiar e familiarizar o estranho, reconhecendo a diversidade de culturas e hábitos, bem como uma introdução ao trabalho etnográfico e aos estudos multiculturalistas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Cultura e poder nas organizações . Rio de Janeiro: Atlas, 1991. HANDY, Charles. Deuses da administração : como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional. São Paulo: Vértice, 1987. TAVARES, Maria das Graças de Pinho. Cultura organizacional : uma abordagem antropológica da mudança. São Paulo: Qualitymark, 1991. WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. Revista de Administração de Empresas , São Paulo, v. 32, n. 3, p. 74, jul./ago. 1992.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FLEURY, Maria Tereza Leme. Estória, mitos, heróis: cultura organizacional e relações de trabalho. Revista de Administração de Empresa , São Paulo, out./dez. 1987. FREITAS, Maria Ester de. Cultura organizacional: grandes temas em debate. Revista de Administração de Empresa , São Paulo, jul./set. 1991. GEERTZ, Clifford. A interpretação da das culturas . Rio de Janeiro: Zahar, 1978. MORGAN, Gareth. Imagens da organização . São Paulo: Atlas, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS229	TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	4	60
EMENTA			
Principais abordagens teóricas da Administração. Novos modelos de gestão. Teorias ambientais contemporâneas. Teorias culturais. Teorias do poder. Contribuições teóricas nacionais.			
OBJETIVOS			
Apresentar as principais teorias administrativas e modelos de gestão. Dominar as principais linhas teóricas da administração e os princípios para sua aplicação em processos concretos de gestão			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. Administração : construindo vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração . São Paulo: Campus, 2003. FERREIRA, Ademir Antonio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial : de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Thomson Learning, 2002. 256 p. LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. Administração : princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2003. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 434 p. MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C.; PIETRI JR., Paul H. Administração : conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: HARBRA, 1998. STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração . Rio de Janeiro: LTC, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. Administração : construindo vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998. DAFT, Richard L. Teoria e projetos das organizações . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes : estruturas em cinco configurações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. NAISBITT, John. Paradoxo global . Rio de Janeiro: Campus, 1994. SCHERMERHORN JR., John. Administração . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. WAGNER III, John A.; HOLLENBECH, John R. Comportamento organizacional : criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS350	ECONOMIA ESPACIAL	2	30
EMENTA			
O estudo do funcionamento e da dinâmica das aglomerações. Decisões de localização da atividade, polos, clusters, desigualdades regionais, urbanização, centralidades, hierarquias de lugares e vulnerabilidades.			
OBJETIVO			
Capacitar o acadêmico a analisar e modelar os fenômenos espaciais decorrentes da atividade socioeconômica, possibilitando-lhe a elaboração de estudos e cenários regionais e urbanos para tomada de decisão por parte do setor público (políticas públicas) ou do setor privado (estratégias empresariais).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALVA, Eduardo Neiva. Metropoles (In)Sustentáveis . Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.			
MASCARÒ, J. L. Desenho Urbano e os Custos de Urbanização . Brasília: MHU, 1987.			
RIGHI, Roberto. A Estratégia dos Pólos Industriais como Instrumento para o Desenvolvimento Regional e a sua Aplicabilidade no Estado de São Paulo . São Paulo, 1990.			
SINGER, Paul. Curso de Introdução à Economia urbana . Rio de Janeiro: Forense, 1975.			
SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização . São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1975.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CASTELLS, Manuel. Problemas de Investigação em Sociologia Urbana . Lisboa: Martins Fontes, 1979.			
DAVIS, K. Cidades: A Urbanização da Humanidade . São Paulo: Zahar, 1972.			
SOTO, Hernando. Economia Subterrânea . Rio de Janeiro: Globo, 1987.			
OJKINE, J. O Estado Capitalista e a Questão Urbana . São Paulo: Martins Fontes, 1997.			
MANZAGOL, C. Lógica do Espaço . São Paulo: DIFEL, 1985.			
RATTNER, H. Planejamento e Bem Estar Social . São Paulo: Perspectiva, 1979.			
RICHARDSON, H. W. Economia Urbana . Rio de Janeiro: Interciência, 1978.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS351	NOÇÕES DE MERCADO DE CAPITAIS	2	30
EMENTA			
O mercado de capitais como segmento do mercado financeiro. Intermediação financeira e desenvolvimento. Títulos e valores mobiliários privados e públicos. Fundos de investimentos e bolsas de valores.			
OBJETIVO			
Transmitir conhecimentos e informações pertinentes à estrutura e funcionamento do mercado de capitais, especialmente sobre o processo de formação de poupanças, obtenção e gerência de recursos financeiros.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AFONSO, Antônio. Economia dos Intermediários Financeiros : Desenvolvimento do sistema Financeiro e o Crescimento Econômico. Tese de mestrado, p. 6-12, 2001. ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor : Estrutura de Capitais. São Paulo: Ed. Atlas, 2003. p. 402-425. CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yshio. Mercado de Capitais . 4. tiragem. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 2001. NOBREGA, Maílson da et al. Mercado de Capitais : Sua Importância para o Desenvolvimento e os Entraves com que se Defronta no Brasil. São Paulo: BOVESPA, 2000. (Estudos para Desenvolvimento do Mercado de Capitais). OLIVEIRA, Miguel Delmar B. Introdução ao Mercado de Ações : Mercado de Capitais e o Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Ed. CNBV, 1992. p. 63-10.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
IPEA. Boletim de Conjuntura 63 . Disponível em: < http://www.ipea.gov.br >. Acesso em: 31 maio 2004. IPEA. Boletim de Conjuntura 53 . Disponível em: < http://www.ipea.gov.br >. Acesso em: 31 maio 2004. NOBREGA, Maílson da et al. Mercado de Capitais : Sua Importância para o Desenvolvimento e os Entraves com que se Defronta no Brasil. São Paulo: BOVESPA, 2000. (Estudos para Desenvolvimento do Mercado de Capitais). ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Rondolph W.; JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira : Estrutura de Capital e Política de Dividendo. São Paulo: Ed. Atlas, 2002. p.275-365.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS353	DIREITO II - Cooperativo	4	60
EMENTA			
Legislação Cooperativa. Ação individual e coletiva. Autogestão e formas jurídicas. Política do Cooperativismo na América Latina. O Cooperativismo no Brasil. Sociedades Cooperativas. Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas. Constituição das Sociedades Cooperativas. Estatuto social e fundos. Associados e empregados. Ato cooperativo. Direito Cooperativo e a interface interdisciplinar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HESPANHA, Pedro; LAVILLE, Jean- Louis; CATTANI, Antonio David; GAIGER, Luiz Inácio (Org.). Dicionário Internacional da Outra Economia . Coimbra: Almedina, 2009. LUZ FILHO, F. O direito cooperativo . Rio de Janeiro: Pongetti, 1962. MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984. Parte especial. Tomo XLIX. Contrato de sociedade. Contrato de pessoas. NAMORADO, Rui. Horizonte cooperativo: política e projeto . Coimbra: Almedina, 2001. _____. Introdução ao direito cooperativo: para uma expressão jurídica da cooperatividade . Coimbra: Almedina, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BULGARELLI, Waldírio. As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. DAHL, Robert. Poliarquia . São Paulo: Edusp, 1997. FRANKE, Walmor. Contribuição ao cooperativismo . Brasília: MA/INCRA, 1978. FRANKE, Walmor. Direito das sociedades cooperativas . São Paulo: Saraiva, 1973. GEDIEL, José Antônio Peres. Cooperativas Populares: A Legislação como Obstáculo . In: MELLO, S. L. de (Org.). Economia solidária e autogestão: encontros internacionais . São Paulo: PW, 2005. GERMER, Claus. A “economia solidária”: uma crítica marxista. In: GEDIEL, José Antônio Peres. Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania . Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2007. MACHADO, Antonio Plínio. Comentários à lei do cooperativismo . São Paulo: Editora Unidas, 1975. 259p. MELLO, S. L. de (Org.). Economia solidária e autogestão: encontros internacionais . São Paulo: PW, 2005. MOURA, Valdiki. Legislação sobre cooperativismo: específica e aplicada (de 1903 a março de 1965) . Rio de Janeiro: Serviço de Informática Agrícola do Ministério da Agricultura, 1965. 252 p. _____. (Org.). Os caminhos do cooperativismo . Curitiba: Editora UFPR, [s.d.]. OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado Capitalista . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e lei . São Leopoldo: Unisinos, 2001. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Atlas da Economia Solidária . Disponível em: < http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/deftohtm.exe?FormaOrganizacao.def >. Acesso em: 01 de fev 2010.			



SILVA, Eduardo Faria. **A organização das cooperativas brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação.** Curitiba: UFPR, 2006. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, 2006.
SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS139	Tópicos especiais II (Metodologia da pesquisa em economia)	2	30
EMENTA			
Ementa aberta com conteúdos a serem definidos pelo colegiado de curso. O contexto da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Epistemologia da Ciência. Instrumentos, métodos científicos e normas técnicas. Projeto, execução e publicação da pesquisa. A esfera político-acadêmica: instituições de fomento à pesquisa. Ética na pesquisa científica, propriedade intelectual e autoria. Associações de pesquisa e eventos científicos.			
OBJETIVOS			
GERAL: Criar condições para que o aluno compreenda a ciência, seus processos como construção crítica e histórica do conhecimento. a) Oportunizar ao aluno o domínio dos conceitos básicos presentes nos processos de construção e de validação do conhecimento científico. b) Instrumentalizar o aluno para que compreenda a interdependência das teorias com os métodos de investigação de problemas, empregados nas diferentes áreas de conhecimento, e com os pressupostos epistemológicos historicamente estabelecidos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. CHAUÍ, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001. HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca). MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006. BEUREN, Ilse M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade . São Paulo: Atlas, 2003. D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006. GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986. GIACOIA JR., O. Hans Jonas. O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206. GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001. MORIN, E. Ciência com Consciência . Lisboa, Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			



OMMÈS, R. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1996.
REY, L. **Planejar e Redigir Trabalhos Científicos**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.
SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
SILVER, Brian L. **A escalada da ciência**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA116	SEMINÁRIO AVANÇADO I	1	15
EMENTA			
Ementa aberta com conteúdos a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA117	SEMINÁRIO AVANÇADO II	1	15
EMENTA			
Ementa aberta com conteúdos a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA118	SEMINÁRIO AVANÇADO III	1	15
EMENTA			
Ementa aberta com conteúdos a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA119	SEMINÁRIO AVANÇADO IV	1	15
EMENTA			
Ementa aberta com conteúdos a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Bibliografia aberta com itens a serem definidos pelo colegiado de curso.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA200	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Libras)	02	30
EMENTA			
1. Visão contemporânea da inclusão e da educação especial na área da surdez. 2. Cultura e identidade da pessoa surda. 3. Tecnologias voltadas para a surdez. 4. História da linguagem de movimentos e gestos. 5. Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. 6. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. 7. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. 8. Sistematização e operacionalização do léxico. 9. Morfologia, sintaxe, semântica e pragmática da Libras; 10. Diálogo e conversação. 11. Didática para o ensino de Libras.			
OBJETIVO			
Dominar a língua brasileira de sinais e elaborar estratégias para seu ensino, reconhecendo-a como um sistema de representação essencial para o desenvolvimento do pensamento da pessoa surda.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Língua Brasileira de Sinais . Brasília: SEESP/MEC, 1998. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor . 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436 , de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098 , de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001. LABORIT, Emmauelle. O Vôo da Gaivota . Paris: Editora Best Seller, 1994. LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002. MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000.			



_____. **Língua de Sinais e Educação do Surdo**. Série neuropsicológica, v. 3. São Paulo: TEC ART, 1993.

PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. **Curso de LIBRAS 1**. 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos**. A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes** – Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Seminário Temático Complementar – Economia Brasileira	1	15
EMENTA			
Anos 1990 – privatizações. Economia brasileira período 2000 – 2010. Crise mundial e efeitos sobre a economia brasileira. Conjuntura e perspectivas futuras.			
OBJETIVO			
Compreender as mudanças recentes na economia brasileira e seus efeitos sobre a atividade econômica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BIONDI, A. O Brasil Privatizado . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR, R. Economia Brasileira Contemporânea . São Paulo: Atlas, 2007. REGO, J. M. et al. Economia Brasileira . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS411	PESQUISA MERCADOLÓGICA	30
EMENTA		
Conceitos, definições e métodos de pesquisa em marketing. Sistema de Informações em Marketing. Processo e prática de pesquisa em marketing. Coleta de dados secundários e primários. Análise de pesquisa em marketing.		
OBJETIVO		
Capacitar o acadêmico para desenvolver estudos de mercado, com foco no levantamento, na análise e apresentação de informações úteis para a tomada de decisão estratégica nas organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FERREL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de Marketing. São Paulo: Cengage Learning, 2009. MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. MOTTA, Isabela M. Manual como elaborar uma pesquisa de mercado. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005. MCDANIEL, Carl; GATES, Roger. Pesquisa de marketing. São Paulo: Thomson Learning, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AAKER, David; KUMAR, Vinay; DAY, George. Pesquisa de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MATTAR, N. F. Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento e execução. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1 e 2. STEVENSON, William J. Stevenson. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 2001. ZIKMUND, William G. Princípios da pesquisa de marketing. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2011.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS416	MERCADO DE CAPITAIS E DERIVATIVOS	60
EMENTA		
<p>Introdução à moderna teoria de investimento financeiro, ao Sistema Financeiro Nacional e ao Mercado de Capitais. Seleção de ativos com base na análise risco x retorno. Aspectos comportamentais na decisão de investimento. Agentes do mercado: hedgers, especuladores e arbitradores. Modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM). Títulos do Mercado de Capitais – tipos, conceitos e diferenciação e riscos. Mercados Organizados. Derivativos – swap, hedge, futuros, a termo e opções. Carteira Eficiente e Métodos de análise de investimentos em ações – análise técnica e fundamentalista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Propiciar aos acadêmicos uma visão geral do mercado de capitais e derivativos e das teorias fundamentais que descrevem o funcionamento deste, como primeiro passo para o exercício profissional do economista na área de aplicações e investimentos. Em um segundo momento, esta disciplina visa também preparar para o entendimento das teorias do mercado de capitais e suas inter-relações com os demais mercados financeiros, criando a possibilidade de melhorar a obtenção de recursos compatíveis com os processos produtivos da economia.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CASAGRANDE NETO, Humberto; SOUSA, Lucy A.; ROSSI, Maria Cecília. Guia do mercado de capitais. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Nacional, 2006. 111 p. CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. Mercado de capitais: o que é, como funciona. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2009. 395 p. FORTUNA, E. Mercado Financeiro: produtos e Serviços. 19. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL. Finanças Públicas: sumário dos planos brasileiros de estabilização e glossário de instrumentos e normas relacionadas à política econômico-financeira. 4. ed. Brasília: Depec, 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?MANFINPUB>. _____. Relatório de Política Monetária. Brasília: Depec, 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELPOM>. _____. Relatório Econômico Anual. Brasília: Depec, 2003. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2003>. LOPES, J. & ROSSETTI, J. P. Economia monetária. São Paulo: Atlas, 2009. TEIXEIRA, Ernani. Economia monetária: a macroeconomia no contexto monetário. São Paulo: Saraiva, 2002. GALBRAITH, John K. Moeda: de onde veio, para onde vai. São Paulo: Pioneira, 1997. HILLBRECHT, Ronald. Economia monetária. São Paulo: Atlas, 1999.</p>		

Inseridos conforme RESOLUÇÃO Nº 02/CCCE-LS/UFFS/2023



COMPONENTES VALIDADOS POR ADITAMENTO - CVA

CÓDIGO CCR DRGA	CCR DRGA	FASE DA MATRIZ DE DRGA	CÓDIGO CCR CIÊNCIAS ECONÔMICAS	CCR CIÊNCIAS ECONÔMICAS	FASE DA MATRIZ DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
GCA005	Agroecossistemas I	3ª	GCA005	Agroecossistemas I – passou para o roll de optativas	0
GCS009	Teorias da administração	2ª	GCS009	Teorias da administração – passou para o roll de optativas	0
GCA062	Tecnologia de processamento de produtos agrícolas	4ª	GCA062	Tecnologia de processamento de produtos agrícolas – passou para o roll de optativas	0
GCS007	Introdução à economia I	1ª	GCS125	Microeconomia I	1ª
GCS008	Introdução à economia II	2ª	GCS126	Macroeconomia I	2ª
GCA010	Agroecossistemas II	3ª	GCA138	Agroecossistemas	3ª
GCS093	Economia brasileira e políticas de desenvolvimento*	4ª	GCS127	Economia brasileira contemporânea	4ª

* Observar no item 8.4 a descrição do processo de equivalências.



Ementários dos componentes curriculares que sofreram CVA, cursados em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial e que não constam no *roll* de optativas do curso de Ciências Econômicas:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	INTRODUÇÃO À ECONOMIA I	4	60
EMENTA			
Conceitos básicos. Introdução ao pensamento econômico. Teoria do consumidor. Demanda individual e de mercado. Oferta. Equilíbrio de mercado. Elasticidades. Teoria da firma: produção e custos de produção. Estruturas de mercado. Introdução a organização industrial.			
Possibilitar ao acadêmico o conhecimento e análise dos principais aspectos da ciência econômica, visando compreender o comportamento do consumidor e dos produtores, através da análise microeconômica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MANKIWI, N. G. Introdução à Economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009. PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. PINHO, D. B. et al. Manual de Economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
PINHO, D. B. et al. Manual de Introdução à Economia . São Paulo: Saraiva, 2006. ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2002. TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à Economia . São Paulo: Makron Books, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	INTRODUÇÃO À ECONOMIA II	04	60
EMENTA			
Introdução à macroeconomia: conceitos básicos. Noções de contabilidade nacional: governo, moeda, inflação, determinação da renda. Economia internacional e balanço de pagamentos. Mercado de trabalho. Crescimento e desenvolvimento econômico.			
OBJETIVOS			
O conhecimento de como funciona as políticas econômicas adotadas pelos governos, além da compreensão dos principais indicadores macroeconômicos, são essenciais para uma melhor compreensão da economia e sua influência na vida das pessoas, empresas e organizações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999. LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. MANKIWI, N. G. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009. PINHO, D. B. et al. Manual de Economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. PINHO, D. B. et al. Manual de introdução à economia . São Paulo: Saraiva, 2006. ROSSETTI, J. P. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2002. TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à economia . São Paulo: Makron Books, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	AGROECOSSISTEMAS II	4	60
EMENTA			
Princípios de manejo das principais plantas de lavoura. Fundamentos da produção de frutas e hortaliças. Fundamentos de bovinocultura de leite e de corte, ovinocultura, suinocultura e avicultura. Evolução das formas de manejo dos agroecossistemas ao longo da história da agricultura brasileira. As diferentes concepções sobre as técnicas aplicadas à produção agrícola. Princípios de manejo agroecológico. Sustentabilidade da agricultura. As bases teórico-filosóficas da agroecologia. Bases técnicas da agroecologia. A transição agroecológica;			
OBJETIVOS			
Apresentar os princípios básicos de manejo relacionados à plantas e animais em agroecossistemas. Dominar conceitualmente as ferramentas de análise sobre agroecossistemas e sua aplicação à produção sustentável de matérias-primas para as agroindústrias e para melhoria das condições de vida no meio rural com base na promoção de agroecossistemas complexos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. 110 p. ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa . 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. CHABOUSSOU, Francis. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos . São Paulo: Expressão Popular, 2006. GLIESSMAN, Stephen. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura . Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FELDENS, L. A dimensão ecológica da pequena propriedade no Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Secretaria da Agricultura e Abastecimento do RS, 1989. 154 p. LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental . Ed. Civilização Brasileira, 2006. ODUM, Eugene. Fundamentos de ecologia . Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. VIVAN, J. L. Agricultura e florestas: princípios de uma interação vital . Guaíba: Agropecuária, 1998. 207 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	ECONOMIA BRASILEIRA E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO	2	30
EMENTA			
Análise das políticas de desenvolvimento no Brasil a partir de 1930: os condicionantes históricos. A construção do projeto nacional do período Vargas. O período desenvolvimentista. O período militar. O período da globalização. Plano Real. Economia brasileira recente. Desenvolvimento econômico brasileiro: análise e desafios.			
OBJETIVOS			
Conhecer a evolução da economia brasileira, as principais deficiências e as conquistas dos últimos anos, compreendendo o processo de industrialização e crescimento econômico, e quais são os desafios da economia nacional. Analisar as políticas de desenvolvimento adotadas a partir de 1930.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989 . Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992. CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995) . Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998. FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil . 27. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1998. GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. Economia Brasileira Contemporânea . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. PRADO JR., Caio. A história econômica do Brasil . 36. ed. São Paulo, 1988. REGO, J. M. et al. Economia Brasileira . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. SINGER, P. Desenvolvimento e crise no Brasil . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRUM, A. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro . 20. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999. HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1978. MAGALHÃES, J. P. de A. Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira . Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ, 1996. MELLO, João Manoel Cardoso de. Capitalismo Tardio - contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira . 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.			



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Neste item estão descritos os processos pedagógicos e de gestão do curso e o processo de avaliação do método de ensino-aprendizagem das disciplinas do Curso de Ciências Econômicas.

9.1 Reuniões Pedagógicas e de Colegiado

Definido o colegiado do curso antes do início do semestre letivo, o coordenador de curso deverá agendar reuniões ordinárias, com objetivos específicos, de acordo com os seguintes referenciais:

9.1.1 *Reunião de planejamento*

A reunião de planejamento ocorre antes do início do período letivo, onde o coordenador de curso apresentará aos docentes as disciplinas que deverão ministrar. A partir daí, os docentes deverão elaborar os planos de ensino e planejar cada uma das disciplinas, considerando as particularidades do calendário do período letivo, e a programação de trabalhos ou projetos e de realização de avaliações pontuais. Esta é uma oportunidade dos docentes terem uma visão geral de como as outras disciplinas deverão transcorrer, evitando-se a sobreposição de conteúdo e possibilitando o inter-relacionamento entre as mesmas.

9.1.2 *Reunião de acompanhamento*

Esta reunião poderá ocorrer a qualquer momento, sendo apropriado que, no planejamento do coordenador de curso, seja definida uma reunião ordinária próximo à metade do período letivo, com o objetivo de verificar o desempenho parcial dos estudantes após as primeiras avaliações. É uma segunda oportunidade dos docentes analisarem eventuais problemas associados às suas disciplinas, bem como de melhor orientar os alunos de como proceder para tirar o melhor proveito possível do curso. Nesta ocasião pode-se ter uma ideia de que alguns acadêmicos não estão tendo um aproveitamento satisfatório, os quais poderão ser chamados para apresentarem os problemas que estão causando seus baixos rendimentos acadêmicos e receberem



orientações adicionais para poderem se recuperar. Todo este processo possibilita a tomada de medidas pró-ativas tanto por parte dos docentes como por parte dos estudantes, devendo ser gerenciado pelo coordenador de curso.

9.1.3 *Reunião de avaliação final*

Esta reunião tem o objetivo de fornecer uma posição global de como o curso transcorreu no período letivo, realizada logo após as últimas provas. É uma oportunidade de trocas de experiências entre os professores e representantes dos acadêmicos a respeito de fatos tanto positivos quanto negativos, permitindo a correção de problemas para os próximos períodos (correção dos aspectos negativos) e o aperfeiçoamento da forma de se ministrar uma dada disciplina (incorporação de aspectos positivos relatados em outras disciplinas). Deve-se destacar que os aspectos positivos e negativos são determinados a partir dos relatos efetuados pelos docentes e representantes discentes, sendo que os acadêmicos devem expressar a opinião da classe. Outra meta desta reunião é a verificação do desempenho global da turma, quais são os estudantes sujeitos a reprovação em uma ou mais disciplinas, a existência de alunos com bom desempenho global e baixo desempenho em uma disciplina isolada, etc.

9.1.4 *Reuniões extraordinárias*

Eventuais reuniões extraordinárias podem ser agendadas, quando algum fato significativo surgir e cuja urgência justifique uma reunião não programada. O coordenador do curso deverá convocar a reunião com, no mínimo, 48 horas de antecedência, informando a pauta com a justificativa da convocação extraordinária.

9.2 Formas de participação discente

Nos órgãos deliberativos, a representação discente também possui seu espaço. Esses espaços são preenchidos por acadêmicos que buscam participar das decisões que afetam a vida político-acadêmica da universidade. São esses acadêmicos que defendem e fazem valer os interesses de todos os estudantes, cuja representatividade lhes foi confiada.



Os discentes terão direito a representação equivalente a até 20% (vinte por cento) do corpo do colegiado, indicados entre seus pares em processo definido pela entidade que os representa na instituição (no caso do curso de Ciências Econômicas, o Centro Acadêmico). Assim, os representantes dos acadêmicos participarão das reuniões do colegiado, com direito a voz e voto, e posteriormente repassarão as discussões e deliberações aos demais discentes.

A cada período letivo, os estudantes deverão formalizar junto ao coordenador de curso os nomes dos representantes no colegiado, titulares e suplentes. Somente poderão ser representantes acadêmicos regularmente matriculados no curso e que estejam matriculados no número mínimo de créditos determinado neste projeto.

No caso de criação de outras instâncias relacionadas ao curso, o colegiado do curso poderá decidir novas formas de participação dos discentes.

9.3 Instâncias recursais

9.3.1 No âmbito da disciplina

Para dirimir suas dúvidas, sejam elas de conteúdo, avaliação e trabalhos, o estudante deverá recorrer ao professor da disciplina. Nesse aspecto, deve-se levar em consideração aquilo que foi previsto no plano de ensino apresentado pelo docente no início do semestre letivo. Se tratando de avaliações, valem os prazos determinados nas normativas vigentes na UFFS.

9.3.2 No âmbito do curso

O órgão deliberativo e a instância recursal do curso é o Colegiado de Curso. Em casos em que discente e docente permaneçam em desacordo – após interpelação na instância, o acadêmico poderá solicitar ao representante discente no colegiado para, junto ao coordenador de curso, solicitar que o assunto seja incluído em pauta do colegiado para apreciação e discussão. A inclusão ou não do ponto de pauta ficará a critério do coordenador, que deverá se inteirar com o discente e o docente envolvidos das divergências. Lembrando que, em caso de divergências referentes as avaliações, valem os prazos determinados nas normativas de graduação da UFFS. Em casos que o



colegiado julgar necessário, o discente envolvido poderá ser chamado para estar presente.

9.3.3 *No âmbito do campus*

A instância recursal no âmbito do campus é o Conselho de *Campus*, presidido pelo diretor, com representantes de todas as categorias da comunidade acadêmica do *campus*. A este Conselho poderão ser levados processos para apreciação e deliberação, caso as instâncias anteriores não tenham sido suficientes.

9.3.4 *No âmbito da UFFS*

As últimas instâncias recursais existentes são as Câmaras do Conselho Universitário - CONSUNI, presididas pelos respectivos Pró-Reitores (de ensino, de pesquisa e pós-graduação, de extensão e cultura, e de administração/planejamento). Quando estas não forem suficientes, a instância final para recursos é o CONSUNI.

Planejamento docente

O ensino superior tem características muito próprias porque objetiva a formação do cidadão e do profissional enquanto pessoa de uma formação que o habilite ao trabalho e à vida.

O planejamento é essencial para que não apenas os objetivos da prática docente propostos em uma disciplina sejam atingidos, mas também para garantir a organização e o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas. Assegurando, assim, as condições necessárias para que tanto o docente quanto o discente tenham atuação eficiente e eficaz quanto ao processo de ensino-aprendizagem.

Os planos devem ser desenvolvidos de maneira que sejam definidas as competências e habilidades que o discente deverá apresentar ao final da disciplina. Estes planos deverão conter, ao menos:

9.4.1 *Identificação do componente curricular*

O docente deverá iniciar o planejamento com a identificação da disciplina, onde constará o *nome* e *código* da disciplina, a *carga horária* e os *créditos*, o *período* e



horários semanais em que ocorrerá, bem como o *nome* do docente responsável e outras informações que julgar necessárias.

9.4.2 *Ementa do componente curricular*

A ementa é um *resumo dos conteúdos* que irão ser trabalhados na disciplina. A ementa de cada disciplina do curso de graduação está determinada neste PPC. A mudança de uma ementa somente ocorrerá por solicitação do docente mediante apreciação e aprovação do colegiado do curso.

9.4.3 *Justificativa*

Toda componente de uma matriz curricular representa, em última análise, um instrumento importante para a formação profissional de uma dada área, definida a partir do PPC, ou seja, há uma razão de ser da disciplina para o processo formativo. Por essa razão, cabe ao docente indagar-se acerca do *papel da sua disciplina* no curso em que irá lecionar, no processo de formação do profissional em diálogo com o ementário, com o perfil profissional desejado pelo curso e com o contexto social de atuação profissional.

9.4.4 *Objetivos de ensino*

A prática educativa é uma prática intencional. Desse modo, os objetivos expressam os *propósitos que orientam a formação* e o desenvolvimento de qualidades humanas para atuação na sociedade. Sob esse prisma, os objetivos *antecipam os resultados desejados* expressos na relação professor – aluno – conhecimento, expressando os conteúdos e os conceitos a serem construídos, as habilidades e hábitos, as competências a serem alcançadas pelo processo pedagógico de uma disciplina ou área de conhecimento. Devem ser elaborados na perspectiva da formação de habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos: habilidades cognitivas, sociais, atitudinais, entre outras. Há níveis diferenciados de objetivos: *Objetivo Geral*, expressa o papel mais amplo da disciplina no curso e no projeto institucional. É o que define a contribuição do conteúdo da disciplina para a formação profissional tanto em termos cognitivos e técnicos como em termos do perfil sócio-cultural; e *Objetivos Específicos*, os quais



determinam os resultados esperados da atividade dos alunos e deve ser expresso, principalmente, na forma do comportamento cognitivo e sócio-cultural (valores, hábitos, habilidades e competências) almejado para cada unidade de ensino ou tema de estudo. Este deve explicitar de forma clara a intenção proposta.

9.4.5 Conteúdo programático

Quais são os conteúdos de ensino? Quais os saberes fundamentais? O professor deverá, na seleção dos conteúdos, considerar critérios como: validade, relevância, gradualidade, acessibilidade, interdisciplinaridade, articulação com outras áreas, cientificidade, adequação.

No plano da disciplina trata-se do detalhamento do conteúdo a ser trabalhado ao longo do semestre e deve expressar coerência com a ementa da disciplina, com os objetivos específicos, previstos para cada unidade ou tema, conforme se definir a organização do mesmo.

Este poderá ser apresentado como um “cronograma” (Quadro 01), onde serão detalhados os conteúdos específicos trabalhados em cada encontro (aula), o método de ensino e os recursos didáticos que serão utilizados para a prática docente. Aqui, trata-se de explicitar o caminho mediador entre o conteúdo (conceitos, habilidades, competências, valores, hábitos) e os objetivos (resultados esperados); e do modo como se concebe o processo de construção do conhecimento ou o caminho através do qual o aluno mobiliza suas habilidades intelectuais para conhecer.

Encontro (data)	Conteúdo	Método/Recursos didáticos
Aula 01 (30/Julho)	Introdução à educação	Aula expositiva/Debate de texto – Uso de Projetor multimídia.

Quadro 1: Exemplo de apresentação do conteúdo programático do tipo “cronograma”.

Poderá ainda, de maneira mais geral, apresentar os conteúdos que serão trabalhados em um esquema de sumário ou tópicos de aprendizagem, após os quais deverão vir o Método de Ensino e os Recursos Didáticos que serão utilizados durante todo o período da disciplina.



9.4.6 *Método de ensino*

Método de ensino é o *caminho escolhido* pelo professor para organizar as situações ensino-aprendizagem. A técnica é a operacionalização do método. No planejamento, ao elaborar o plano da disciplina, o docente antevê quais os métodos e as técnicas que poderá desenvolver com os discentes em sala de aula na perspectiva de promover a aprendizagem. E, juntamente com estes, irão avaliando quais são os mais adequados aos diferentes saberes, ao perfil do grupo, aos objetivos e aos discentes como sujeitos individuais. Nesse processo participativo o professor deixa claro suas possibilidades didáticas e o que ele pensa e o que espera do aluno como sujeito do processo de aprendizagem, suas possibilidades, sua capacidade para aprender, sua individualidade.

9.4.7 *Recursos didáticos*

São todos os recursos disponíveis utilizados pelo docente para mediar o processo de ensino-aprendizagem. Ao planejar, o professor deverá levar em conta as reais condições dos alunos, os recursos disponíveis pelo aluno e na instituição de ensino, a fim de organizar situações didáticas em que possam utilizar as novas tecnologias.

9.4.8 *Avaliação*

A avaliação é uma etapa presente cotidianamente em sala de aula, exerce uma função fundamental, que é a função diagnóstica. Deve ser feita de modo a evitar a função classificatória, comparando sujeitos entre sujeitos. A avaliação deverá considerar o avanço que aquele aluno obteve durante o curso. O processo avaliativo compreende a atuação integral do estudante, na sua oralidade, na escrita e na linguagem adequada.

Consiste em tarefa complexa que não se resume a aplicação de provas e atribuição notas. Avaliar é estabelecer um juízo de qualidade sobre dados relevantes do processo de ensino e de aprendizagem que auxilia na tomada de decisão por parte da docência. A avaliação tem, portanto, uma função pedagógico-didática, uma função de diagnóstico e uma função de controle.

No plano, o docente deverá discriminar que avaliações serão realizadas durante o período da disciplina, como será atribuída, ou não, a pontuação às diversas avaliações



e como será calculada a média final do desempenho do estudante na disciplina (para a aprovação ou reprovação).

Além dos critérios fundamentais para sua aprovação, o estudante deverá cumprir obrigatoriamente 75% de frequência dos componentes curriculares presenciais e o cumprimento de atividades não presenciais, em regime especial de trabalho ou a distância. Entenda-se, aqui, regime especial de trabalho aqueles casos em que o estudante realiza trabalhos domiciliares previamente indicados por seus professores ora para avaliação de aprendizagem ora para compensação de frequência, enquanto estiver impedido de comparecer às atividades acadêmicas presenciais.

Os procedimentos para a avaliação de desempenho discente nas disciplinas deverá seguir o determinado no Regimento de Graduação da Universidade.

9.5 Planejamento do Curso

O Curso de Ciências Econômicas deverá estabelecer um planejamento detalhado em vista do alcance das metas e objetivos político pedagógicos estabelecidos, bem como em relação ao seu compromisso em contribuir com a transformação da realidade.

Esse planejamento deve contemplar metas e ações anuais e plurianuais, em vista de detalhar a forma como serão consolidados e alcançados tais objetivos. O plano anual deverá ser discutido e aprovado pelo Colegiado de Curso, preferencialmente até o mês de março de cada ano, assegurado um processo consultivo e participativo com a comunidade acadêmica, as instituições e movimentos sociais e cooperativos da região da Cantuquiriguaçu.

O plano deverá ser acompanhado em sua execução de forma a assegurar que de fato seja utilizado como referência para as ações do curso, sendo que o Colegiado do curso de Ciências Econômicas tem autonomia para elaborar seu planejamento.

A avaliação da qualidade do curso de bacharelado em Ciências Econômicas dar-se-á, prioritariamente, por intermédio da Avaliação Institucional da UFFS. Essa avaliação na Universidade Federal da Fronteira Sul será realizada em dois momentos, a saber:



9.5.1 *Avaliação interna*: também denominada de autoavaliação será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional, propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso e o desempenho dos estudantes.

Como o Colegiado do Curso representa o setor institucional mais próximo ao desenvolvimento do curso, este é o órgão privilegiado para a utilização de outros instrumentos de avaliação além dos determinados pela CPA da Universidade.

A autoavaliação do curso deverá incluir a análise referente as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do currículo, (características do corpo docente, a adequação de conteúdos à proposta curricular, a infraestrutura física, técnica e administrativa, entre outros), a análise dos processos (desempenho dos alunos, o fluxo das disciplinas oferecidas, contribuição dos estágios na formação dos alunos) e as percepções do corpo docente e discente sobre as condições globais do curso.

Assim, a avaliação interna consiste num processo contínuo através do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados de suas atividades para melhorar a qualidade do ensino. Para tanto, busca sistematizar informações, analisando coletivamente os resultados de suas atividades, procurando novas formas de organização administrativa e pedagógicas, identificando pontos fracos, pontos fortes e potencialidades, estabelecendo estratégias para solução de problemas. Através da avaliação interna, é possível medir o nível de consecução das metas e objetivos traçados anteriormente. Sendo assim, a avaliação interna será resultado das discussões entre corpo docente, docente e discente e colegiado de curso, tendo como foco as políticas de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao curso, bem como, outras ações necessárias para a construção de um curso cada vez melhor e mais completo. Essa autoavaliação será realizada através de:

_ Questionário aplicado aos docentes: buscará identificar a visão que o corpo docente possui dos conteúdos, da grade curricular, do contexto de sua disciplina quanto ao curso, da estrutura disponibilizada, das turmas, entre outros.



_ Questionário aplicado aos acadêmicos: com questões específicas ao curso de economia, visa obter um diagnóstico a respeito das questões pedagógicas e administrativas do curso, com ênfase na avaliação das disciplinas e dos docentes.

_ Fórum dos acadêmicos: ação que visa contextualizar o curso com todos os acadêmicos (de todas as fases), para avaliar aspectos positivos e ajustar questões negativas relacionadas ao curso.

_ Reuniões ao final de cada semestre: pretende identificar possíveis necessidades e demandas que o Colegiado possui, além de avaliar o desempenho do curso ao longo do semestre.

_ Reunião com o Conselho Comunitário e comunidade externa: objetiva ouvir as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais para verificar se a formação acadêmica atende os anseios e necessidades da comunidade e da região.

_ Relatório anual: este instrumento baseado em indicadores quantitativos e qualitativos será constituído considerando os seguintes aspectos, entre outros:

- _ número de projetos de extensão;
- _ número de projetos de pesquisa;
- _ média acadêmica;
- _ índices de aprovação/reprovação por disciplina e do curso;
- _ projetos de iniciação acadêmica;
- _ atividades (seminários, debates, outros eventos) realizadas pelo curso;
- _ frequência acadêmica;
- _ número de acadêmicos que continuam no curso (índice de desistência).

Além disso, na primeira reunião do Colegiado do curso em cada ano, será definido o cronograma das atividades relacionadas, através de um planejamento de curto e médio prazo, o qual contemplará: plano de formação docente, eventos a serem organizados pelo Colegiado, adequação das disciplinas e objetivos das mesmas diante do curso, entre outros.

A comunidade externa terá representação nas reuniões do Colegiado de Ciências Econômicas, com a participação de até 10% da composição do Colegiado. Caberá ao Conselho Comunitário a indicação do representante da comunidade externa nestas reuniões.



9.5.2 *Avaliação externa*: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

O Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) estabelece três instrumentos de avaliação para as IES: a avaliação institucional, a avaliação de cursos e o Enade (Exame Nacional de Desempenho do Estudante). Estes mecanismos devem ser trabalhados como processos participativos, formativos e formadores, os quais verificarão as dificuldades da IES, visando elaborar e implantar ações corretivas, além de aperfeiçoar a qualidade do curso e da instituição.

A avaliação externa busca verificar como o curso é visto pela comunidade externa, buscando avaliar se o curso atende as expectativas da sociedade e das instituições que medem o nível do ensino superior. Desta forma, a avaliação externa poderá ser obtida através do INEP e do ENADE. Assim, será possível uma análise global dos indicadores de desempenho comparativa a outros cursos/instituições. Além disso, o curso de Ciências Econômicas manterá um diálogo permanente com o Conselho Comunitário, como forma de avaliação externa (além de outras atividades necessárias).

De qualquer forma a análise de adequação curricular, processos de ensino aprendizagem, conteúdo programático, entre outros, só será bem realizada com um processo contínuo e que deverá ter a participação ativa do corpo docente, discente e externo (instituições/órgãos competentes). Assim sendo, a avaliação interna e externa é fundamental para identificar as modificações que forem necessárias.



10 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O processo de articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão é vital para o cumprimento do mandato institucional e político que resultou na criação da UFFS. Para formulação de nossa concepção para embasar tal articulação nos apropriamos das discussões já acumuladas pela comunidade universitária, através do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades brasileiras. Segundo esse Fórum, a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A Universidade Federal da Fronteira Sul e seu curso de Ciências Econômicas, com a linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, têm na prática planejada da extensão um elemento central em seu processo de inserção e relacionamento com a comunidade regional e com a produção de conhecimentos voltados à superação dos problemas e desafios da mesma.

A sociedade brasileira já compreendeu, depois de décadas de planos e pacotes econômicos, que apenas o crescimento do Produto Interno Bruto não é uma medida suficiente para superar as desigualdades sociais do país. A sociedade clama por justiça social, por redução das desigualdades, pela erradicação das doenças sociais causadas pela pobreza e miséria, pelo fim da fome nos campos e nas cidades. Somente assim ter-se-á condições como país, de enfrentar e vencer as epidemias de violência e



criminalidade, das drogas, e da prostituição que grassam pelos campos e cidades. Somente assim nos será assegurado um futuro com vida digna para todos os brasileiros.

O papel da UFFS diante disso tem de ser ainda mais compromissado, com a transformação social, com a sustentabilidade ambiental e com o desenvolvimento equitativo, visto ter sido criada sob demanda direta dos movimentos sociais que compõem essa grande região fronteira com os países do Mercosul. E esses movimentos deixaram claro que a vocação dessa Universidade não seria se converter numa torre de marfim, mas sim num grande movimento onde o saber científico fosse permanentemente beber da realidade, molhar-se nela e fundamentalmente, transformá-la.

Para que a transformação social e a produção do conhecimento possam ser processos sociais integrados à prática cotidiana da UFFS e do Curso de Ciências Econômicas, é fundamental que se criem mecanismos e políticas que integrem de fato as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, um compromisso onde a Universidade e o curso não se restrinjam nem se organizem apenas em torno de ministrar aulas. Mas sim, que o corpo funcional e acadêmico esteja inserido em atividades junto à comunidade regional, aprendendo a lidar com suas características e contradições.

Para garantir isso, a UFFS campus Laranjeiras do Sul tem assento no principal Conselho focado em reunir ações que fomentem o desenvolvimento regional: o Conselho de Desenvolvimento do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Neste espaço, o corpo docente da UFFS, em especial do curso de Ciências Econômicas, vem continuamente dialogando e construindo junto ao Conselho suas propostas de pesquisa, ensino e extensão com foco nas demandas para o desenvolvimento regional.

Outra ação promovida dentro do curso de Ciências Econômicas é a articulação de atividades de ensino com os projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos no campus Laranjeiras do Sul. Os temas-chave identificados como metas de trabalho dos projetos são estudados e aprofundados em sala de aula; os problemas de pesquisa identificados se tornam objeto de estudo nas disciplinas (em especial, na elaboração da monografia).

Ao reafirmar o compromisso social da Universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e



desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade (FÓRUM, 2001 p. 5).

Nesse sentido apontamos aqui alguns elementos norteadores da ação do curso de Ciências Econômicas em vista de cumprir com sua função precípua de contribuir para o desenvolvimento regional.

a) Ensino

_ Romper com a ideia convencional de que o ensino ocorre somente no espaço da sala de aula. Não se limitar ao espaço físico na dimensão tradicional, mas buscar compreender que todos os espaços, dentro e fora da sala e da universidade podem ser espaços de ensino e aprendizagem. Para isso a UFFS tem de desenvolver uma intencionalidade pedagógica dos vários momentos e espaços;

_ Propor um ensino inserido nos processos histórico-sociais brasileiro e regional, com suas múltiplas determinações, interagindo com os atores sociais, aprofundando-se na realidade que se quer transformar;

_ Buscar aplicar a interdisciplinaridade nos processos formativos (ensino, pesquisa e extensão).

b) Pesquisa

Para vencer os desafios colocados à formação do egresso, ao desenvolvimento do conhecimento e à criação de uma cultura de pesquisa, o Curso de Ciências Econômicas se estrutura em torno de suas linhas de formação – Desenvolvimento e Cooperativismo – as quais também orientarão a pesquisa.

A implementação da pesquisa no curso requer a constituição de estruturas que possibilitem aos docentes se organizarem por áreas afins do conhecimento ou do objeto de pesquisa. Desse modo, o curso prevê a criação de Grupos de Pesquisa certificados pelo CNPq, de Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (com viés extensionista) e articulados nacional e internacionalmente com outras instituições públicas e privadas. Nesse sentido, a parceria já firmada entre a UFFS e a Universidade de Mondragón (MU) do País Basco (Espanha), em vista de apoiar a constituição do Núcleo de Pesquisa em Cooperativismo Popular, constitui-se numa referência de ação para a pesquisa.



Definida em eixos temáticos centrais, em grupos e núcleos, em parcerias com setores públicos e privados, a pesquisa possibilitará: o acesso dos discentes ao desenvolvimento de projetos de iniciação científica; a aplicação de seus estudos na comunidade; o intercâmbio acadêmico internacional; e a continuidade para uma formação acadêmica ampliada (cursos de pós-graduação).

Outros aspectos relacionados a pesquisa:

_ Buscar construir um leque diversificado de articulações entre pesquisa e a sociedade;

_ Considerar sempre a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade-comunidade; que os projetos de extensão imbriquem em questões de pesquisa, e vice-versa;

_ Necessidade de priorizar as metodologias participativas, sempre que possível e de acordo com os objetivos e métodos da pesquisa;

_ Visar a recriação de conhecimentos possibilitadores de transformação social;

_ Ter sempre presente uma questão central – o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

c) Extensão

_ Buscar a formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional cidadão;

_ Priorizar ações junto às comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem, portanto, potencializar sua organização política e fortalecer sua organização associativa de caráter cultural, econômico e social;

_ Propor ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e dos movimentos sociais;

_ Articular ações que promovam a consolidação da organização das comunidades;

_ Promover a identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns, visando o processo de integração e de autonomia das comunidades, não se caracterizando como uma ação assistencialista;



_ Estimular a construção, com todos os seus parceiros, de projetos e atividades que permitam a imediata legitimidade das prioridades demandadas, absorvendo valores culturais próprios das comunidades;

_ Dialogar abertamente com a comunidade ao articular o saber popular e as práticas sociais com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária;

_ Viabilizar parcerias no âmbito do poder público e da sociedade civil.

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas deve buscar assegurar a cada período, em seu plano de gestão anual, o estabelecimento de metas e objetivos a serem alcançados em vista da consecução destes objetivos.



11 PERFIL DOCENTE (Competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O colegiado de curso de Ciências Econômicas é composto por professores altamente qualificados formado por 29% (5) de Doutores e 71% (12) de mestres, configurando no conjunto da UFFS como a instituição com o corpo docente melhor titulado na região de atuação da Fronteira Sul.

Entretanto, tendo em vista a necessidade de dar continuidade à melhoria do processo de qualificação do corpo docente, o Colegiado de curso deverá estabelecer, em seu plano plurianual, uma ordem de prioridade e a previsão de saída de professores para cursos de doutorado ou outros, respeitando as diretrizes estabelecidas pela UFFS.

O Colegiado do Curso deverá sugerir políticas que contemplem a formação do docente na área específica e em áreas afins. Para isso, os programas de formação continuada deverão se intensificar, buscando uma atualização pedagógica satisfatória e que faça frente às necessidades do ensino superior.

Para tanto, os programas de formação docente deverão conter ações que visem:

- _ Proporcionar qualidade e proposta acadêmica flexível e atualizada, com métodos pedagógicos modernizados;
- _ Buscar novas metodologias de ensino;
- _ Adaptar e implementar novas tecnologias;
- _ Participar de eventos que favoreçam a formação continuada;
- _ Definir métodos de avaliação de desempenho;
- _ Melhorar a formação pedagógica do corpo docente;
- _ Aumentar a titulação do corpo docente;
- _ Incentivar a formação de grupos de estudo;
- _ Contribuir com a sociedade para o desenvolvimento econômico e social da região;
- _ Participar e divulgar trabalhos e estudos sobre a realidade regional.

Com os referenciais descritos acima, o curso de Ciências Econômicas define como principais objetivos em relação aos seus docentes, técnicos administrativos e monitores:

- _ Aperfeiçoar as didáticas e metodologias adotadas pelo corpo docente;



- _ Incentivar a atualização do corpo docente;
- _ Apoiar, em conformidade com a política do Campus e da UFFS como um todo, participação de seu corpo docente e técnico administrativo em eventos que possibilitem maior divulgação dos trabalhos realizados na Universidade, bem como, ampliar seus conhecimentos;
- _ Participar de Conselhos objetivando o desenvolvimento econômico e social da região.

Para que tais políticas sejam cumpridas é fundamental a política institucional de titulação docente ser abrangente e prioritária. Desta forma, as necessidades do curso, com relação ao corpo docente, serão mais facilmente supridas, contribuindo para um curso de graduação de qualidade e sensível às demandas sociais.



12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

12.1 Campus de Laranjeiras do Sul (PR)

COMPONENTE CURRICULAR	Professor	Tit.	Carga Horaria IES	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
Introdução a administração	Álvaro de Oliveira Borges Filho	Dr.	20	Graduação: Administração de Empresas – FURG - 1993 Mestrado: Administração: Política e Estratégia Empresarial – UnB - 1997 Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC – 2005
Introdução a economia	Luis Claudio Krajevski	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR - 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003
Introdução a informática	Diego dos Santos	Ms.	40 DE	Graduação: Engenharia Agrícola – UNIOESTE – 2007 Mestrado: Engenharia Agrícola – UNIOESTE – 2010
Leitura e produção textual I	Vanda Mari Trombeta	Ms.	40 DE	Graduação: Letras – FUNESP – 1989 Especialização: Linguística – CEFET – 1997 Mestrado: Linguística – UPF - 2009
Matemática instrumental	Álvaro de Oliveira Borges Filho	Dr.	20	Graduação: Administração de Empresas – FURG - 1993 Mestrado: Administração: Política e Estratégia Empresarial – UnB - 1997 Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC - 2005
Realidade do campo brasileiro	Felipe Mattos Monteiro	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Sociais – UFSC - 2006 Mestrado: Sociologia Política – UFSC - 2009
2ª FASE				



Agroecossistemas I (optativa)	Pedro Ivan Christofoli	Dr.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB - 2009
Estatística básica	Alexandre Manoel dos Santos	Ms.	40 DE	Graduação: Engenharia Civil UFSC – 1985 Mestrado: Métodos Numéricos em Engenharia – UFPR – 2003 Doutorado: Em andamento
História da agricultura	Pedro Ivan Christofoli	Dr.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB - 2009
Introdução a economia II	Luis Claudio Krajevski	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR - 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003
Introdução ao pensamento social	Felipe Mattos Monteiro	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Sociais – UFSC - 2006 Mestrado: Sociologia Política – UFSC - 2009
Leitura e produção textual II	Vanda Mari Trombeta	Ms.	40 DE	Graduação: Letras – FUNESP – 1989 Especialização: Linguística – CEFET – 1997 Mestrado: Linguística – UPF - 2009
Teorias da administração (optativa)	Álvaro de Oliveira Borges Filho	Dr.	20	Graduação: Administração de Empresas – FURG - 1993 Mestrado: Administração: Política e Estratégia Empresarial – UnB - 1997 Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC - 2005
3ª FASE				
Agroecossistemas	Henrique Von Hertwig Bittencourt	Ms.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 2006 Mestrado: Agroecossistemas – UFSC - 2008
Contabilidade introdutória	Antônio Maria Carpes	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Contábeis, URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003



Fundamentos da gestão agroindustrial	Fabiana Böhn Gramkow	Ms.	40 DE	Graduação: Administração de Empresas – UFRGS, 1996 Mestrado: Administração de Empresas – UFRGS, 2002
Fundamentos da crítica social	Mariano Luis Sanchez	Ms.	40 DE	Graduação: Ciência Política – UNR – 1989 Mestrado: Ciência Política – Unicamp – 1995 Doutorado: em andamento
Gestão de pessoas	Álvaro de Oliveira Borges Filho	Dr.	20	Graduação: Administração de Empresas – FURG - 1993 Mestrado: Administração: Política e Estratégia Empresarial – UnB - 1997 Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC - 2005
História da fronteira Sul	Cristiano Augusto Durat	Ms.	40 DE	Graduação: História – Unicentro - 2003 Mestrado: História Regional – UPF - 2006 Doutorado: Em andamento
História dos Movimentos Sociais no Campo	Felipe Mattos Monteiro	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Sociais – UFSC - 2006 Mestrado: Sociologia Política – UFSC - 2009
4ª FASE				
Direitos e Cidadania	Nádia Teresinha da Mota Franco	Ms.	40 DE-	Graduação: Ciências Jurídicas e Sociais – Unisinos - 1994 Mestrado: Integração Latino – Americana - UFSM – 2003
Economia brasileira e políticas de desenvolvimento	Luis Claudio Krajevski	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR - 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003
Matemática financeira	Antônio Maria Carpes	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Contábeis, URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003



Iniciação à prática científica	Fabiana Böhn Gramkow e Antonio Maria Carpes	Dr.	40 DE	Graduação: Administração de Empresas – UFRGS, 1996 Mestrado: Administração de Empresas – UFRGS, 2002 Graduação: Ciências Contábeis, URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003
Meio ambiente, economia e sociedade	Josimeire Leandrini Luis Claudio Mariano Sanchez Pedro Ivan Christofoli	Dr. Ms. Ms. Dr.	-	Graduação: Ciências Biológicas - UEM - 1993 Mestrado: Botânica – UFPR - 1999 Doutorado: Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais – UEM - 2006 Graduação: Ciências Econômicas – UFPR - 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003 Graduação: Ciência Política – UNR – 1989 Mestrado: Ciência Política – Unicamp – 1995 Doutorado: em andamento Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB - 2009
Tecnologias de processamento de produtos agrícolas	Eduarda Molardi Bayni	Ms.	40 DE	Graduação: Engenharia de Alimentos – UEM, 2004 Mestrado: Food Science – University of Guelph- Canadá, 2007 Doutorado: em andamento
Tópicos em antropologia	Cristiano Augusto Durat	Ms.	40 DE	Graduação: História – Unicentro - 2003 Mestrado: História Regional – UPF - 2006 Doutorado: Em andamento
5ª FASE				
Administração de Marketing	Tiago da Costa	Ms.	40 DE	Graduação: Administração – FAP/IAP - 2005 Mestrado: Administração – UDESC - 2009



Administração da Produção	Álvaro de Oliveira Borges Filho	Dr.	20	Graduação: Administração de Empresas – FURG - 1993 Mestrado: Administração: Política e Estratégia Empresarial – UnB - 1997 Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC - 2005
Contabilidade rural e cooperativa	Antônio Maria Carpes	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Contábeis, URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003
Direito I	Nádia Teresinha da Mota Franco	Ms.	40 DE-	Graduação: Ciências Jurídicas e Sociais – Unisinos - 1994 Mestrado: Integração Latino – Americana - UFSM – 2003
Desenvolvimento Socioeconômico	Luis Claudio Krajevski	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR - 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003
Teoria cooperativista I	Pedro Ivan Christoffoli	Ms.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB - 2009
Economia Política	Angelo Brião Zanela	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – FURG – 1997 Mestrado: Economia da Empresa – UFPB - 2003
Estatística Econômica e Introdução à Econometria	Paulo Alexandre Nunes	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas - UEL – 2003 Mestrado: Administração – UEM – 2010
6ª FASE				
Pesquisa mercadológica e desenvolvimento de produtos	Tiago da Costa	Ms.	40 DE	Graduação: Administração – FAP/IAP - 2005 Mestrado: Administração – UDESC - 2009
Economia da Cooperação	Pedro Ivan Christoffoli	Dr.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB - 2009



Administração financeira	Roberto Mauro Dall'agnola Com tratar	Dr.	40 DE-	Graduação: Ciências Contábeis Empresas – UNOESC - 1994 Mestrado: Engenharia da Produção – UFSC – 2001 Doutorado: Engenharia e Gestão do Conhecimento – UFSC - 2010
Técnica de Pesquisa em Economia	Antônio Maria Carpes	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Contábeis, URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003
Contabilidade Social	Paulo Alexandre Nunes	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas - UEL – 2003 Mestrado: Administração – UEM – 2010
Responsabilidade sócio ambiental	Álvaro de Oliveira Borges Filho	Dr.	20	Graduação: Administração de Empresas – FURG - 1993 Mestrado: Administração: Política e Estratégia Empresarial – UnB - 1997 Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC - 2005
Microeconomia II	Angelo Brião Zanela	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – FURG – 1997 Mestrado: Economia da Empresa – UFPB - 2003
Economia da Cooperação	Pedro Ivan Christoffoli	Dr.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB - 2009
Econometria	Paulo Alexandre Nunes	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas - UEL – 2003 Mestrado: Administração – UEM – 2010
7ª FASE				
Economia do Setor Público e Políticas Públicas	A definir			
Administração e análise de projetos	Roberto Mauro Dall'Agnol	Dr.	40 DE-	Graduação: Ciências Contábeis Empresas – UNOESC - 1994 Mestrado: Engenharia da Produção – UFSC – 2001 Doutorado: Engenharia e Gestão do Conhecimento – UFSC - 2010
Economia Agrícola	A definir			



Monografia I	A definir	-	-	-
História Econômica Geral	Luis Claudio Krajevski	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR - 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003
Formação Econômica do Brasil	A definir			
Organização de cadeias agroindustriais	A definir	-	-	-
Macroeconomia II	Angelo Brião Zanela	Ms.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – FURG – 1997 Mestrado: Economia da Empresa – UFPB - 2003
Planejamento do desenvolvimento regional	Anelise Graciele Rambo	Dr.	40 DE	Graduação: Geografia _ UNIJUÍ 2003 Mestrado: Geografia – UFRGS - 2006 Doutorado: Desenvolvimento Rural – UFRGS - 2011
8ª FASE				
Tópicos Especiais de Macroeconomia	A definir			
Comercialização de produtos agropecuários	A definir	-	-	-
Diagnóstico e gestão de unidades de produção	A definir	-	-	-
Tópicos Especiais de Microeconomia	A definir			
Gestão estratégica	Tiago da Costa	Ms.	40 DE	Graduação: Administração – FAP/IAP - 2005 Mestrado: Administração – UDESC - 2009
Desenvolvimento Rural	Anelise Graciele Rambo	Dr.	40 DE	Graduação: Geografia _ UNIJUÍ 2003 Mestrado: Geografia – UFRGS - 2006 Doutorado: Desenvolvimento Rural – UFRGS - 2011
Economia Internacional	A definir			



Monografia II	A definir	-	-	-
Economia e Política Monetária	A definir			



13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

O Curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, prevê a criação de uma infra-estrutura que atenda perfeitamente as necessidades do seu corpo docente e discente. A previsão de infra-estrutura para o funcionamento do Curso nos próximos anos é a seguinte:

- a) Salas de aula: o Curso prevê a necessidade nove salas de aula. As salas devem possuir um número de sessenta lugares para acomodar os discentes. As salas devem conter os materiais necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Dentre elas destaca-se: quadro branco e pincel, data show, entre outros.
- b) Laboratórios: trata-se de espaços destinados ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas no Curso. Os laboratórios deverão contar com uma infra-estrutura que atenda as necessidades dos professores e alunos que, constantemente, irão reunir-se no local para desenvolver as mais diversas atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e a extensão.
- c) Sala da Coordenação: A sala da coordenação deve contar com espaço físico adequado ao atendimento dos alunos e professores da instituição. Deve possuir computador, impressora, mesa de atendimento, três cadeiras, armário, ar-condicionado, telefone e materiais de consumo diário (caneta, lápis, folhas de ofício, etc). Além disso, a sala deve ter espaço suficiente para realização de reuniões com os professores, com uma mesa de reuniões e cadeiras.
- d) Laboratório de Informática: O laboratório de informática utilizado pelo Curso deve possuir espaço físico e recursos materiais suficientes ao atendimento dos alunos, sendo de livre acesso aos docentes e discentes, desde que respeitados os dias em que são agendadas aulas no local. Prevê-se a necessidade de cinquenta lugares com equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Laboratórios:



LABORATÓRIO CIÊNCIAS HUMANAS I	
Professor Responsável: Felipe Mattos Monteiro	
Alunos por turma: 25	
Área: 58,07m ²	Localização: Bloco III
Quantidade	Descrição
Mobiliário	
Ciências Humanas I: 01	Arquivo de aço com quatro gavetas Arquivo de aço co, quatro gavetas com sistema deslizamento das gavetas com carrinho telescópico, com puxador formato alça, chapa em aço 26, espessura variável de 0,40 a 0,46mm, indicado para materiais leves. Capacidade por gaveta: 40Kg, Altura: 1335mm, Largura: 470mm, Profundidade: 705mm.
Ciências Humanas I: 01	Cadeira escritório giratória Cadeira escritório giratória, tipo digitador, com apoia braços em formato T, espaldar baixo, com regulagem de altura em no mínimo 6 (seis) posições com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impactos e a abrasão e apóia-braço injetado em poliuretano com alma de aço. Acionamento da regulagem de altura através de botão de apertar, estofamento do assento e encosto sem costura e espuma anatômica em poliuretano injetado, de 60mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga, com concha interna de borda frontal ligeiramente curvada no assento, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente à manchas na cor a combinar, conchas para assento em madeira multilaminada com espessura de 12mm, de alta resistência e encosto injetada em polipropileno reciclável de alta resistência a impactos. Assento de espaldar baixo e encosto interligados por meio de mecanismo sincronizado, com regulagem vertical e angular do encosto com variação de 15° e angular do assento com variação de 10°, ajustagem e travamento por alavancas de embreagens, carenagens de acabamento injetadas em polipropileno resistente a impactos. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Base giratória, com 5 hastes equidistantes, fabricadas em tubo de aço SAE 1020 25x25x1,50mm conformadas por dobras e reforçadas com soldas para aumentar a resistência à cargas estáticas sobre o assento. Hastes revestidas por inteiro com capas injetadas em polipropileno de alta resistência a abrasão, fixação dos rodízios por meio de estampa na parte final das astes (sistema euro) . Rodízios de duplo giro de poliamida 6.0 e com carga de polipropileno com eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço com banda de rodagem em PU. Tubo central com mecanismo de regulagem de altura a gás e bucha telescópica de acabamento em polietileno. Placa superior da base em chapa de aço para fixação do assento, com pintura epóxi na cor preta, e alavanca de acionamento do mecanismo deslizante de regulagem da base, com manípulo injetado em polietileno. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 39cm e assento 45cm; profundidade 47cm; Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado



	emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.
Ciências Humanas I: 20	Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim, sem apóia-braços, com encosto de espaldar médio e assento unidos por meio de estrutura em aço SAE 1020 de 5/16x 63,5mm com carenagem modelada por sopro feita em PEAD, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente à manchas; espuma anatômica fabricada em poliuretano injetado, de 70mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga com conchas injetadas em polipropileno com alma interna de aço SAE 1010/20 1/2x1/8 de alta resistência e borda frontal ligeiramente curvada no assento. Carenagem para assento e encosto injetada em polipropileno de alta resistência a impactos e material reciclável. Estrutura metálica trapezoidal tipo balancim, em tubo de aço SAE 1020 de \varnothing 1x2,25mm, com tratamento anti-corrosivo e anti-ferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, e sapatas deslizantes injetadas em polietileno. Fixação do estofado à estrutura através de chapa de aço SAE 1020 estampada com 3mm de espessura soldada na estrutura com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 40cm e assento 48cm; Profundidade: 60cm. Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.
Ciências Humanas I: 02	Cesto para lixo Cesto para lixo, telado, material plástico, capacidade 15 litros.
Ciências Humanas I: 06	Estante face Dupla Estante face Dupla na cor verde e cinza, com base inferior fechada, totalmente confeccionada em aço SAE 008/1020, contendo: 02 (duas) Laterais de sustentação confeccionadas em chapa de espessura 1,20mm, altura de 2000mm e largura de 580mm, cada lateral com 36 (trinta e seis) rasgos de 28mm de altura por 105mm de largura, permitindo encaixe das bandejas em passos de 175mm. 01 (uma) base retangular fechada confeccionada em chapa com espessura 0,90mm, com altura de 175mm; 01 (um) reforço interno em Omega soldado em toda a extensão da base, confeccionado em chapa 0,90mm; 02 (dois) anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8 de cada lado. 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu), confeccionado em chapa 0,90mm e dobrado em "U" com altura de 70mm; 02 (dois) anteparos laterais em chapa 1,50mm soldados a travessa e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8 de cada lado. 08 (oito) prateleiras com dimensões de 930mm de comprimento e 235mm de profundidade, confeccionadas em chapa com espessura de



	<p>0,90mm, com dobras nas laterais que permitem as mesmas a união as laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos).Acabamento com sistema de tratamento químico da chapa (antiferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó,com camada mínima de tinta de 70 micras. Sem arestas cortantes e rebarbas. Dimensões: Altura: 200cm x Largura: 100cm x Profundidade: 58cm.</p>
Ciências Humanas I: 01	<p>Gaveteiro Fixo 02 gavetas Gaveteiro fixo, com 02 gavetas, medindo 400x440x257mm.</p>
Ciências Humanas I: 01	<p>Mesa oval para reunião Mesa oval para reunião, com 25mm de espessura, dimensões: (L) 2400 X (P) 1100 X (H) 740mm, na cor avelã. Tampo: confeccionado em MDP com 25mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP). Todos os bordos são encabeçados com fita de poliestireno 2,5 mm, coladas com adesivo Hot Melt. A fixação tampo/estrutura deverá ser feita através de parafusos máquina M6, fixados ao tampo por meio de buchas metálicas confeccionadas em zamak. Painéis frontais: estrutural e de privacidade confeccionado em MDP com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), sendo todos os bordos com encabeçamento em fita tipo papel de espessura 0,3 mm, coladas com adesivo Hot Melt, fixado na base através pinos e bucha de pressão minifix. Estrutura formada por tubos, com a base superior em tubos de aço 30 x 20 mm, a base inferior em chapa de aço repuxada curva dispensando desta forma o uso de ponteiras de PVC, com espessura mínima de 1,2mm, e a coluna de sustentação central composta por um conjunto de chapas com 0,90 mm de espessura opcional, sendo as duas de saque frontal perfurada, e 2 tubos redondos paralelos, na medida de 30 x 1,2mm, resultando em uma largura final de 150mm com dutos para passagem de fiação, sendo todo o conjunto submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200° c. e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir;Devidamente montado;Garantia mínima de 3 (três) anos;Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas I: 01	<p>Mesa Tampo Reto 1,20 X 0,60 X 0,73m Mesa Tampo Reto, medindo 1,20 X 0,60 X 0,73m, na cor argila e estrutura preta. Tampo: em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m³ e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Fixação à estrutura através de parafusos rosca auto cortante tipo chipboard com ø5mm. Painel frontal: em MDP, com espessura de 18mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, encabeçada na parte inferior com fita de borda 0,45mm da cor do melamínico, fixado</p>



	<p>à estrutura através de parafuso aço conformado para minifix com rosca M6, e tambor minifix de zamac altamente resistente ao torque. Calha para passagem de cabos em chapa de aço SAE 1010/20 com 0,9mm de espessura dobrada em formato U e sistema de divisão de cabos através de 3 canaletas internas em chapa de aço . Acabamento em pintura epóxi e tratamento superficial anti-corrosivo com secagem em estufa, podendo ser fixado nos tampo por meio de parafusos rosca auto cortante tipo chipboard. Estrutura metálica com tratamento anti-corrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, com coluna central em chapa de aço SAE 1020 30x200x1,2mm estampado com design diferenciado, tampa para passagem de fiação injetada em polipropileno, travessa superior em tubo de aço SAE 1020 20x30x1,2mm, travessa inferior de tubo de aço elíptico SAE 1020 20x45x1,9mm conformado com raio médio de 1100mm e profundidade de 640mm, com ponteiros de acabamento injetadas em polipropileno e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas I: 01	<p>Quadro de Aviso com Feltro - 1,20 x 1,50 Quadro aviso, espessura total de 17mm, revestido de feltro acrílico na cor verde, com molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado tanto na vertical como horizontal. Devem acompanhar acessórios para instalação. Medidas: (altura x largura): 120 x 150cm.</p>
Ciências Humanas I: 01	<p>Quadro Branco 3,00x1,20m Quadro Branco medindo 3,00x1,20m, confeccionado em compensado multilaminado de 15 mm., revestido em fórmica branca com fundo anti-umidade, moldura em alumínio e porta pincel em toda extensão. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>
Ciências Humanas I:01	<p>Tela de projeção manual Tela de projeção 2,00X2,00m com Tecido Vinil de bordas pretas, estrutura de metal e tripe.</p>



LABORATÓRIO CIÊNCIAS HUMANAS II	
Professor Responsável: Felipe Mattos Monteiro	
Alunos por turma: 20	
Área: 38,56m ²	Localização: Bloco III
Quantidade	Descrição
Mobiliário	
Ciências Humanas II: 01	Armário 2 portas alto 0,80X0,50X1,60m Armário 2 portas alto 0,80X0,50X1,60m, na cor argila, com tampo superior e fundo inteiriço, sem divisão central, com prateleiras em MDP e rodapé metálico. Tampo do armário: em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m ³ , e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966 fixação ao corpo do armário através de sistema minifix injetado em Zamac. Corpo do armário: em MDP com 18mm de espessura, densidade média de 600 kg/m ³ , revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de borda PVC 0,45mm de espessura com alta resistência a impactos. Portas: em MDP com 18mm de espessura, densidade média de 600 kg/m ³ , revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de borda PVC 0,45mm de espessura com alta resistência a impactos, e dobradiça em aço de alta resistência, automática com tecnologia Snap-on, regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 110° com sistema de alojamento interno na madeira para um melhor acabamento ao móvel e para gerar maior espaço interno do mesmo, com acabamento niquelado. Sistema de travamento das portas com trinco metálico na porta esquerda, fixado através de parafusos rosca auto cortante tipo chipboard para madeira, e chave para fechadura frontal com alma interna em aço de alta resistência ao torque, com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado com sistema escamoteável para adaptar-se ao móvel caso não seja retirada, e minimizar choques acidentais ao usuário. Puxadores injetado em Zamac de formato retangular com pintura metálica na cor prata. Prateleira: em MDP com 18mm de espessura, densidade média de 600 kg/m ³ , revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de borda PVC 0,45mm de espessura com alta resistência a impactos. Rodapé: confeccionado em chapa metálica SAE 1010/20 perfilada tipo U 20x50mm com 1,5mm de espessura, com tratamento anticorrosivo, pintura epóxi e secagem em estufa e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir;Devidamente montado;Garantia mínima de 3 (três) anos;Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do



	Trabalho.
Ciências Humanas II: 01	<p>Cadeira escritório giratória Cadeira escritório giratória, tipo digitador, com apoia braços em formato T, espaldar baixo, com regulagem de altura em no mínimo 6 (seis) posições com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impactos e a abrasão e apóia-braço injetado em poliuretano com alma de aço. Acionamento da regulagem de altura através de botão de apertar, estofamento do assento e encosto sem costura e espuma anatômica em poliuretano injetado, de 60mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga, com concha interna de borda frontal ligeiramente curvada no assento, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente à manchas na cor a combinar, conchas para assento em madeira multilaminada com espessura de 12mm, de alta resistência e encosto injetada em polipropileno reciclável de alta resistência a impactos. Assento de espaldar baixo e encosto interligados por meio de mecanismo sincronizado, com regulagem vertical e angular do encosto com variação de 15° e angular do assento com variação de 10°, ajustagem e travamento por alavancas de embreagens, carenagens de acabamento injetadas em polipropileno resistente a impactos. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Base giratória, com 5 hastes equidistantes, fabricadas em tubo de aço SAE 1020 25x25x1,50mm conformadas por dobras e reforçadas com soldas para aumentar a resistência à cargas estáticas sobre o assento. Hastes revestidas por inteiro com capas injetadas em polipropileno de alta resistência a abrasão, fixação dos rodízios por meio de estampa na parte final das astes (sistema euro) . Rodízios de duplo giro de poliamida 6.0 e com carga de polipropileno com eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço com banda de rodagem em PU. Tubo central com mecanismo de regulagem de altura a gás e bucha telescópica de acabamento em polietileno. Placa superior da base em chapa de aço para fixação do assento, com pintura epóxi na cor preta, e alavanca de acionamento do mecanismo deslizante de regulagem da base, com manípulo injetado em polietileno. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 39cm e assento 45cm; profundidade 47cm; Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 16	<p>Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim, sem apóia-braços, com encosto de espaldar médio e assento unidos por meio de estrutura em aço SAE 1020 de 5/16x 63,5mm com carenagem modelada por sopro feita em PEAD, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente à manchas; espuma anatômica fabricada em poliuretano injetado, de 70mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga com conchas injetadas em polipropileno com alma interna de aço</p>



	<p>SAE 1010/20 1/2x1/8 de alta resistência e borda frontal ligeiramente curvada no assento. Carenagem para assento e encosto injetada em polipropileno de alta resistência a impactos e material reciclável. Estrutura metálica trapezoidal tipo balancim, em tubo de aço SAE 1020 de $\text{AE } 1 \times 2,25 \text{mm}$, com tratamento anti-corrosivo e anti-ferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, e sapatas deslizantes injetadas em polietileno. Fixação do estofado à estrutura através de chapa de aço SAE 1020 estampada com 3mm de espessura soldada na estrutura com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 40cm e assento 48cm; Profundidade: 60cm. Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 02	<p>Cesto para lixo Cesto para lixo, telado, material plástico, capacidade 15 litros.</p>
Ciências Humanas II: 04	<p>Estante face Dupla Estante face Dupla na cor verde e cinza, com base inferior fechada, totalmente confeccionada em aço SAE 008/1020, contendo: 02 (duas) Laterais de sustentação confeccionadas em chapa de espessura 1,20mm, altura de 2000mm e largura de 580mm, cada lateral com 36 (trinta e seis) rasgos de 28mm de altura por 105mm de largura, permitindo encaixe das bandejas em passos de 175mm. 01 (uma) base retangular fechada confeccionada em chapa com espessura 0,90mm, com altura de 175mm; 01 (um) reforço interno em Omega soldado em toda a extensão da base, confeccionado em chapa 0,90mm; 02 (dois) anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8 de cada lado. 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu), confeccionado em chapa 0,90mm e dobrado em "U" com altura de 70mm; 02 (dois) anteparos laterais em chapa 1,50mm soldados a travessa e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8 de cada lado. 08 (oito) prateleiras com dimensões de 930mm de comprimento e 235mm de profundidade, confeccionadas em chapa com espessura de 0,90mm, com dobras nas laterais que permitem as mesmas a união as laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos). Acabamento com sistema de tratamento químico da chapa (antiferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Sem arestas cortantes e rebarbas. Dimensões: Altura: 200cm x Largura: 100cm x Profundidade: 58cm.</p>
Ciências Humanas II: 01	<p>Gaveteiro Fixo 02 gavetas Gaveteiro fixo, com 02 gavetas, medindo 400x440x257mm.</p>
Ciências Humanas II: 02	<p>Mesa em L, 1,40x1,40x0,73m Mesa em L, 1,40x1,40x0,73m, na cor argila e acabamentos</p>



	<p>preto, Tampo: em L , em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m³ e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Fixação à estrutura através de parafusos rosca auto cortante tipo chipboard com ø5mm, guia passa cabos para tampo injetado em termoplástico de alta resistência a abrasão e impacto, composto por duas partes. A parte superior texturizada em formato triangular, com opção de três passagens de cabos destacáveis equidistantes 120 graus. Parte inferior em anel de encaixe com ø76 mm e três organizadores de cabos equidistantes 120 graus, cada um deles subdivididos em duas passagens de cabos. Painel frontal: em MDP, com espessura de 18mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, encabeçada na parte inferior com fita de borda 0,45mm da cor do melamínico, fixado à estrutura através de parafuso aço conformado para minifix com rosca M6, e tambor minifix de zamac altamente resistente ao torque. Calha para passagem de cabos em chapa de aço SAE 1010/20 com 0,9mm de espessura dobrada em formato U e sistema de divisão de cabos através de 3 canaletas internas em chapa de aço . Acabamento em pintura epóxi e tratamento superficial anticorrosivo com secagem em estufa, podendo ser fixado nos tampo por meio de parafusos rosca auto cortante tipo chipboard. Estrutura metálica com tratamento anti-corrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, com coluna central em chapa de aço SAE 1020 30x200x1,2mm estampado com design diferenciado, tampa para passagem de fiação injetada em polipropileno, travessa superior em tubo de aço SAE 1020 20x30x1,2mm, travessa inferior de tubo de aço elíptico SAE 1020 20x45x1,9mm conformado com raio médio de 1100mm e profundidade de 640mm, com ponteiros de acabamento injetadas em polipropileno e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir;Devidamente montado;Garantia mínima de 3 (três) anos;Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 01	<p>Mesa Tampo Reto 1,20 X 0,60 X 0,73m Mesa Tampo Reto, medindo 1,20 X 0,60 X 0,73m, na cor argila e estrutura preta. Tampo: em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m³ e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Fixação à estrutura através de parafusos rosca auto cortante tipo chipboard com ø5mm. Painel frontal: em MDP, com espessura de 18mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, encabeçada na parte</p>



	<p>inferior com fita de borda 0,45mm da cor do melamínico, fixado à estrutura através de parafuso aço conformado para minifix com rosca M6, e tambor minifix de zamac altamente resistente ao torque. Calha para passagem de cabos em chapa de aço SAE 1010/20 com 0,9mm de espessura dobrada em formato U e sistema de divisão de cabos através de 3 canaletas internas em chapa de aço . Acabamento em pintura epóxi e tratamento superficial anti-corrosivo com secagem em estufa, podendo ser fixado nos tampo por meio de parafusos rosca auto cortante tipo chipboard. Estrutura metálica com tratamento anti-corrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, com coluna central em chapa de aço SAE 1020 30x200x1,2mm estampado com design diferenciado, tampa para passagem de fiação injetada em polipropileno, travessa superior em tubo de aço SAE 1020 20x30x1,2mm, travessa inferior de tubo de aço elíptico SAE 1020 20x45x1,9mm conformado com raio médio de 1100mm e profundidade de 640mm, com ponteiros de acabamento injetadas em polipropileno e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado;Garantia mínima de 3 (três) anos;Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 04	<p>Mesa Tampo Reto, medindo 1,40 X 0,60 X 0,73m Mesa Tampo Reto, medindo 1,40 X 0,60 X 0,73m. Tampo: em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m³ e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Fixação à estrutura através de parafusos rosca auto cortante tipo chipboard com ø5mm. Painel frontal: em MDP, com espessura de 18mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, encabeçada na parte inferior com fita de borda 0,45mm da cor do melamínico, fixado à estrutura através de parafuso aço conformado para minifix com rosca M6, e tambor minifix de zamac altamente resistente ao torque. Calha para passagem de cabos em chapa de aço SAE 1010/20 com 0,9mm de espessura dobrada em formato U e sistema de divisão de cabos através de 3 canaletas internas em chapa de aço . Acabamento em pintura epóxi e tratamento superficial anti-corrosivo com secagem em estufa, podendo ser fixado nos tampo por meio de parafusos rosca auto cortante tipo chipboard. Estrutura metálica com tratamento anti-corrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, com coluna central em chapa de aço SAE 1020 30x200x1,2mm estampado com design diferenciado, tampa para passagem de fiação injetada em polipropileno, travessa superior em tubo de aço SAE 1020 20x30x1,2mm, travessa inferior de tubo de aço elíptico SAE 1020 20x45x1,9mm conformado com raio médio de 1100mm e profundidade de 640mm, com ponteiros de</p>



	acabamento injetadas em polipropileno e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.
Ciências Humanas II: 01	Quadro de Aviso com Feltro - 1,20 x 1,50 Quadro aviso, espessura total de 17mm, revestido de feltro acrílico na cor verde, com molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado tanto na vertical como horizontal. Devem acompanhar acessórios para instalação. Medidas: (altura x largura): 120 x 150cm.
Laboratório de Cooperativismo	
Professor Responsável: Pedro Ivan Cristoffoli	
Alunos por turma: 25	
Área: 62m ²	Localização: Bloco III
Quantidade	Descrição
Mobiliário	
1	Quadro de Aviso com Feltro - 1,20 x 1,50 Quadro aviso, espessura total de 17mm, revestido de feltro acrílico na cor verde, com molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado tanto na vertical como horizontal. Devem acompanhar acessórios para instalação. Medidas: (altura x largura): 120 x 150cm.
1	Quadro Branco 3,00x1,20m Quadro Branco medindo 3,00x1,20m, confeccionado em compensado multilaminado de 15 mm., revestido em fórmica branca com fundo anti-umidade, moldura em alumínio e porta pincel em toda extensão. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
5	Armário em madeira : 2 portas de abrir. 5 prateleiras internas. Dimensões (LxPxA): 1000x500x2000 mm. Com fechadura com chave e puxador.
2	Mesa oval para reunião Mesa oval para reunião, com 25mm de espessura, dimensões: (L) 2400 X (P) 1100 X (H) 740mm, na cor avelã. Tampo: confeccionado em MDP com 25mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP). Todos os bordos são encabeçados com fita de poliestireno 2,5 mm, coladas com adesivo Hot Melt. A fixação tampo/estrutura deverá ser feita através de parafusos máquina M6, fixados ao tampo por meio de buchas metálicas confeccionadas em zamak. Painéis frontais: estrutural e de privacidade confeccionado em MDP com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), sendo todos os bordos com encabeçamento em fita tipo papel de espessura 0,3 mm, coladas com adesivo Hot Melt,



	<p>fixado na base através pinos e bucha de pressão minifix. Estrutura formada por tubos, com a base superior em tubos de aço 30 x 20 mm, a base inferior em chapa de aço repuxada curva dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, com espessura mínima de 1,2mm, e a coluna de sustentação central composta por um conjunto de chapas com 0,90 mm de espessura opcional, sendo as duas de saque frontal perfurada, e 2 tubos redondos paralelos, na medida de 30 x 1,2mm, resultando em uma largura final de 150mm com dutos para passagem de fiação, sendo todo o conjunto submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200° c. e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
10	<p>Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim, sem apóia-braços, com encosto de espaldar médio e assento unidos por meio de estrutura em aço SAE 1020 de 5/16x 63,5mm com carenagem modelada por sopro feita em PEAD, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente à manchas; espuma anatômica fabricada em poliuretano injetado, de 70mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga com conchas injetadas em polipropileno com alma interna de aço SAE 1010/20 1/2x1/8 de alta resistência e borda frontal ligeiramente curvada no assento. Carenagem para assento e encosto injetada em polipropileno de alta resistência a impactos e material reciclável. Estrutura metálica trapezoidal tipo balancim, em tubo de aço SAE 1020 de \varnothing 1x2,25mm, com tratamento anti-corrosivo e anti-ferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, e sapatas deslizantes injetadas em polietileno. Fixação do estofado à estrutura através de chapa de aço SAE 1020 estampada com 3mm de espessura soldada na estrutura com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 40cm e assento 48cm; Profundidade: 60cm. Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do</p>



	Trabalho.
5	Computador
1	Impressora multifuncional
1	Tela de projeção manual Tela de projeção 2,00X2,00m com Tecido Vinil de bordas pretas, estrutura de metal e tripe.
3	Cesto para lixo Cesto para lixo, telado, material plástico, capacidade 15 litros.
5	Mesa para computador (1,20 x 0,60 x 0,75 m (LxPxA) com 2 gavetas com chave), com bordas em PVC em todo o contorno, com pintura epóxi texturizada, cor cinza.
2	Arquivo de aço com quatro gavetas Arquivo de aço co, quatro gavetas com sistema deslizamento das gavetas com carrinho telescópio, com puxador formato alça, chapa em aço 26, espessura variável de 0,40 a 0,46mm, indicado para materiais leves. Capacidade por gaveta: 40Kg, Altura: 1335mm, Largura: 470mm, Profundidade: 705mm.
2	Arquivo de aço com quatro gavetas Arquivo de aço co, quatro gavetas com sistema deslizamento das gavetas com carrinho telescópio, com puxador formato alça, chapa em aço 26, espessura variável de 0,40 a 0,46mm, indicado para materiais leves. Capacidade por gaveta: 40Kg, Altura: 1335mm, Largura: 470mm, Profundidade: 705mm.
8	Cadeira escritório giratória Cadeira escritório giratória, tipo digitador, com apoia braços em formato T, espaldar baixo, com regulagem de altura em no mínimo 6 (seis) posições com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impactos e a abrasão e apóia-braço injetado em poliuretano com alma de aço. Acionamento da regulagem de altura através de botão de apertar, estofamento do assento e encosto sem costura e espuma anatômica em poliuretano injetado, de 60mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga, com concha interna de borda frontal ligeiramente curvada no assento, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente à manchas na cor a combinar, conchas para assento em madeira multilaminada com espessura de 12mm, de alta resistência e encosto injetada em polipropileno reciclável de alta resistência a impactos. Assento de espaldar baixo e encosto interligados por meio de mecanismo sincronizado, com regulagem vertical e angular do encosto com variação de 15° e angular do assento com variação de 10°, ajustagem e travamento por alavancas de embreagens, carenagens de acabamento injetadas em polipropileno resistente a impactos. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Base giratória, com 5 hastes equidistantes, fabricadas em tubo de aço SAE 1020 25x25x1,50mm conformadas por dobras e reforçadas com



	<p>soldas para aumentar a resistência à cargas estáticas sobre o assento. Hastes revestidas por inteiro com capas injetadas em polipropileno de alta resistência a abrasão, fixação dos rodízios por meio de estampa na parte final das astes (sistema euro) . Rodízios de duplo giro de poliamida 6.0 e com carga de polipropileno com eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço com banda de rodagem em PU. Tubo central com mecanismo de regulagem de altura a gás e bucha telescópica de acabamento em polietileno. Placa superior da base em chapa de aço para fixação do assento, com pintura epóxi na cor preta, e alavanca de acionamento do mecanismo deslizante de regulagem da base, com manípulo injetado em polietileno. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 39cm e assento 45cm; profundidade 47cm; Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
1	<p>Quadro branco Confeccionado em Laminado Melamínico - Branco Brilhante - molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco; suporte para apagador removível, arredondado e deslizante com 40 cm, sistema de fixação invisível. Dimensões: 1,80 x 1,00 m (LxA).</p>



Descrição de materiais do “Laboratório de Ciências Econômicas” do curso de graduação em Ciências Econômicas

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
Professor Responsável: Paulo Alexandre Nunes	
Alunos por turma: 20	
Área: Economia – Ciências Sociais Aplicadas	Localização: Campus Laranjeiras do Sul
Quantidade	Descrição
01	Sala de aula
01	Quadro Branco
01	Quadro de avisos
20	Escrivaninhas
20	Cadeiras de escritório
20	Computadores Desk-top
01	Notebook
01	Impressora a laser colorida
01	Impressora a laser preto e branco
01	Impressora multifuncional com scanner, copiadora e fax
02	Data-Show
01	Ar condicionado
01	Software STATA (disciplina de Econometria)
01	Software STATISTICA (disciplina de Estatística econômica e introdução à econometria)
01	Software MATLAB (disciplina Matemática instrumental e Métodos Quantitativos em Economia)
43	Cadeiras
08	Mesas/estações de trabalho, com capacidade para 04 pessoas cada
01	Mesa de reunião para 10 pessoas
01	Mesa em ‘L’
08	Microcomputadores ou notebooks para cada estação de trabalho
02	Softwares (nome com o prof. Roberto)
01	Software Sphinx (prof. Tiago Costa)



13.1 Biblioteca

13.1.1 Apresentação

A Diretoria de Gestão da Informação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi recentemente instituída, integrando as Divisões de Bibliotecas e Arquivos. A integração dessas duas áreas, que atuam com informação, portanto estratégicas para a instituição. Tanto a informação disponibilizada pelas bibliotecas como a informação gerada no âmbito da UFFS, quer seja acadêmica, científica e cultural, ou administrativa, juntas poderão agregar valor na oferta de serviços de informação na instituição.

Sua finalidade é promover o acesso, a recuperação e a transferência da informação, o armazenamento e preservação, de forma atualizada, ágil e qualificada a toda a comunidade universitária. Pretende por meio de seus acervos, arquivos, serviços e instalações incentivar o uso e a geração da informação, contribuindo para a excelência da gestão, do ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento, com a utilização eficaz dos recursos públicos.

Pretende se consolidar em um sistema inovador, que atinja seus objetivos com o uso de modernas tecnologias de informação e comunicação, visando à integração das cinco bibliotecas e da área arquivística da instituição em tempo real. Visa, sobretudo manter o compromisso com a democratização do acesso à informação de forma equitativa, respeitando a ética, os valores humanos, a sustentabilidade e a inclusão social.

13.1.2 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Diretoria de Gestão da Informação, conforme organograma abaixo, compreende um Departamento de Planejamento e Apoio a Projetos e três setores, ou seja, o Setor de Serviços Administrativos, Setor de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento de Produtos e Setor de Formação de Acervo e Tratamento da Informação. Esta estrutura atende e oferece suporte para o desenvolvimento das atividades das duas divisões:

Divisão de Bibliotecas,



Divisão de Arquivos.

Nos próximos itens estão descritas detalhadamente as atividades de cada um dos setores.

13.1.3 Departamento de Planejamento e Apoio a Projetos

A este departamento compete apoiar o planejamento anual das Bibliotecas e Arquivos; consolidar os dados e elaborar os relatórios de atividades mensais e anuais das Bibliotecas e Arquivos, oferecendo mediante os sistemas adotados os indicadores necessários para a avaliação e monitoramento dos serviços com o objetivo de proporcionar os subsídios necessários para implantar melhorias contínuas e inovação nas Bibliotecas e Arquivos. Subsidiar a Diretoria de Gestão da Informação no encaminhamento de projetos a serem apresentados no âmbito interno da UFFS e aos órgãos de fomento em nível regional, nacional e internacional

13.1.4 Setor de Serviços Administrativos

Este setor fica encarregado de planejar, organizar, supervisionar e controlar os serviços de expediente, de patrimônio e gerais; controlar os créditos orçamentários e adicionais; elaborar o plano de distribuição dos recursos financeiros para aquisição dos acervos, segundo os critérios fixados pela política de desenvolvimento de coleções; proceder à prestação de contas à Diretoria da Gestão da Informação, bem como, preparar os processos licitatórios, para compra de material bibliográfico, permanente e de consumo, acompanhado as licitações e fiscalizando o processo. Fica também responsável por controlar os pedidos e a distribuição do material de expediente e de consumo; fazer a gestão e os relatórios dos recursos provenientes de projetos de órgãos de fomento, internos e externos, fica também a cargo deste setor a gestão patrimonial dos bens das Bibliotecas e Arquivos.

13.1.5 Setor de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento de Produtos



Este é um setor estratégico no âmbito da Diretoria e tem como compromisso: planejar as ações necessárias ao desenvolvimento tecnológico das Bibliotecas e Arquivos; definir as políticas de automação e uso de softwares; dar suporte aos Sistemas de Gestão das Bibliotecas e Gerenciamento de Documentos dos Arquivos; identificar e antecipar a solução de problemas técnicos e tecnológicos das Bibliotecas e Arquivos, fazer a gestão do Repositório Institucional e Portal de Periódicos Eletrônicos; monitorar a evolução das tecnologias da área a fim de promover a atualização tecnológica permanente dos serviços das Bibliotecas e Arquivos; oferecer mediante os sistemas adotados os indicadores necessários para a avaliação e monitoramento dos serviços com o objetivo de proporcionar os subsídios necessários para implantar melhorias contínuas e inovação nas Bibliotecas e Arquivos; fazer a gestão do Portal de Periódicos e Repositório Institucional junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação; com suporte da responsável pela Diretoria de Gestão da Informação da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura, em consonância com as diretrizes institucionais estabelecidas; promover a indexação da produção acadêmica e científica da UFFS em bases de dados nacionais e internacionais; bem como em buscadores na web e criar mecanismos de divulgação dos produtos e serviços de informação baseados em tecnologias e redes sociais, em consonância com as diretrizes da Agência de Comunicação da UFFS; Elaborar estudos bibliométricos e webmétricos da produção acadêmica e científica da UFFS como *Fator de impacto*, *Índice H* e *Qualis/CAPES*, utilizando softwares e sistemas que geram estes produtos; promover com as áreas de atendimento das bibliotecas e arquivos, amplo programa de capacitação de usuários no uso dos recursos informacionais disponíveis e nas novas tecnologias da informação fazendo uso das plataformas de EaD e videoconferência e definir as políticas de preservação digital dos documentos da UFFS em sintonia com as políticas institucionais vigentes.

13.1.6 Setor de Formação de Acervo e Tratamento da Informação

O Setor de Formação de Acervo e Tratamento da Informação tem por finalidade gerenciar o acervo documental das Bibliotecas; realizar o processamento técnico do material adquirido; planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os serviços de



seleção, catalogação, classificação e indexação do material informacional, registrar, verificar, catalogar, classificar e indexar adotando os padrões internacionais definidos, sempre em consonância com diretrizes estabelecidas pelas Bibliotecas e Arquivos; supervisionar a Política de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas e as políticas para os Arquivos; orientar as decisões quanto a critérios para aquisição, seleção e descarte de materiais e documentos em todos os seus suportes; cumprir a Política de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas e as políticas para os Arquivos; cumprir a política de automação, em consonância com diretrizes estabelecidas pelo Setor de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento de Produtos.

13.2 DIVISÃO DE ARQUIVOS

A missão da Divisão de Arquivos é desenvolver e coordenar a política e a gestão arquivística na UFFS, visando a eficiência administrativa, a agilização dos fluxos informacionais e a preservação da memória institucional.

A Divisão de Arquivo se consolidará como órgão estratégico na coordenação de um Sistema de Arquivos da instituição, promovendo ações integradas de gestão documental que assegurem o acesso à informação gerencial, acadêmica, pesquisa e preservação da memória da Universidade, com a finalidade de administrar a produção arquivística desde a geração ou recepção dos documentos, até o seu destino final, com ênfase na preservação, compartilhamento e disseminação das informações geradas pelas relações internas e externas da UFFS.

O arquivo da UFFS seguirá o controle técnico, a legislação arquivística nacional e as instruções normativas da área de gestão documental, visando estar em consonância com a legislação e diretrizes nacionais específicas e regulamentações internas. Têm por finalidade normatizar os procedimentos relativos à administração do patrimônio documental e garantir a sua preservação; propor, adequar e elaborar os instrumentos de gestão documental; estabelecer critérios de avaliação da documentação produzida e acumulada pela UFFS; proceder a avaliação e aplicação da Tabela de Temporalidade e destinação de documentos; elaborar estudos e diagnósticos junto aos diversos setores



acadêmicos e administrativos, necessários à gestão documental; pesquisar, colher e sistematizar dados e informações pertinentes e necessárias à gestão documental; discutir, analisar e fundamentar propostas temáticas para o desenvolvimento da gestão documental, visando fornecer informações e/ou documentos de caráter probatório ou informativos, necessários às atividades da instituição, preservar e difundir a memória institucional.

A aquisição de um software de gestão eletrônica para os documentos da UFFS permitirá o desenvolvimento customizado e viabilizará as condições para a efetiva gestão documental da Universidade. Dará à Divisão de Arquivos as condições de construir o ambiente ideal para realizar a efetiva gestão documental na universidade.

13.3 DIVISÃO DE BIBLIOTECAS

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul – SIBI/UFFS é composto pela biblioteca do Campus Chapecó em Santa Catarina, Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza no Paraná, Campus Cerro Largo e Campus Erechim no Rio Grande do Sul totalizando cinco bibliotecas integrantes do sistema.

As Bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda à comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e estão integradas atuando de forma sistêmica. Cada uma das cinco unidades tem em seu quadro um bibliotecário gestor, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade em cada um dos campi sejam oferecidos de forma consonante com a “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

13.4 QUADRO DE PESSOAL

O Departamento de Planejamento e Apoio a Projetos possui hoje um Administrador, no Setor de Tecnologia Inovação e Desenvolvimento de Produtos



atuam duas bibliotecárias, no Setor de Formação de Acervo e Tratamento da Informação uma bibliotecária e um assistente e no Setor de Serviços Administrativos um administrador.

Atualmente a Divisão de Arquivos conta com três arquivistas lotados no Campus Chapecó. O quadro de pessoal atual das Bibliotecas da UFFS está descrito a seguir:

Campus Chapecó:

A equipe da biblioteca Chapecó conta com cinco assistentes em administração e uma bibliotecária, os quais atendem as duas unidades.

Campus Laranjeiras do Sul:

A biblioteca no Campus de Laranjeiras conta apenas com um bibliotecário e um assistente em administração.

Campus Realeza:

A equipe da Biblioteca Campus Realeza é formada por um bibliotecário e dois assistentes em administração.

Campus Cerro Largo:

Três assistentes em administração e um bibliotecário compõe a equipe na Biblioteca Campus Cerro Largo.

Campus Erechim:

Em Erechim a equipe é formada atualmente por um bibliotecário e três assistentes em administração. Serão necessários mais dois bibliotecários e oito assistentes.

13.5 ESPAÇO FÍSICO

Campus Chapecó:



A biblioteca de Chapecó/Seminário está instalada em um espaço físico de 28.88 m² destinados à área administrativa e atendimento, 29.33 m² para o acervo, 29.33 m² para a sala de estudo em grupo com 12 mesas e 42 cadeiras para os usuários, uma sala de meios com 25 computadores, e área de guarda-volumes.

A biblioteca de Chapecó/Centro está instalada em um espaço físico de 18,6 m² destinados à área administrativa e atendimento, 53,4 m² para o acervo, 56.12 m² para salas de estudo em grupo com 6 mesas e 27 cadeiras para os usuários e ainda área de 10 m² para guarda-volumes.

Campus Laranjeiras do Sul:

No campus de Laranjeiras do Sul a biblioteca ocupa um espaço de 70 m². Possui uma sala de estudos em grupo com 32 m², 9 mesas e 23 cadeiras; laboratório de informática de 5,8 m², com três computadores; acervo e área para funcionários de 29,20 m².

Campus Realeza:

Já a biblioteca do campus de Realeza conta com espaço físico de 200 m². A sala de estudo em grupo, o acervo, a sala dos funcionários e o espaço de atendimento encontram-se no mesmo ambiente. Neste espaço há duas mesas grandes e 18 cadeiras para os usuários.

Campus Cerro Largo:

No campus de Cerro Largo a biblioteca possui sala de estudos em grupo com 8 mesas e 18 cadeiras, o espaço é de 44,15 m², sala dos funcionários 17,31 m².

Campus Erechim:

A Biblioteca do Campus de Erechim, conta com área de 115 m². A sala de estudos dedicada aos usuários, o acervo e a sala dos funcionários estão localizados no mesmo ambiente. Para os alunos estão disponíveis 8 mesas e 38 cadeiras. Conta ainda com 9 computadores.

13.6 POLÍTICA DE EXPANÇÃO DO ACERVO



O acervo das Bibliotecas do SiBi/UFFS, nesta fase de consolidação dos seus cursos vem adquirindo semestralmente a bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação e dos Programas de Pós-graduação em implantação, em número de exemplares baseados no número de alunos que cursam cada uma das disciplinas. E, com base na política de desenvolvimento de coleções a ser adotada (em fase de aprovação no CONSUNI), estará junto ao comitê assessor (a ser criado) definindo todas as questões referentes à expansão do acervo.

Ao mesmo tempo vem ocorrendo a aquisição de livros eletrônicos e outras bases de dados para atender as demandas dos cursos existentes.

Além disso foram adquiridos e-books:

- Editora Springer: 3700 títulos (livros estrangeiros)
- Editora Zahar: títulos de história, geografia, filosofia, psicologia, ciências sociais (em português)
- Editora Atheneu: 34 títulos na área de enfermagem (em português)
- Biblioteca Virtual Universitária 1718 títulos das editoras Artmed, Atica, Casa do Psicólogo, Contexto, IBPEX, Manole, Papirus, Pearson e Scipione, contemplando diferentes áreas do conhecimento. (em português)

14.7 SERVIÇOS PRESTADOS

A Divisão de Bibliotecas da UFFS oferece alguns serviços e está disponibilizando novos para atender as necessidades de seus usuários.

13.7.1 Serviços ativos

Consulta ao acervo: Catálogo no qual pode-se realizar pesquisas no acervo da biblioteca.

Empréstimo, reserva, renovação, e devolução: Acesso livre ao acervo no qual realiza-se as seguintes operações: empréstimo, reserva, renovação e devolução.



Empréstimo entre bibliotecas: Solicitação de livros das bibliotecas de outros campi para empréstimo.

Empréstimos de notebooks: as bibliotecas contam com equipamentos disponíveis para empréstimo domiciliar.

Divulgação de novas aquisições e serviços: É listada mensalmente as obras adquiridas pela UFFS na página da Biblioteca.

Tele-atendimento: Atendimento ao aluno por telefone na realização de pesquisa, reserva e renovação.

Salas de estudos: Salas de estudos em grupo dedicadas aos usuários.

Acesso internet wireless: Acesso livre à rede de internet sem fio.

Acesso internet laboratório: Disponibiliza computadores para trabalhos acadêmicos e acesso à internet.

Serviço de referência online: A Referência compreende o atendimento personalizado aos usuários, prestando-lhes informações sobre questões bibliográficas, instrucionais ou de pesquisa, o atendimento é prestado através do software Skype e do chat, que se encontra na página da Biblioteca.

Gestão portal periódicos: Suporte às comissões editoriais dos periódicos científicos online a serem editados pela UFFS. O Portal de Periódicos da UFFS será gerenciado pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER, baseado no software desenvolvido pelo Pubic Knowledge Project (Open Journal Systems) da Universidade British Columbia, desenvolvido para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica.

Gestão do repositório institucional: O repositório institucional reunirá os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS e outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou caráter histórico, sejam de interesse da instituição visando centralizar sua preservação e difusão. O repositório utilizará o Dspace, software livre desenvolvido pelo MIT e HP. Compatível com o protocolo OAI (Arquivos abertos), permitir fácil recuperação dos metadados, através dos serviços de busca na internet.

Visita Guiada: Visitas agendadas previamente por professores, diretórios acadêmicos ou mesmo por grupos de alunos, que propiciam o conhecimento da estrutura das Bibliotecas e dos serviços oferecidos.



Obs.: os serviços que dependem do acesso a internet e a intranet estão comprometidos devido à velocidade de acesso muito baixa, tanto para que o servidor processe o material, desenvolva suas atividades, quanto para que o aluno acesse os serviços da biblioteca e da internet.

13.7.2 Serviços já planejados que serão oferecidos futuramente

Comutação bibliográfica: Através do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), são obtidas cópias de artigos de periódicos, teses, anais de congressos e partes de documentos, localizados em bibliotecas do país ou no exterior que fazem parte do programa, mediante pagamento de taxa.

Capacitação no uso dos recursos de informação: Treinamento dos usuários na utilização das fontes de informação disponíveis, adotando a oferta de programas presenciais nas bibliotecas e à distância, fazendo uso da plataforma Moodle e do sistema de videoconferência.

Orientação normalização de trabalhos: Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos através das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de forma presencial e mediante uso de tutoriais disponíveis na página da Biblioteca e plataforma Moodle.

Catálogo na Fonte: A catalogação na fonte gera uma ficha catalográfica, a qual é impressa no verso da página de rosto de um livro, tese, dissertação ou monografia pertencente à produção da UFFS. A ficha é feita quando a obra está em fase de impressão e é obrigatória para efeito de depósito legal e recomendada pela ABNT.

Serviço de Alerta: Através do Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas é enviado aos usuários avisos de: retirada de livro, data de devolução, reserva disponível e informações relevantes sobre a biblioteca.

Serviço de Disseminação Seletiva da Informação: Através de cadastro no Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, o usuário poderá escolher as áreas do conhecimento que deseja receber informações.



Assessoria Editorial: Este serviço será oferecido pela Diretoria de Gestão da Informação visando à colaboração com a área da graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão na definição e implantação das políticas institucionais para a publicação de anais de eventos, boletins, periódicos e livros, seja no suporte impresso ou digital, visando também a sua inserção no repositório institucional, contribuindo para a visibilidade da produção acadêmica, científica e cultural da UFFS.

13.8 ACERVO

13.8.1 Descrição das formas de acesso ao acervo

Todas as bibliotecas que compõem o SiBi/UFFS adotam a forma de livre acesso às estantes. O acervo é aberto à pesquisa para a comunidade interna e externa, mas o empréstimo domiciliar é permitido somente a alunos, professores e técnicos-administrativos da UFFS, mediante a identificação no sistema pelo número de matrícula (alunos) ou Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) (professores e técnicos-administrativos). O empréstimo é efetuado conforme segue:

Categoria de Usuário	Quantidade de exemplares / Tempo de Empréstimo (dias corridos)				
	Chapecó	L. do Sul	Realeza	C. Largo	Erechim
Docente	10/ 30	10/ 30	10/ 30	10/ 30	10/ 30
Graduação	5/ 10	5/ 10	5/ 7	5/ 10	5/ 10
Pós- graduação	10/ 30	10/ 30	10/ 30	10/ 30	7/ 15
Técnicos Administrativos	7/ 15	7/ 15	7/ 15	5/ 30	5/ 15



Terceirizados	5/ 10	5/ 7	5/ 7	--	2/ 7
----------------------	-------	------	------	----	------

13.8.2 Bases de dados

A DGI também disponibiliza à sua comunidade acadêmica o acesso a base de dados e e-books, através da liberação de ip (Internet Protocol), possibilitando, por enquanto, o acesso somente nas dependências da UFFS. Abaixo seguem as fontes de informação adquiridas:

E-books Atheneu (Biomédica)

E-books Zahar (História, Filosofia, Ciências Sociais e Psicanálise)

E-books Springer (Computação; Engenharia; Biomédicas; Medicina; Matemática e Estatística; Negócios e Economia; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Terra e Meio ambiente; Física e Astronomia; Química de materiais; Comportamento; Arquitetura e Design.)

Atlas Primal Pictures (Base de dados de imagens tridimensionais de toda a Anatomia Humana)

Portal Periódicos Capes (o acesso esta sendo liberado gradativamente pela Capes)



14 ANEXOS



ANEXO I
Regulamento das Atividades Curriculares Complementares – ACC do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas

CAPÍTULO I
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) serão regidas por este Regulamento.

Art. 2º As Atividades Curriculares Complementares - ACC do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas serão realizadas ao longo do curso, compreendendo o total de 08 créditos (120 horas), integralizados em atividades de pesquisa; extensão e aprimoramento profissional; ou cultura.

§1º É obrigatório que o aluno realize suas ACCs distribuídas em, no mínimo, duas das seguintes modalidades: Pesquisa; Extensão e Aprimoramento Profissional; ou, Cultura.

§2º Uma única atividade não poderá ser utilizada para validação superior a 50% das horas totais de ACCs previstas no curso.

Art. 3º São consideradas atividades curriculares complementares de Pesquisa:

- I – participação em projetos de pesquisa;
- II – autoria ou coautoria de publicações científicas na área ou em áreas afins;
- III – monitorias;
- IV – participação em projetos de Iniciação Científica;
- V - apresentação de trabalhos em eventos;
- VI – realização de trabalho voluntário vinculado a projetos de pesquisa.

Art. 4º São consideradas atividades curriculares complementares de extensão e de aprimoramento profissional:

- a) Realização de Estágios não obrigatórios;
- b) participação em eventos diversos da área ou de áreas afins;
- c) participação em projetos e programas de extensão;
- d) participação em cursos relacionados à área;
- e) participação, com aprovação, em disciplinas isoladas de graduação;
- f) participação na organização de eventos de caráter acadêmico;
- g) participação, como ouvinte, em defesas de TCC, Monografias, Dissertações e Teses relacionadas ao curso ou área.



Art. 5º. São consideradas atividades curriculares complementares culturais:

- a) Viagens de Estudo;
- b) participação em atividades culturais (teatro, cinema, literatura e afins);
- c) participação em grupos artísticos oficialmente constituídos.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 6º As Atividades Complementares do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas tem por objetivos:

- I - flexibilizar a matriz curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas;
- II - enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional;
- III - propiciar ao discente reais possibilidades de aprofundamento temático e interdisciplinar durante sua formação acadêmica;
- IV - fomentar a iniciação à pesquisa e a inserção na extensão;
- V - desenvolver no discente o senso de autonomia na busca do saber.
- VI – Aproveitar os conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos;
- VII – valorizar a experiência extraclasse, visando o aprofundamento temático e interdisciplinar durante a formação acadêmica;

SEÇÃO III DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 7º Para validar as Atividades Curriculares Complementares o estudante deverá apresentar pedido acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em Calendário Acadêmico, junto à secretaria do curso.

Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, a cópia das mesmas.



Art. 8º Os pedidos de validação das Atividades Curriculares Complementares serão avaliados e validados por uma comissão escolhida pelo colegiado do curso.

Art. 9º A comissão responsável por avaliar os pedidos deverá emitir parecer de validação que deverá ser entregue a Coordenação do curso para os demais encaminhamentos.

Art. 10º As atividades curriculares complementares – ACC demandadas pelos estudantes serão validadas de acordo com as seguintes cargas horárias máximas, as quais também servirão de parâmetro em caso de inexistência de referência ao número de horas nos respectivos documentos comprobatórios:

Grupo	Cargas horárias do Grupo		Atividades realizadas	Carga horária máxima da atividade
	Mínima	Máxima		
Pesquisa	0h	60h	Participação em projetos de iniciação científica.	60h
			Participação em projetos de pesquisa.	50h
			Publicações em Periódico com pontuação Qualis.	60h
			Publicações em periódicos sem pontuação qualis, com ISSN/ISBN.	50h
			Publicação de Resumos expandidos.	25h
			Publicação de Resumos.	10h
			Outras atividades de pesquisa, aprovadas pelo colegiado.	60h
Extensão e aprimoramento profissional	0h	60h	Participação em projetos e programas de extensão.	50h
			Apresentação de trabalhos.	10h
			Participação, como ouvinte, em defesas de TCC ou Monografias.	10h
			Participação, como ouvinte, em defesas de Dissertações ou Teses relacionadas à área.	01 hora (por defesa)
			Outras atividades de extensão e aprimoramento profissional, aprovadas pelo colegiado.	60
Cultura	0h	60h	Participação em atividades culturais.	50h
			Participação em grupos artísticos oficialmente constituídos.	50h
			Outras atividades culturais e artísticas, aprovadas pelo colegiado.	60h

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 10º Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pelo Colegiado de Curso.

Art. 11º Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Chapecó (SC), dezembro de 2012.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



ANEXO II – Regulamento de Monografia